

24/01/2020

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Dez ações pedem a suspensão](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Educar com tecnologia funciona?](#)

[Falhas em duas etapas de verificação causaram erros no Enem, diz gráfica](#)

[Governo Bolsonaro já responde a 17 ações judiciais após erros no Enem](#)

[Corressão do Enem](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[O ranking das universidades jovens](#)

[Bye...](#)

[Falha em notas do Enem ocorreu em 2 etapas, diz gráfica](#)

O GLOBO - RJ

[Projeto de escolas cívico-militares avança mesmo sem aval da Alerj](#)

[Número de ações sobre o Enem aumenta, e estudante obtém liminar](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Piso de professores pressiona gastos de Estados e municípios](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DA REGIÃO

[Pesquisador do Ibilce ajuda em pesquisa contra o zika](#)

O RIO BRANCO - AC

[Ministério da Educação abre cadastro para professores interessados em cursar licenciaturas](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[UFRN desenvolve curativo biodegradável e anti-inflamatório à base de ativos orgânicos](#)

A GAZETA - MT

[Prorrogada validade do concurso público](#)

[Justiça exige que MEC reveja nota de candidata](#)

AGORA SÃO PAULO - SP

[Gráfica do Enem diz que falhas em duas etapas causaram erros](#)

CORREIO DO POVO - RS

[MPF recomenda ao MEC a suspensão do Sisu](#)

[Termo de Adesão gera críticas](#)

AGENDA DO ENSINO

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Universidades vão continuar a integrar o Sisu](#)

ESTADO DE MINAS - MG

PROFESSORES - DESIGUALDADES GRITANTES

[Percalços no Enem](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[IFRR oferta mais de 130 vagas em cursos superiores](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Governo já responde a dez ações judiciais após erros no Enem](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Governo já responde por 17 processos](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

[Governo já responde a 10 ações por erro nas notas](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Governo federal repassa R\\$ 1,2 mi para a educação](#)

[Mais preparo para realização correta do Enem](#)

O DIA - PI

[Governo Bolsonaro já responde a dez ações judiciais após erros no Enem](#)

O LIBERAL - PA

[Cinco instituições divulgam resultados na próxima semana](#)

[MPF reúne 250 queixas sobre nota do Enem](#)

O RIO BRANCO - AC

[Sisu se aproxima de 1,5 milhão de inscritos](#)

O TEMPO - MG

[Após erro no Enem, governo responde a dez ações na Justiça](#)

Agências de notícias e sites

CAMPO & NEGÓCIOS

[Estudo coordenado pela Agroicone sobre etanol de milho de segunda safra foi publicado pela Nature Sustainability](#)

CENÁRIOMT

[UFMT abre seletivo para tutor presencial para o Polo de Lucas do Rio Verde](#)

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[Capes lança edital para doutorado e pós-doutorado na Áustria](#)

[UFRN desenvolve curativo biodegradável e anti-inflamatório à base de ativos orgânicos](#)

GAZ ONLINE

[Programa oferece 1,5 mil bolsas para brasileiros na França](#)

MONITOR MERCANTIL – RJ

[Fuga de cérebros, uma calamidade para o Brasil](#)

TRIBUNA DE NOTÍCIAS

[Polo UaB de Reserva oferta Curso de Licenciatura em Pedagogia](#)

TRIBUNA NEWS - PR

[Estresse provoca cabelos brancos? Pesquisa de cientistas mostra que sim!](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Unicamp diz que foi vítima de violação em seu sistema de dados](#)

[Falha em notas do Enem ocorreu em 2 etapas, diz gráfica](#)

[Fundeb expira este ano e impacto na educação preocupa](#)

CORREIO 24 HORAS

[Ministério Público Federal reúne 250 queixas sobre nota do Enem](#)

[MPF recomenda suspensão do Sisu para nova conferência de gabaritos](#)

DIÁRIO DA MANHÃ - PR

[Ampliação de vagas, gestão e qualificação são as metas da Educação em Carazinho](#)

G1

[Novo teto salarial da Unicamp deve beneficiar mil pessoas entre ativos e aposentados](#)

[Estudante cego que fez redação do Enem sem transcritor tem nota lançada pelo Inep](#)

[Estudantes do DF descobrem alternativa para plástico usando casca de laranja](#)

[Donos de escola particular são acusados de aplicar golpe em Barra da Choça, sudoeste da BA](#)

Agências de notícias e sites

CENÁRIOMT

[UFMT abre seletivo para tutor presencial para o Polo de Lucas do Rio Verde](#)

CICLO VIVO

[Capes e Natura lançam prêmio para estimular pesquisa científica](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[O 'preço de mercado' da universidade](#)

[Editais oferecem bolsas de doutorado e pós-doutorado na Áustria](#)

CLIPPING



[Pesquisadores descobrem como o estresse agudo pode fazer o cabelo ficar branco](#)

PARAIBA

[UFCG oferta 17 vagas para o mestrado profissional em Letras](#)

PRIMEIRA HORA

[Capes amplia prazo para adesão a bolsas de licenciatura](#)

URGENTE NEWS

[Pesquisa da USP e de Harvard mostra como estresse pode fazer o cabelo ficar branco](#)

VOCÊ S/A

[CAPES publica editais de bolsas de estudo de até R\\$ 285 mil na Áustria](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Justiça do Pará exige que MEC reveja nota de candidata do Enem](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo Bolsonaro já responde a nove ações judiciais após erros no Enem](#)

[Liminar da Justiça do Pará exige que nota no Enem de participante seja revista](#)

CORREIO WEB

[Aproximadamente 1,5 milhão de estudantes se inscreveram no Sisu](#)

PORTAL ÉPOCA

[EQUIPARAÇÃO DE TETO SALARIAL ENTRE PROFESSORES DE UNIVERSIDADES ESTADUAIS E FEDERAIS GERA POLÊMICA](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

PRÊMIO

A GAZETA - MT

[Desistência](#)

[MPF recebe queixas sobre erros](#)

[Fio branco está ligado ao estresse](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Aposta na internacionalização](#)

[Prática é o foco do lato sensu](#)

[Cresce no Brasil a procura por pós](#)

[UPF - Inscrição e seleção complementar](#)

[Agenda da pós-graduação](#)

[IES têm mais mestres e doutores](#)

[Ufrgs formará doutores em Angola](#)

[Vagas em 25 opções de cursos lato sensu](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[7.636 BICICLETAS SERÃO COMPRADAS PELO MEC](#)

[MPF recomenda suspender Sisu](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[MPF recomenda que governo suspenda inscrições do Sisu](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Sisu: MPF recomenda suspender inscrições](#)

GAZETA DE ALAGOAS - AL

[MP INVESTIGA FRAUDE EM EMISSÃO DE DIPLOMA](#)

[Da lama ao caos](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

[Concorrido](#)

[MPF recomenda ao MEC que suspenda inscrições](#)

MEIO NORTE - PI

[Inscrições no Sisu chegam a 91.453](#)

SUSTO

O DIA - PI

[Nota de repúdio à portaria nº 2.227 de 31 de dezembro de 2019](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA

[MEC comprará mais de 7 mil bicicletas para uso de estudantes](#)

[UFMA registra nota de corte alta para medicina, aponta levantamento](#)

O LIBERAL - PA

[Procuradores pedem suspensão de inscrições](#)

[Impasse ameaça fundo da educação básica](#)

[Maior parte das inscrições é feita via celulares](#)

[Universidade de Tocantins deixa o certame](#)

[No Pará, duas reclamações foram abertas no MPF](#)

[Provas e gabaritos misturados](#)

[Listão da Uepa sairá na próxima quarta-feira](#)

[MP quer explicações sobre escola](#)

O POPULAR - GO

[Erro no Enem provoca onda de queixas ao MPF](#)

O TEMPO - MG

PROVA DOS NOVE

[MPF recomenda que governo suspenda inscrições no Sisu](#)

[Pobre levaria nove gerações para atingir renda média do País](#)

ZERO HORA - RS

[Brasileiro levaria nove gerações para atingir renda média](#)

[MPF dá prazo para suspensão do Sisu](#)

Agências de notícias e sites

BONDE NEWS

[Pesquisa comprova que estresse deixa os cabelos brancos](#)

BRASIL DE FATO

[Insegurança e adoecimento psicológico atingem servidores públicos federais](#)

CENÁRIOMT

[Capes amplia prazo para adesão a bolsas de licenciatura](#)

EXPRESSOMT

[UFMT abre seletivo para tutor presencial no curso de Administração Pública](#)

[Ministério da Educação abre cadastro para professores interessados em cursar licenciaturas](#)

GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Inscrições até 7 de fevereiro para selecionar colaboradores do Banco Nacional de Itens do Saeb](#)

[Capes oferece bolsas de doutorado e pós-doutorado na Áustria](#)

JM ONLINE - MG

[Pesquisa científica desvenda relação entre estresse e cabelos brancos](#)

MILK POINT

[Embrapa: pesquisador estuda técnica que otimiza edição gênica em embriões bovinos](#)

G1

[Apesar de projetar déficit nas contas, Unicamp garante teto salarial aprovado por Toffoli](#)

[Secretaria de Educação do RJ abre nova etapa de matrículas para escolas estaduais](#)

[Site sai do ar e Secretaria de Educação prorroga reserva de vagas em escolas de RO por 48h](#)

PORTAL EXAME

[MEC comprará mais de 7 mil bicicletas para uso de estudantes](#)

[TNONLINE](#)

[MPF recomenda que governo Bolsonaro suspenda inscrições do Sisu após erros em notas do Enem](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Ministro da Educação, Abraham Weintraub diz que Sisu não está suspenso](#)
[Balbúrdia no Enem de Weintraub pode judicializar acesso a universidades](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Dez ações pedem a suspensão

SISU

Os erros na correção das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019 renderam pelo menos 10 ações judiciais contra o Executivo federal. Os processos, de acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU), pedem a revisão na correção da prova ou a suspensão do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), processo seletivo que usa a nota do Enem como parâmetro para o ingresso em universidades públicas.

As ações vieram de seis diferentes unidades da Federação — apesar de o Ministério da Educação (MEC) alegar que as falhas relacionadas à prova ficaram concentradas em cidades do interior de Minas e da Bahia. Apenas no Distrito Federal, foram três. Goiás e Minas Gerais têm duas, enquanto Maranhão, Rio de Janeiro e Pará registram um processo cada.

Alguns dos pedidos, inclusive, já aguardam um posicionamento do governo federal. Ontem, a Justiça Federal paraense determinou, em medida liminar, que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) revise, em até 48 horas, a nota de uma candidata que questiona se a correção de sua prova não teve erros, como ocorreu com os quase 6 mil participantes lesados pelo equívoco do órgão e que tiveram a nota ajustada.

Responsável por assinar a decisão, o juiz Jorge Ferraz de Oliveira Junior alerta que “é grave o risco de não revisão da nota da estudante, já que é desse resultado que depende o seu ingresso em uma universidade”. “O periculum in mora é evidente considerando que a nota dos candidatos é fator preponderante para o ingresso dos estudantes em algumas instituições de nível superior”, escreveu o magistrado, na sentença.

Além disso, o juiz avaliou que o meio de comunicação (um e-mail) e o prazo (até às 10h da última segunda-feira) estabelecidos pelo MEC para os candidatos pedirem uma reavaliação não foram adequados. “Entendo inequívoca a afronta ao princípio da publicidade, assim como do devido processo legal, no que tange ao prazo e forma em que dada publicidade aos candidatos com o fito de formalizarem requerimentos para reanálise da correção, subsistindo insegurança dos candidatos quanto à análise inicial de suas provas”, frisou. A AGU informou que irá recorrer da decisão.

250 queixas

Um outro levantamento, feito pelo Ministério Público Federal (MPF), contabilizou ao menos 250 representações de candidatos que pedem apurações sobre o erro na correção das provas. Por causa da falha, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

recomendou ao governo suspender o Sisu.

Para compensar, o MEC estendeu as inscrições no Sisu até domingo, alterando o cronograma inicial, que definia o dia de hoje como a data-limite para aplicações ao processo. Para a procuradoria, contudo, a prorrogação não é suficiente para resolver a divergência entre as notas dos candidatos. Isso porque a mudança das pontuações cria alterações na nota de corte e na classificação parcial da seleção, prejudicando o planejamento de milhões de alunos.

“Processos seletivos públicos exigem a mais ampla e irrestrita transparência e publicidade, bem como mecanismos fidedignos de correção das provas, já que destes dependem a legitimidade, solidez, eficácia e credibilidade do sistema”, apontou o órgão. O MEC tem dito que nenhum estudante foi prejudicado e que vai dar todos os esclarecimentos ao MPF.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Educar com tecnologia funciona?

Inteligência artificial pode ser de grande valia para o professor

Escrevo de Londres, onde ocorre uma grande feira de inovação em educação, com a participação de empresas consolidadas e startups do mundo todo, oferecendo soluções para apoiar a aprendizagem da educação infantil ao ensino superior —a Bett Show. Os produtos envolvem gamificação da educação básica, formação continuada de professores usando EaD, ferramentas para avaliação de aprendizagem e uso de inteligência artificial para viabilizar a personalização do processo de ensino.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2020/01/educar-com-tecnologia-funciona.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Falhas em duas etapas de verificação causaram erros no Enem, diz gráfica

Erro contraria exigência do edital, que também prevê fiscalização do Inep

Brasília

A gráfica Valid, responsável pela impressão do Enem 2019, teve falhas em duas etapas que deveriam ter identificado a dissociação entre candidatos e suas respectivas cor de provas. O erro contraria exigência do edital que rege a contratação da empresa.

As explicações da gráfica constam de ofício encaminhado ao Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). O documento foi repassado ao MPF (Ministério Público Federal).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/01/falhas-em-duas-etapas-de-verificacao-causaram-erros-no-enem-diz-grafica.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo Bolsonaro já responde a 17 ações judiciais após erros no Enem

Processos pedem revisão da correção e suspensão do Sisu; Inep diz que, a partir de falhas identificadas, reviu resultados

Brasília

A Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU (Advocacia-Geral da União), que atua nesses casos, informou que vai recorrer dessas decisões e de eventuais novas decisões. Uma outra liminar foi deferida em Uberlândia (MG), mas, segundo a AGU, a ação pedia apenas a divulgação dos resultados de um candidato.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/01/governo-bolsonaro-responde-a-nove-aco-es-judiciais-apos-erros-no-enem.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA

Corressão do Enem

Após o estudante mineiro Aécio Neiva pedir a recontagem dos pontos do Enem, o ministro Abraham Weintraub apresentou um novo conceito de coletiva de imprensa.

Diante de um gigantesco telão de LED, Weintraub fez um stand-up de duas horas, se equilibrou em cima de um monociclo e jogou uma torta na cara do professor Pasquale.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://renatoterra.blogfolha.uol.com.br/2020/01/24/corressao-do-enem/>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

O ranking das universidades jovens

Entre os estudos comparativos da qualidade do ensino superior, merece destaque o Nature Index Young Universities, que avaliou 175 universidades criadas há menos de 50 anos e que fogem do modelo tradicional. Em vez de atuar em todas as áreas do conhecimento, elas se concentram apenas em algumas, valorizando o enfoque interdisciplinar. E, por contarem com burocracias enxutas e flexibilidade administrativa, são criativas e têm alta capacidade de inovação.

A iniciativa é inédita e usou como parâmetro a produção científica dessas instituições publicadas em 82 revistas mundialmente conceituadas nos campos da física, química, ciências da vida e ciências ambientais e da terra. “Muitas dessas universidades novas promovem pensamento criativo e oferecem oportunidades de liderança para jovens pesquisadores. Elas atraem uma população estudantil diversificada e incentivam a busca de pesquisas não convencionais”, afirma o responsável pelo levantamento, o biólogo australiano David Swinbanks.

Ao contrário das pesquisas comparadas da Times Higher Education, que avaliam as grandes universidades levando em conta reputação mundial e empregabilidade de egressos, entre outros itens, no Nature Index Young Universities nenhuma instituição dos Estados Unidos – país que domina os rankings mundiais – ficou na liderança. As dez primeiras colocações foram ocupadas por três universidades chinesas, três sul-coreanas, uma de Cingapura, uma da Suíça, uma da Arábia Saudita e uma da França. Das instituições brasileiras, destacaram-se duas universidades públicas. Uma delas é a Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Ela ficou na 60.^a posição e foi a instituição latinoamericana mais bem avaliada, principalmente pelo desempenho dos pesquisadores do Instituto de Física Teórica, com alto número de publicações no exterior. A outra instituição foi a Universidade Federal do ABC (UFABC), que ficou na

69.^a colocação, tendo também na área de física seu ponto forte.

Os resultados desse levantamento comparativo deixam algumas lições importantes. O alto número de universidades asiáticas bem classificadas mostra o impacto dos investimentos feitos nas últimas décadas pelos países da região. Eles valorizaram, basicamente, as áreas capazes de propiciar o desenvolvimento econômico nas áreas de ciência, tecnologia e inteligência. Com 45 mil estudantes, a melhor colocada no ranking, a Universidade da Academia Chinesa de Ciências, com sede em Beijing, foi especialmente concebida para atuar como catalisadora do ensino de 114 institutos de pesquisa de ciências e engenharias. Com apenas 15 mil alunos, outra instituição chinesa bem classificada – a Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong – tem o currículo e suas atividades docentes e de pesquisa quase inteiramente em inglês.

Das universidades coreanas, a melhor colocada foi o Instituto Avançado de Ciência e Tecnologia, criado em 1971 sob a liderança de Frederick Terman, ex-dirigente da Universidade Stanford e um dos criadores do parque tecnológico do Vale do Silício, nos Estados Unidos. Outra universidade coreana, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da cidade de Ulsan, capital industrial da Coreia do Sul, oferece cursos em inglês com foco em materiais e energia. Seu maior objetivo é estar, em 2030, entre as dez melhores universidades no ranking tradicional da Times Higher Education. Entre as universidades europeias, a Alemanha teve 11 instituições classificadas entre as cem melhores do Nature Index Young Universities.

A pesquisa tem de ser lida com atenção pelas autoridades educacionais brasileiras, para que o País não repita erros cometidos nas últimas décadas. Entre 2002 e 2005, foram criadas nove universidades federais e, nos anos mais recentes, outras nove – quase todas nos moldes das instituições tradicionais. Uma das exceções foi a UFABC, que adotou um modelo inovador, dividindo-se em três centros interdisciplinares e não em departamentos. Foi isso que a levou a se destacar na pesquisa.

Das universidades brasileiras, destacam-se duas públicas, a Unesp e a Federal do ABC

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Bye...

Ao demitir do FNDE um aliado de Rodrigo Maia, Abraham Weintraub conseguiu se indispor de vez com lideranças do Congresso. Os problemas no Enem não ajudam, claro. Mas não há clima hoje para votar qualquer matéria do ministro da Educação na Casa, já mandou avisar Maia ao Planalto.

» ...bye. Além disso, o governo já dá como certo que a MP da carteirinha digital não será votada. Lideranças também mandaram avisar que não tem chance de passar. O governo até poderia reeditá-la e mandar de novo, mas não tem se movimentado para isso.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Falha em notas do Enem ocorreu em 2 etapas, diz gráfica

O Ministério da Educação (MEC) recebeu documento da gráfica Valid, responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019, sobre a falha em parte das provas. Em ofício ao Ministério Público Federal (MPF), o governo diz que a explicação dada pela gráfica foi de erro em duas etapas da impressão. Na Justiça, o MEC enfrenta ao

menos 17 ações para revisar notas – e já houve duas liminares favoráveis a estudantes.

As falhas na impressão, segundo a explicação da Valid, resultaram na correção das provas com gabaritos de versão diferente. O primeiro erro teria ocorrido durante a impressão, com os códigos de barra de identificação do gabarito, que relaciona o candidato à cor da prova feita por ele. A segunda falha ocorreu em um sensor de leitura dos cadernos de prova.

Os servidores avaliam que a explicação dada até o momento pela gráfica, segundo apurou o Estado, é insuficiente para o MEC garantir a confiança na prova e nas notas dos candidatos. A gráfica não tem se manifestado à reportagem.

Segundo o MEC, houve erro na correção de 5.974 provas, entre 3,9 milhões de alunos. A pasta sustenta ainda que as notas foram corrigidas e diz não haver prejuízo a nenhum aluno.

Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), houve 17 ações ajuizadas, em dez unidades da Federação, com questionamentos após a divulgação das notas com erros.

Ontem, a Justiça Federal do Pará ordenou que o MEC revise a nota de uma aluna em até 48 horas. No pedido, ela destacou não considerar correto o prazo e o meio escolhidos para receber pedidos de nova correção.

“O ministro da Educação publicou no Twitter do Inep (órgão do MEC responsável pelo Enem) um e-mail para que candidatos prejudicados com a correção errônea pudessem fazer suas reclamações, concedendo-lhes o prazo até as 10 horas do dia seguinte”, diz. A Justiça concordou com a alegação. Outro pedido foi acatado em Goiás. Duas ações foram negadas.

Após o erro nas notas, o MEC estendeu até domingo – dois dias extras – o prazo de inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), plataforma que reúne vagas no ensino superior público. Não atendeu ao pedido do MPF, de suspender as inscrições. Em nota, o Inep disse que a AGU toma as medidas cabíveis. A AGU informou estar recorrendo em todos os casos.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Projeto de escolas cívico-militares avança mesmo sem aval da Alerj

Estado do Rio já abriu inscrições para mil vagas em 11 novas unidades de ensinos fundamental e médio; o modelo é similar ao do anunciado em janeiro do ano passado pelo governo federal

O governo do estado do Rio abriu ontem as inscrições para mil vagas em 11 escolas cívico-militares, antes mesmo de o modelo ser aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). As unidades não fazem parte do programa lançado pelo governo Bolsonaro e anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) há um ano.

No fim de novembro de 2019, o governador Wilson Witzel enviou à Alerj um projeto de lei para instituir as escolas cívico-militares no estado. A oposição bloqueou a pauta, e a votação ficou para este ano, após o recesso legislativo.

Mesmo assim, o quadro de horários dos colégios cívico-militares do Rio foi publicado

no Diário Oficial, na edição do dia 30 de dezembro de 2019. E as inscrições dos alunos já podem ser feitas no site www.matriculafacil.rj.gov.br. A maioria das vagas são para o 1º ano do ensino médio. Apenas a unidade de Miracema terá turmas a partir do 6º ano do ensino fundamental.

A Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) informou que “tem caminhos para a implementação das unidades sema aprovação da lei”. Segundo a pasta, serão escolas vocacionadas como as de outros modelos adotados pelo Estado, a exemplo das Interculturais, de Tecnologia e de Esportes. E que, “caso a lei seja aprovada, a Secretaria incrementará o projeto com a participação do diretor militar”.

Além de Miracema, haverá unidades nos municípios de São Gonçalo e Rio Bonito, na Região Metropolitana; Areal, Carmo e Cordeiro, na Região Serrana; Araruama, na Região dos Lagos; Santo Antônio de Pádua, na Região Noroeste; Três Rios, na Região Centro-Sul; e Resende, no Sul Fluminense. Os imóveis para a instalação das novas escolas foram adquiridos pelo governo estadual ou cedidos pelas prefeituras.

Diferentemente dos colégios militares que já existem no estado — como a unidade administrada pela PM em Niterói e outra comandada pelo Corpo de Bombeiros, em Volta Redonda —, os novos ficarão sob responsabilidade da Secretaria de Educação.

—Não só a lei não foi votada na Alerj, como nenhuma dessas escolas foi criada por ato normativo

AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS MODELOS DE BOLSONARO E DE WITZEL

Modelo do estado do Rio

Os militares (da PM e Bombeiros) atuarão na disciplina e na “gestão estratégica”, ou seja, “articularão junto aos gestores administrativos a indução de boas práticas educacionais”. O objetivo é o de “proporcionar igualdade e oportunidade de acesso à educação”. Há, na grade escolar, as disciplinas “Temática militar” e “Comunicação e mídias educativas” (com dois tempos semanais). A Secretaria estadual de Educação (Seeduc), que é o órgão que vai comandar as unidades, não detalhou os cursos, nem explicou se serão ministrados por militares.

Modelo federal

Militares da reserva (das Forças Armadas ou de forças policiais estaduais) atuam em dois níveis: os oficiais cuidam da administração, e os praças controlam a disciplina dentro da escola como monitores. Além disso, durante um tempo semanal obrigatório coordenam atividades como orientação a alunos com baixo rendimento e ações que permitam a adaptação dos alunos e professores à escola. Já os civis são responsáveis pelo planejamento pedagógico e as aulas. (publicação em Diário Oficial), o que é necessário. Na prática, eles estão fazendo matrícula em escolas fantasmas — afirma Flavio Serafini, deputado estadual pelo Psol e presidente da Comissão de Educação da Alerj.

MENOS FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E ARTE

As escolas cívico-militares terão 5.360 horas de aulas, somando os três anos do ensino médio —320 a mais do que as escolas de tempo integral civis da rede estadual. Serão 720 horas de Matemática e de Português, 120 a mais em cada disciplina do que nos outros colégios. Já as cargas de Filosofia e Sociologia são menores —120 horas cada uma. O ensino de Artes também será reduzido. Haverá apenas dois tempos no 2º ano do ensino médio.

Também serão ministradas as disciplinas “Temática militar” (dois tempos cada ano) e “Comunicação e mídias educativas” (também dois tempos cada ano), que não existem nas escolas regulares de tempo integral. A Seeduc não explicou o conteúdo dessas aulas.

O deputado Serafini disse que entrará com representação no Ministério Público Estadual para questionar a abertura das vagas.

O projeto federal foi recebido com reservas pelo setor educacional, que reagiu a métodos considerados rígidos e receio de interferência na parte pedagógica.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Número de ações sobre o Enem aumenta, e estudante obtém liminar

BRASÍLIA

O número de ações contra o governo por causa dos problemas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) aumentou em um dia. Até a noite de anteontem eram apenas quatro, mas na tarde de ontem já havia registro de 17 processos. As ações estão distribuídas em dez unidades da federação: Maranhão (2), Distrito Federal (3), Goiás (3), Minas Gerais (3), Pará (1), Rio de Janeiro (1), Mato Grosso (1), São Paulo (1), Paraná (1) e Tocantins (1).

Uma das candidatas obteve uma liminar da Justiça no Pará para que as notas de suas provas de Linguagens e Ciências Humanas sejam revistas. Ela argumenta que, de acordo com seus acertos na prova, sua nota deveria ter sido 817,828, mas o resultado oficial indica 764,56. O erro de cálculo, reclama, atrapalha sua tentativa de obter uma vaga no curso de Medicina.

A maioria das ações pede revisão da nota ou nova correção da prova. No domingo, o presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, disse que acionou a Advocacia Geral da União (AGU) já na sexta-feira, quando os primeiros problemas foram noticiados, para atender a possíveis questionamentos judiciais sobre o exame.

SISU

O Ministério da Educação informou que, até amanhã de ontem, 1.450.608 candidatos se inscreveram no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em busca de vaga em universidades públicas. Foram 2.772.054 inscrições —cada estudante pode selecionar até duas opções de curso. As inscrições no Sisu foram prorrogadas até o próximo domingo. São oferecidas 237.128 vagas, distribuídas por 128 instituições de ensino superior públicas do país.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Piso de professores pressiona gastos de Estados e municípios

Reajuste de 12,84% cria dificuldade em ano eleitoral

Reajustado em 12,84% para 2020, o piso nacional dos professores trouxe para parte dos governadores e prefeitos uma despesa de pessoal adicional não esperada. Os secretários de Fazenda estaduais discutirão o assunto na próxima terça-feira. O imbróglio reaparece de tempos em tempos por causa da fórmula de aumento do piso do magistério, baseada em premissas que podem ser atualizadas pelo governo federal sem que os entes possam se antecipar à medida. Neste ano, ganha contornos mais políticos por causa das eleições municipais.

Para fixar o percentual, o Ministério da Educação (MEC) calcula o crescimento do valor mínimo de investimento por aluno de dois anos anteriores.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/24/piso-de-professores-pressiona-gastos-de-estados-e-municipios.ghtml>

topo ↕

DIÁRIO DA REGIÃO - NOTÍCIAS

Pesquisador do Ibilce ajuda em pesquisa contra o zika

O Laboratório de Química Verde e Medicinal do Ibilce, campus rio-pretense da Unesp, sintetizou um composto derivado do ácido antranílico que foi capaz de reduzir a multiplicação do zika vírus em 86%.

Os testes foram feitos com células cultivadas na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O ácido antranílico tem ação anti-inflamatória, analgésica e ajuda a regular a temperatura. Um de seus usos é para combater cólicas menstruais.

De acordo com Luis Octávio Regasini, coordenador do Laboratório de Química Verde e Medicinal, desde 2003 são desenvolvidos no Ibilce novos compostos e medicamentos contra doenças virais e bacterianas. "Começamos a trabalhar com o laboratório da UFU e sintetizamos um composto baseado em um medicamento utilizado para cólica menstrual. A gente começou a pensar na estrutura dele para ser usado para o zika vírus, já que o principal problema dele é durante a gravidez", conta o docente do curso de Ciências Biológicas.

A Secretaria de Saúde de Rio Preto confirmou que em 2016 duas crianças que nasceram com microcefalia tiveram a malformação possivelmente em decorrência da contaminação das mães com zika vírus. Pesquisa da Famerp que monitorou 54 mães que contraíram zika durante a gestação concluiu que 20 deles nasceram com malformações por conta do vírus: embora nessa amostragem não haja nenhum caso de microcefalia, as crianças nasceram com problemas como surdez em um dos ouvidos, danos na retina, pequenas lesões no cérebro ou nasceram com o zika.

No ano passado, cinco pessoas tiveram a doença confirmada por exames laboratoriais em Rio Preto. O vírus é considerado menos agressivo que o chikungunya, então a preocupação maior é com relação à contaminação de gestantes.

De acordo com o portal da UFU, "os testes foram feitos com vírus produzidos em laboratório com a mesma sequência genética do zika vírus brasileiro, mas com um gene extra que sintetiza uma proteína que emite luminescência na presença de um substrato, o

que permite aos cientistas observarem a atividade desse vírus. O composto sintético FAM E3, capaz de inibir a ação do zika vírus, foi desenvolvido com base na estrutura natural de uma planta do cerrado". Os resultados parciais foram publicados, em novembro, na revista Scientific Reports, do grupo Nature.

De acordo com Regasini, o composto age no combate à replicação do vírus na célula, "impedindo que a infecção avance", explica. Ainda são necessários muitos testes, em animais e seres humanos, para que o medicamento possa ser utilizado.

No Laboratório de Virologia, vinculado ao Instituto de Ciências Biomédicas (ICBIM/UFU), foram feitos os testes in vitro, com as células cultivadas. O estudo foi desenvolvido em parceria com o Laboratório de Fisiologia Integrativa e Nanobiotecnologia Salivar (ICBIM/UFU) e o Laboratório de Nanobiotecnologia, do Instituto de Biotecnologia (IBTEC/UFU).

A pesquisa foi desenvolvida com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e também do Fundo Newton, um recurso da agência britânica The Royal Society. Os pesquisadores da UFU passaram por treinamento no Reino Unido e na Estônia.

topo ↕

O RIO BRANCO - AC - GERAL

Ministério da Educação abre cadastro para professores interessados em cursar licenciaturas

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), abre cadastro até o dia 31, para professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam.

Os interessados devem cadastrar seus currículos na plataforma **CAPES** de educação básica, no endereço eletrônico <https://eb.capes.gov.br/portal/> e preencher os formulários que pedem dados sobre sua formação, atuação profissional e o curso de seu interesse.

Essa medida pretende identificar aqueles professores que estão em exercício e que têm somente a formação de nível médio, mas que têm real interesse em se especializar. Os professores precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e esse processo lhes assegura a formação superior.

Para mais informações, os interessados podem procurar o Departamento de Formação e Assistência Educacional da Secretaria de Estado de Educação Cultura e Esportes (SEE), na Divisão de Ensino Superior, que funciona no Centro de Referência de Inovações Educacionais (CRIE), sito a rua Rui Barbosa, 325, Centro de Rio Branco, ou pelos telefones: 3223-6171e (68) 99984-4340, falar com Rocilda.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - NATAL

UFRN desenvolve curativo biodegradável e anti-inflamatório à base de ativos orgânicos

Repórter

Pesquisadores do Departamento de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte (UFRN) desenvolveram um curativo biodegradável que, além de proteger ferimentos da exposição, ajuda na cicatrização, através da liberação de ativos com propriedades anti-inflamatórias, e não precisa ser trocado ou removido. Tudo isso, utilizando ativos naturais, provenientes de organismos como algumas plantas amazônicas e cascas de camarão.

A pesquisa, intitulada "Curativos com novo ativo amazônico para o tratamento de lesões cutâneas", é coordenada pelo professor Ádley Antonino Neves, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Universidade. A base do novo curativo são os biopolímeros, tipos de moléculas produzidas por seres vivos de rápida decomposição. Hoje, os biopolímeros são considerados algumas das principais alternativas aos materiais feitos de plástico ou petróleo, pelo seu grande potencial de substituição aos polímeros gerados a partir dessas fontes e sua capacidade de degradação.

“Um dos biopolímeros é a quitosana, derivada da quitina, encontrada em cascas de alguns animais, como camarões. Incorporamos vários ativos nos filmes formados por estes biopolímeros, e iniciamos diversos ensaios físico-químicos e de atividade biológica in vitro”, explica o professor Ádley. O princípio ativo natural é liberado de maneira gradativa no local da lesão da pele onde o curativo é colocado, e possui propriedades anti-inflamatórias que auxiliam na cicatrização do ferimento. Além disso, por ser biodegradável, não é necessário que seja feita a troca desse tipo de curativo, que é absorvido pelo organismo do paciente após alguns dias.

Um diferencial dos curativos desenvolvidos pelos pesquisadores do Departamento de Farmácia é a utilização de diversos princípios ativos na confecção dos curativos, o que pode abrir caminho, inclusive, para a criação de novos medicamentos. “Estes ativos têm ação analgésica, anti-inflamatória, cicatrizante, antimicrobiana, entre outras, o que possibilita o desenvolvimento de várias formas farmacêuticas e medicamentos, além dos curativos.”, diz Ádley.

Hoje, o projeto encontra-se pronto para iniciar a fase de testes clínicos. De acordo com os pesquisadores, os testes iniciais, feitos em camundongos, foram promissores, e a cicatrização foi observada cerca de 10 dias após o início da utilização do curativo. “Já testamos alguns curativos em animais, com resultados bastante satisfatórios. Um provável local para os ensaios clínicos em pacientes humanos deverá ser o Hospital Universitário Onofre Lopes, na UFRN”, afirma o professor.

Para iniciar os testes clínicos, no entanto, os cientistas vão precisar, primeiramente, conseguir financiamento, o que tem sido um desafio graças à redução no orçamento e, consequentemente, nos editais de incentivo à pesquisa por parte de órgãos públicos, como a **Capes** e o CNPq. “Como os editais do CNPq e **Capes** estão cada vez mais escassos, estamos buscando diariamente estas parcerias com as empresas”, diz Ádley.

O projeto já possui patente depositada na Agência de Inovação da UFRN (Agir), e grandes empresas do ramo farmacêutico, como a Johnson & Johnson, já demonstraram interesse na invenção dos potiguares. O projeto, inclusive, foi um dos 16 selecionados no edital nacional lançado pela empresa Emerge, para participar do Emerge Labs, que visa estruturar pesquisas científicas para transformá-las em produtos viáveis. Entretanto, o diálogo com as grandes companhias farmacêuticas é um processo lento e, até lá, os pesquisadores continuam buscando formas de financiar os testes do produto, para que

ele possa ser aperfeiçoado para chegar à sociedade.

“A conversa com as grandes farmacêuticas não é simples, e leva bastante tempo para se fechar algum negócio concreto, mas estamos sempre com o foco de colocar nossos produtos no mercado e ver a população tendo acesso ao que é desenvolvido na nossa Universidade”, diz.

topo ↕

A GAZETA - MT - CIDADES

Prorrogada validade do concurso público

Governo do Estado prorrogou o prazo de validade do concurso público 2017 da Secretaria de Estado de Educação (Seduc). O concurso, realizado para provimento de vagas e cadastro de reserva para os cargos efetivos de professor da Educação Básica, Técnico Administrativo Educacional (TAE) e Apoio Administrativo Educacional (AAE) do quadro permanente da Seduc terá validade por mais dois anos a contar do dia 1º de fevereiro de 2020.

O edital de prorrogação foi publicado nesta quinta-feira (23), no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Na época da realização do certame foram oferecidas mais de 5,7 mil vagas e ainda cadastro reserva para professores, apoio administrativo e técnico administrativo.

No ano passado, o governo do Estado nomeou 221 professores da Educação Básica e 160 Técnicos Administrativos Educacionais, que foram classificados no cadastro de reserva do concurso público.

Nos próximos dias, está prevista a nomeação de 300 Apoios Administrativos Educacionais. Serão 130 Técnicos em Nutrição Escolar (merendeiras) e 170 auxiliares de serviços gerais (limpeza). Esses profissionais irão atuar no início do ano letivo de 2020. Esta será a terceira etapa de nomeação do cadastro de reserva do concurso da Seduc.

O Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) classifica a prorrogação como ganho para a educação. Presidente do Sintep, Valdeir Pereira destaca que a luta da categoria é para garantir profissionais efetivos na educação pública. Para Valdeir, o vínculo do profissional com a escola garante desenvolvimento do projeto pedagógico e uma educação pública de qualidade. "Essa convocação é fruto da luta com as greves de 2016 pela abertura do concurso e, em 2019, pela prorrogação das convocações", diz Valdeir Pereira.

topo ↕

A GAZETA - MT - BRASIL

Justiça exige que MEC reveja nota de candidata

AE

A Justiça Federal no Pará determinou em medida liminar que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) revise a nota de uma candidata do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A estudante questiona se a correção de sua prova não teve erros, como ocorreu com outros 6 mil participantes.

Procurado, o Ministério da Educação (MEC) não se posicionou sobre a liminar. O ministério enfrenta unia série de ações judiciais e questionamentos após a divulgação de notas com erros.

O juiz Jorge Ferraz de Oliveira Junior, que assina a decisão no Pará, determinou que o

Inep revise a correção das provas de Linguagens e Ciências Humanas feitas pela candidata "no prazo de 48 horas, a contar da intimação".

No pedido, a estudante destacou, além do receio de que sua nota esteja errada, não considerar correto o prazo e o meio escolhidos pelo Inep para receber os pedidos de correção.

Para o juiz, o meio de comunicação e o prazo estabelecidos pelo Ministério da Educação, um e-mail para que os candidatos prejudicados com a correção errônea pudessem fazer suas reclamações. não foram adequados.

Para o magistrado, é grave o risco de não revisão da nota da estudante já que é desse resultado que depende o seu ingresso em uma, universidade.

"É evidente considerando que a nota dos candidatos é fator preponderante para o ingresso dos estudantes em algumas instituições".

topo ↕

AGORA SÃO PAULO - SP - NAS RUAS

Gráfica do Enem diz que falhas em duas etapas causaram erros

Dois estudantes já conseguiram decisões provisórias da Justiça para revisão na correção de prova

BRASÍLIA A gráfica Valid, responsável pela impressão do Enem 2019, teve falhas em duas etapas que deveriam ter identificado a dissociação entre candidatos e a cor de suas respectivas provas. O erro contraria exigência do edital que rege a contratação da empresa.

As explicações da gráfica constam de ofício encaminhado ao Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e repassadas ao MPF (Ministério Público Federal).

Segundo o governo Jair Bolsonaro, 5.974 participantes do exame receberam notas erradas do Enem 2019. O equívoco só foi apurado na sexta (17), após divulgação oficial dos resultados e de uma série de reclamações nas redes sociais.

Inicialmente, o "erro aconteceu na fase de impressão, que gerou informação equivocada", segundo disse o presidente do Inep, Alexandre Lopes.

Durante a impressão, houve problemas nos códigos de barra de identificação do gabarito, que relaciona o candidato à cor da prova feita por ele.

Há um protocolo para que inconsistências como essas sejam identificadas e corrigidas antes do envio dos dados para a correção. Porém, o sistema de verificação redundante falhou em duas etapas.

Essa foi a primeira vez que a Valid, contratada por R\$ 151,7 milhões, imprimiu o Enem, que teve 3,9 milhões de participantes. Procurada, a gráfica não se pronunciou.

Lopes afirma que as notas de todos os participantes foram recalculadas na busca por inconsistência, e técnicos do órgão também calcularam, segundo ele, as notas com todos os gabaritos possíveis. O instituto recebeu 172 mil reclamações sobre erros.

O governo já enfrenta 17 ações judiciais em nove estados e no Distrito Federal, que pedem a revisão da correção da prova e a suspensão do Sisu, sistema que seleciona alunos para universidades públicas a partir do Enem, diz a Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU (Advocacia-geral da União).

A Justiça Federal já determinou que o governo Bolsonaro revise a nota de dois participantes do Enem. São decisões liminares (provisórias) concedidas no Pará e em Goiás. (Folha)

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

MPF recomenda ao MEC a suspensão do Sisu

Governo federal diz que responderá aos procuradores e garante que o sistema está normal. Inscrições do Sisu já ultrapassam 2,5 milhões

O Ministério Público Federal (MPF) recebeu, até ontem, 250 representações de cidadãos que pedem apurações sobre erro na correção das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Devido à falha, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão recomendou ao governo que suspenda o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que reúne vagas do Ensino Superior público, disputadas com a nota do Enem.

O Ministério da Educação (MEC) informou que nenhum aluno foi prejudicado e que dará todos os esclarecimentos ao MPF. Afirmou que houve erro em 5.974 provas, de 3,9 milhões de estudantes. E que as falhas foram concentradas em cidades do interior de Minas Gerais e Bahia. A Procuradoria argumenta que a prorrogação do Sisu por mais dois dias não é suficiente para resolver a divergência entre as notas dos candidatos. "Processos seletivos públicos exigem a mais ampla e irrestrita transparência e publicidade, bem como mecanismos fidedignos de correção das provas, já que, destes, dependem a legitimidade, solidez, eficácia e credibilidade do sistema", aponta o órgão.

Após a nova publicação do resultado, o MPF solicita que o MEC comunique a abertura de prazo para os alunos solicitarem a verificação de possíveis inconsistências. A Procuradoria deu prazo de 24 horas para que o Ministério acate a recomendação.

INSCRIÇÕES

- O Sisu chegou a 2.772.054 inscrições, na manhã de ontem, segundo o MEC. Esse número é maior que o de inscritos - 1.450.608 -, já que cada aluno pode selecionar até duas opções de curso.
- O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse, em vídeo, nas redes sociais, que "o sistema está rodando normalmente. Não teve interrupção. Está tudo funcionando".
- As inscrições via Sisu vão até o final do dia 26/1 (domingo). A inscrição é gratuita e deve ser feita na página do programa na Internet, em <https://sisu.mec.gov.br/#>.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Termo de Adesão gera críticas

Termina hoje, às 14h, o prazo dado pela Secretaria Estadual da Educação para que professores e servidores de escola, que tiveram descontos nos salários de novembro e dezembro em razão da greve, formalizem adesão ao pagamento em folha suplementar. No portal www.ifrhe.rs.gov.br, o educador acessa, on-line, o Termo de Adesão, concordando em receber o pagamento de seu salário no dia 28/1, mas já autorizando que, a partir de março, esses valores sejam totalmente descontados, em parcelas mensais e consecutivas até o limite legal de 20% da remuneração. Mais informes: <https://educa->

cao.rs.gov.br (link Notícias).

O Cpers criticou o procedimento de enviar o termo pelo sistema estadual interno de Recursos Humanos, dia 22/1, por e-mail, aos grevistas com descontos de salários. "Não aceite o desconto do seu salário", informa o Sindicato, em seu cite (<https://cpers.com.br/#>). A nota do Cpers argumenta que "como a decisão do corte de ponto contraria entendimentos anteriores do próprio Tribunal de Justiça e do STF, o governo tenta legitimar sua ação, coagindo servidores". Conforme o Sindicato, os termos apresentados são absurdos: "declaro, de forma irrevogável e irretratável, que adiro à proposta (...), autorizando expressamente que se operem os descontos."

O Termo de Adesão distribuído também indignou a presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, Sofia Cavedon, que protocolou, junto à Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual, documentos que apontam assédio e coação das autoridades estaduais junto à categoria. Com o fato, a deputada estadual solicitou providências para a cassação desse Termo.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO AGENDA DO ENSINO

■ Estácio: Hoje e amanhã, a Faculdade Estácio/RS realiza vestibular para ingresso no 1º semestre de 2020. As provas serão em quatro horários: 10h, 12h, 14h e 16h, na Unidade Porto Alegre (rua Marechal Floriano Peixoto, 626). Os aprovados poderão aproveitar valores especiais nas mensalidades. Inscrições gratuitas em: <http://portal.estacio.br/megavestibular>.

■ Língua Portuguesa: Os 135 textos produzidos pelos finalistas da 6ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa, realizada em 2019, foram reunidos em um e-book, que já está disponível no portal Escrevendo o Futuro (escrevendoofutu-ro.org.br). Estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Médio tiveram a oportunidade de escrever sobre "O lugar onde vivo", em forma de Poemas, Crônicas, Memórias Literárias, Artigos de Opinião e Documentários.

■ Medicina Unijuí: Seguem abertas, até dia 26/1, as inscrições ao Vestibular de Medicina da Universidade Regional do Noroeste do RS (Unijuí), que será realizado em 2/2. São 50 vagas para a graduação, com início das aulas em 17/2. Mais informes: www.unijui.edu.br.

■ Senac EAD: Com 13 opções de cursos nas áreas de Comércio, Educação, Gestão, Meio Ambiente e Tecnologia da Informação, o Centro Universitário Senac inscreve, até 27/1, para graduações na modalidade a distância (EAD). São 300 pontos, onde é possível realizar, presencialmente, as duas avaliações semestrais. Dados: ead.senac.br.

■ Música: A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu/PR, está com inscrições abertas, até as 17h do dia 28/1, para o processo seletivo do curso de Música. Detalhes e inscrições constam no edital, em: bit.ly/musica_20. Outras informações: bit.ly/3aw8jwT.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL Universidades vão continuar a integrar o SisU

As seis instituições de ensino superior do estado que oferecem vagas através do Sistema de Seleção Unificada informaram ontem que não cogitam se retirar do Sisu por conta dos erros ocorridos na correção das provas do Enem 2019. No estado estão sendo disponibilizadas cerca de 15 mil vagas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Universidade de Pernambuco (UPE), Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertão).

O governo federal já responde a 17 ações judiciais após a divulgação de notas com erros. As ações pedem revisão da correção da prova e suspensão do Sisu, sistema que seleciona alunos para universidades públicas a partir do desempenho no exame. Após comemorar o que seria o melhor exame da história, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, confirmou no sábado que milhares de participantes haviam recebidos notas com erros.

Com a divulgação do problema, a pasta recebeu 172 mil mensagens com reclamações sobre seus desempenhos. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais diz que a falha atingiu 5.974 candidatos, que tiveram os resultados alterados. Até o fim da manhã de ontem, havia nove ações ajuizadas em cinco unidades da federação, segundo a Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU (Advocacia-Geral da União), que atua nesses casos. À tarde, o órgão identificou uma nova ação, individual, no Rio de Janeiro, com pedido de alteração de notas.

No Distrito Federal, há três ações. Dois mandados de segurança pedem a suspensão do Sisu e a revisão do processo de correção das notas. Também há uma ação popular com pedido de reabertura dos prazos para que estudantes possam pedir revisão de notas, além da prorrogação do prazo de inscrições do sistema.

O governo manteve a abertura do Sisu na terça-feira (21), mas estendeu o prazo de inscrições até domingo (26), dois dias além da previsão inicial. Mandados de segurança impetrados em Minas Gerais e no Pará pedem revisão da correção da prova. Com relação a essa ação do Pará, a Justiça Federal concedeu liminar em que pede alteração de nota de uma participante.

Uma ação individual em Goiás demanda a divulgação dos espelhos dos gabaritos. No mesmo estado, outro mandado de segurança exige a retificação das notas e que seja aceita inscrição no Sisu após isso. Ainda há uma ação popular no Maranhão em que também se pede a suspensão da abertura do Sisu. (Reportagem local e Folhapress)

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - MÁRIO FONTANA PROFESSORES - DESIGUALDADES GRITANTES

Professores de universidades estaduais de todo o país devem estar comemorando com enorme satisfação a decisão tomada — ainda que liminarmente — pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, de equiparar os salários dos professores de universidades estaduais com os salários de professores de universidades federais, que ganham muito mais do que os estaduais. O salário de um professor de universidade federal tem como teto o salário de um ministro do Supremo, que vai até R\$ 39 mil, enquanto o salário de um estadual geralmente tem como limite o salário de governadores dos estados onde trabalham, cujo índice mais alto não ultrapassaria os R\$ 20 mil. Se a decisão do ministro Toffoli se tornar permanente, os governos dos estados,

que estão praticamente quebrados, vão ter de atender a mais um desfalque de monta em seus orçamentos.

Por outro lado, a decisão de Toffoli, feita em nome da igualdade de direitos nas universidades, traz à tona as desigualdades salariais reinantes no país, ressaltando a enorme diferença entre os salários de professores universitários e os professores de cursos da educação básica. Pelo novo piso salarial do professor do chamado ensino básico, estabelecido pelo governo, o mestre de estabelecimentos de ensino estaduais e municipais deve ganhar no mínimo R\$ 2.886 por mês. O novo piso do professorado já começou a provocar protestos, tanto dos governadores como dos prefeitos, que declararam que os cofres públicos não têm condições de atender a mais esse compromisso salarial. Por outro lado, vejam vocês como são as coisas: um professor universitário pode ganhar até mais de R\$ 39 mil mensais, com as vantagens do cargo, enquanto um professor de ensino básico tem de se contentar com seus contados R\$ 2.886 por mês.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - EM DIA COM A POLÍTICA

Percalços no Enem

O Enem 2019 promete ainda mais dor de cabeça ao ministro da Educação, Abraham Weintraub (foto). O Ministério Público Federal (MPF) recebeu ao menos 250 representações de estudantes que pedem apurações sobre o erro na correção de provas do exame. O Ministério da Educação (MEC) tem dito que nenhum estudante foi prejudicado e que vai dar, em breve, todos os esclarecimentos ao MPF. Segundo a pasta, houve erro em 5.974 provas, de 3,9 milhões participantes da última edição da prova. Ontem, a Justiça Federal no Pará determinou em, medida liminar, que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) revise em até 48 horas a nota de uma candidata do Enem. A estudante questiona se a correção de sua prova não teve erros. O ministério enfrenta uma série de ações judiciais e questionamentos após a divulgação de notas com erros.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

IFRR oferta mais de 130 vagas em cursos superiores

Neste primeiro semestre de 2020, o Campus Boa Vista do Instituto Federal de Roraima (CBV/IFRR) abriu 136 vagas, distribuídas em sete cursos superiores gratuitos, pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu). As inscrições já começaram e seguem até domingo, dia 26, conforme estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Segue abaixo o quadro de vagas na instituição:

Para verificar mais detalhes sobre as vagas, os interessados devem acessar o link.

No portal do IFRR, que pode ser acessado no endereço www.ifrr.edu.br, há outras informações sobre os cursos.

Podem se inscrever no processo seletivo do Sisu os candidatos que fizeram o Enem de 2019 e que tenham obtido na redação nota que não seja zero. A inscrição deverá ser feita exclusivamente pela internet.

No total, estão sendo ofertadas mais de 237 mil oportunidades em 128 instituições do País, entre universidades federais, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e

instituições estaduais, para o primeiro semestre deste ano.

Confira abaixo o cronograma do Sisu 2020.1:

21/1 a 26/1 – Período de inscrições

28/1 – Resultado da chamada regular

29/1 a 4/2 – Prazo para participar da lista de espera

29/1 a 4/2 – Matrícula da chamada regular

A partir de 7/2 – Convocação dos candidatos em lista de espera pelas instituições

[topo](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL

Governo já responde a dez ações judiciais após erros no Enem

MEC recebeu 172 mil mensagens com reclamações de candidatos sobre seus desempenhos

Folhapress

Brasília - O governo do presidente Jair Bolsonaro já responde a dez ações judiciais após a divulgação de notas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2019 com erros. Ações pedem revisão da correção da prova e também suspensão do Sisu (Sistema de Seleção Unificada), sistema que seleciona alunos para universidades públicas a partir do desempenho no exame.

Após comemorar o que seria o melhor exame da história, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, confirmou no sábado (18) que milhares de participantes haviam recebidos notas com erros.

Com a divulgação do problema, a pasta recebeu 172 mil mensagens com reclamações de candidatos sobre seus desempenhos. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) diz que a falha atingiu 5.974 candidatos, que tiveram os resultados alterados.

Até o fim da manhã desta quinta-feira (23), havia nove ações ajuizadas em cinco unidades da federação, segundo a Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU (Advocacia-Geral da União), que atua nesses casos. O órgão identificou nesta tarde uma nova ação, individual, no Rio de Janeiro, com pedido de alteração de notas. No Distrito Federal, há três ações. Dois mandados de segurança pedem a suspensão do Sisu e a revisão do processo de correção das notas. Também há uma ação popular com pedido de reabertura dos prazos para que estudantes possam pedir revisão de notas, além da prorrogação do prazo de inscrições do sistema.

O governo manteve a abertura do Sisu nesta terça-feira (21), mas estendeu o prazo de inscrições até domingo (26), dois dias além da previsão inicial. O site, que reúne vagas de instituições públicas com acesso a partir do Enem, já recebeu 1,4 milhão de inscritos. Mandados de segurança impetrados em Minas Gerais e no Pará pedem revisão da correção da prova. Com relação a essa ação do Pará, a Justiça Federal concedeu liminar em que pede alteração de nota de uma participante. Uma ação individual em Goiás demanda a divulgação dos espelhos dos gabaritos preenchidos. No mesmo estado, outro

mandado de segurança exige a retificação das notas e que seja aceita inscrição no Sisu após isso. Ainda há uma ação popular no Maranhão em que também se pede a suspensão da abertura do Sisu. As ações foram ajuizadas desde a última sexta-feira (17), data em que o governo liberou o acesso aos resultados. Desde aquele dia participantes relatam nas redes sociais estranhamento com as notas. Estudantes descontentes registraram ao menos 250 representações nas procuradorias da República pelo País.

O Inep argumenta que, a partir dos erros identificados, revisou o resultado de todos os participantes. Contra a judicialização do Enem, o instituto organizou uma força-tarefa para lidar com processos e informou estar preparado para ações. Por causa do modelo matemático adotado no Enem, as notas dos participantes dependem não apenas da quantidade de acertos, mas também de quais foram eles -quem erra questões fáceis e acerta difíceis pode, por exemplo, ter uma nota menor. O cálculo das notas leva em conta uma série de informações estatísticas. Dessa forma, o candidato não tem como calcular sua pontuação nem ter certeza se ela está correta.

No caso dos estudantes que o Inep já reconheceu terem recebido a nota errada, falhas na gráfica não identificaram a dissociação entre o candidato e a respectiva cor de sua prova. Assim, participantes que fizeram a prova de uma cor tiveram o gabarito corrigido como se fosse de outra. A gráfica Valid passou a imprimir a prova desde o ano passado, mesmo sem ter experiência nesse tipo de serviço.

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

Governo já responde por 17 processos

BRASÍLIA (Folhapress) - O governo do presidente Jair Bolsonaro já responde a 17 ações judiciais após a divulgação de notas do Enem 2019 com erros. Ações pedem revisão da correção da prova e também suspensão do Sisu, sistema que seleciona alunos para universidades públicas a partir do desempenho no exame.

Após comemorar o que seria o melhor exame da história, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, confirmou no último sábado que milhares de participantes haviam recebidos notas com erros. Com a divulgação do problema, a pasta recebeu 172 mil mensagens com reclamações sobre seus desempenhos. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) diz que a falha atingiu 5.974 candidatos, que tiveram os resultados alterados.

Até o fim da manhã de ontem, havia nove ações ajuizadas em cinco unidades da federação, segundo a Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU (Advocacia-Geral da União), que atua nesses casos. O órgão identificou uma nova ação, individual, no Rio de Janeiro, com pedido de alteração de notas.

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL

Governo já responde a 10 ações por erro nas notas

No Pará, juiz manda Inep revisar avaliação de candidata em até 48 horas

O governo do presidente Jair Bolsonaro já responde a dez ações judiciais após a divulgação de notas do Enem 2019 com erros. Ações pedem revisão da correção da prova e também suspensão do Sisu, sistema que seleciona alunos para universidades públicas a partir do desempenho no exame.

Após comemorar o que seria o melhor exame da história, o ministro da Educação,

Abraham Weintraub, confirmou no sábado que milhares de participantes haviam recebidos notas com erros.

Com a divulgação do problema, a pasta recebeu 172 mil mensagens com reclamações sobre seus desempenhos. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) diz que a falha atingiu 5.974 candidatos, que tiveram os resultados alterados.

Até o fim da manhã desta quinta-feira, havia nove ações ajuizadas em cinco unidades da federação, segundo a Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União (AGU), que atua nesses casos. À tarde, o órgão identificou nesta tarde uma nova ação, individual, no Rio de Janeiro, com pedido de alteração de notas.

No Pará, a Justiça Federal determinou em, medida liminar, que o Inep revise em até 48 horas a nota de uma candidata do Enem. A estudantes questiona se a correção de sua prova não teve erros. Procurado, o Ministério da Educação (MEC) não se posicionou sobre a liminar.

No Distrito Federal, há três ações. Dois mandados de segurança pedem a suspensão do Sisu e a revisão do processo de correção das notas. Também há uma ação popular com pedido de reabertura dos prazos para que estudantes possam pedir revisão de notas, além da prorrogação do prazo de inscrições do sistema.

O governo manteve a abertura do Sisu na última terça-feira, mas estendeu o prazo de inscrições até domingo, dois dias além da previsão inicial. O site, que reúne vagas de instituições públicas com acesso a partir do Enem, já recebeu 1,4 milhão de inscritos.

Mandado de segurança impetrado em Minas Gerais pede revisão da correção da prova. Uma ação individual em Goiás demanda a divulgação dos espelhos dos gabaritos preenchidos. No mesmo estado, outro mandado de segurança exige a retificação das notas e que seja aceita inscrição no Sisu após isso. Ainda há uma ação popular no Maranhão em que também se pede a suspensão da abertura do Sisu.

As ações foram ajuizadas desde a última sexta-feira, data em que o governo liberou o acesso aos resultados. Desde aquele dia participantes relatam nas redes sociais estranhamento com as notas.

Estudantes descontentes registraram ao menos 250 representações nas procuradorias da República pelo país. O Ministério Público Federal recomendou ao governo na quarta-feira a suspensão das inscrições do Sisu. O órgão pede conferência dos gabaritos de todos os candidatos. O prazo para acatar a recomendação do MPF é de 24 horas.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES

Governo federal repassa R\$ 1,2 mi para a educação

A secretaria de Educação de São Borja informou que o Ministério da Educação (MEC) confirmou o repasse de móveis e veículos escolares, em montante de quase R\$ 1,2 milhão. Os investimentos para incrementar a infraestrutura do sistema municipal de ensino acontecem depois de terem sido vencidos entraves no Ministério, registrados em período anterior.

O secretário João Carlos Reolon informa que através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o MEC está confirmando a aquisição, para a rede municipal, de 2.887 conjuntos de mesas, classes e cadeiras escolares. O mobiliário,

destinado a professores e alunos, inclusive para pessoas com deficiência, representará um investimento de R\$ 766 mil. O governo federal vai liberar a verba e a prefeitura fará a licitação de compra.

Reolon prevê que em cerca de dois meses o processo estará concluído. "Isso significará maior conforto aos estudantes e docentes, permitindo, ao mesmo tempo, que as escolas melhorem sua infraestrutura de uso diário e ampliem seu patrimônio", observa o secretário. O secretário diz que "outra importante conquista" é a confirmação pelo MEC de dois novos ônibus para São Borja. São veículos para serem utilizados no serviço de transporte escolar. A autorização em relação aos dois coletivos já foi dada e a expectativa é de que até o final do primeiro semestre estejam à disposição. O investimento é de quase R\$ 400 mil.

O secretário destaca que os novos ônibus "representarão um ganho fundamental". Ele observa que a secretaria tem uma boa frota à disposição, mas o desgaste é grande, considerando as longas distâncias que têm de ser percorridas diariamente no período de aulas. "Estes dois novos veículos que vamos receber vêm na hora certa, para que sigamos oferecendo um serviço seguro e de qualidade", ressalta o secretário.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - EDITORIAL

Mais preparo para realização correta do Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi uma feliz iniciativa, a qual, na prática, substituiu, em muitos aspectos - inclusive para as universidades particulares -, o vestibular. Durante décadas, jovens do Brasil faziam os chamados cursinhos em horário diferente das aulas curriculares do Clássico, Científico ou do Normal para se prepararem a uma cobiçada vaga em universidades públicas e privadas.

Era uma fase de estresse não só para os jovens, como também para suas famílias. Mas, com a chegada do Enem, realizado simultaneamente em todo o País, ele passou a valer para ingresso em universidades públicas e muitas particulares, pagas.

Em complementação, surgiram o Financiamento Estudantil (Fies) e o Sistema de Seleção Unificado (Sisu), para a obtenção de vagas, pagas ou gratuitas, no Ensino Superior. Neste particular, é de se enaltecer as iniciativas dos governos anteriores, que buscaram universalizar o acesso à graduação universitária, o que, antes, a rigor, era quase um privilégio das classes mais abastadas - com as exceções de sempre -, pois elas tinham condições de pagar, como citado, os cursinhos preparatórios aos temidos vestibulares, nos quais somente os bem estudados conseguiam passar. Neste ano, as dificuldades tecnológicas, segundo o Ministério da Educação (MEC), causaram problemas na correção das provas, com a troca de gabaritos e notas mais baixas, como consequência do erro. Cerca de 6 mil estudantes foram prejudicados em um primeiro momento, o que foi, depois, corrigido. Igualmente, as inscrições ao Sisu esbarraram na quantidade de acessos, dificultando a inscrição para milhares de alunos. Assim, o Ministério Público Federal enviou recomendação ao governo para que suspendesse as inscrições no Sisu. O órgão citou também os erros nas notas do Enem.

A tecnologia do MEC ou das empresas por ele contratadas deveria prever uma otimização dos sistemas. A quantidade de alunos ocorre todos os anos no Enem e também no acesso ao Sisu. Dessa maneira, há que se prever acompanhamento e previsão de técnicos para evitar o que aconteceu neste 2020. Alunos estressados, julgando-se, com razão, prejudicados em um primeiro momento, e familiares tensos à

espera de soluções. Elas vieram, mas a preocupação foi muito grande por parte dos interessados.

O próprio ministro da Educação veio a público para explicar as dificuldades e afirmando, como aconteceu, que ninguém seria prejudicado. Afirmou que as falhas atingiram um percentual muito pequeno nas provas do Enem, cerca de 0,1% dos estudantes. Que no ano de 2021 sejam tomadas providências antecipadas, para que tais erros tecnológicos não ocorram. É isso que é esperado.

topo ↕

O DIA - PI - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Governo Bolsonaro já responde a dez ações judiciais após erros no Enem

O governo do presidente Jair Bolsonaro já responde a nove ações judiciais após a divulgação de notas do Enem 2019 com erros. Ações pedem revisão da correção da prova e também suspensão do Sisu, sistema que seleciona alunos para universidades públicas a partir do desempenho no exame.

Após comemorar o que seria o melhor exame da história, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, confirmou no sábado (18) que milhares de participantes haviam recebidos notas com erros.

Com a divulgação do problema, a pasta recebeu 172 mil mensagens com reclamações sobre seus desempenhos. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) diz que a falha atingiu 5.974 candidatos, que tiveram os resultados alterados.

Até o fim da manhã desta quinta-feira (23), havia nove ações ajuizadas em cinco unidades da federação, segundo a Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU (Advocacia-Geral da União), que atua nesses casos. O órgão identificou nesta tarde uma nova ação, individual, no Rio de Janeiro, com pedido de alteração de notas.

No Distrito Federal, há três ações. Dois mandados de segurança pedem a suspensão do Sisu e a revisão do processo de correção das notas. Também há uma ação popular com pedido de reabertura dos prazos para que estudantes possam pedir revisão de notas, além da prorrogação do prazo de inscrições do sistema.

O governo manteve a abertura do Sisu nesta terça-feira (21), mas estendeu o prazo de inscrições até domingo (26), dois dias além da previsão inicial. O site, que reúne vagas de instituições públicas com acesso a partir do Enem, já recebeu 1,4 milhão de inscritos.

Mandados de segurança impetrados em Minas Gerais e no Pará pedem revisão da correção da prova. Com relação a essa ação do Pará, a Justiça Federal concedeu liminar em que pede alteração de nota de uma participante.

Uma ação individual em Goiás demanda a divulgação dos espelhos dos gabaritos preenchidos. No mesmo estado, outro mandado de segurança exige a retificação das notas e que seja aceita inscrição no Sisu após isso.

(Folhapress)

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Cinco instituições divulgam resultados na próxima semana

APROVAÇÃO- Candidatos aguardam listões dos aprovados. Resultado associado ao Sisu 2020 ainda é incerteza.

Cinco instituições já têm data marcada para saber os nomes dos calouros. No dia 28, pela primeira chamada regular do Sistema de Seleção Unificado (Sisu), será o dia de festejar para quem escolheu a Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) ou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) para estudarem. No dia 29, a Universidade do Estado do Pará (Uepa) lança o listão do processo seletivo interno, que usa as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Universidade Federal do Pará (UFPA) também fez um processo seletivo interno, mas ainda não deu qualquer previsão de resultado.

A Ufra oferta 2.190 vagas. Na Unifesspa, há 1.450 vagas. A Ufopa tem 1.307 vagas. O IFPA tem 776 vagas. No processo seletivo próprio, a Uepa ofertou 3.656 vagas. A UFPA ofertou 7.143 vagas, sendo 3.449 disputadas pela ampla concorrência, 3.503 pelo sistema de cotas e também 191 vagas extras, ofertadas exclusivamente para pessoas com deficiência (PcD).

Para as três instituições que farão seleções pelo Sisu, resta uma incerteza: se o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) não farão qualquer nova intervenção no Enem. No último final de semana, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, reconheceu que houve erros nas correções de provas e havia inconsistências em notas.

Essa declaração, apesar de uma força-tarefa ter sido montada pelo MEC, para corrigir todos os erros identificados, foi suficiente para que o Ministério Público Federal (MPF) recomendasse a suspensão das inscrições no Sisu, que se encerram neste domingo (26). E revisão completa das notas do Enem 2019, até que houvesse total segurança nos resultados. Há ações nas Procuradorias da República de quase todos os estados. Até quarta-feira (22), havia duas no Pará.

[topo](#)

O LIBERAL - PA - CIDADES

MPF reúne 250 queixas sobre nota do Enem

O Ministério Público Federal (MPF) já recebeu 250 representações de Cidadãos que pedem apurações sobre o erro na correção de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Por causa da falha, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão recomendou ao governo suspender o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que reúne vagas do ensino superior público. Nessa plataforma online, os candidatos podem tentar ingresso nas universidades com a nota da prova.

O Ministério da Educação (MEC) tem dito que nenhum estudante foi prejudicado e que vai dar, em breve, todos os esclarecimentos ao MPF. Segundo a pasta, houve erro em 5.974 provas, de 3,9 milhões participantes da última edição da prova.

As falhas, alega o governo federal, ficaram concentradas em cidades do interior de Minas e da Bahia. O MEC atribuiu a inconsistência nas notas a um problema técnico da impressão das provas e diz que as notas já foram corrigidas.

As inscrições no Sisu começaram na terça-feira, 21, e vão até domingo, dia 26 - dois

dias a mais em relação ao cronograma inicial, por causa dos problemas. Em ofício enviado na quarta ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, o MPF pediu que o Sisu fosse suspenso até que todos os gabaritos sejam revisados.

A procuradoria afirma que a prorrogação do Sisu por mais dois dias não é suficiente para resolver a divergência entre as notas dos candidatos. Isso porque a mudança das pontuações cria alterações na nota de corte e na classificação parcial da seleção, prejudicando o planejamento de milhões de alunos. "Processos seletivos públicos exigem a mais ampla e irrestrita transparência e publicidade, bem como mecanismos fidedignos de correção das provas, já que destes dependem a legitimidade, solidez, eficácia e credibilidade do sistema", aponta o órgão federal. Após a nova publicação do resultado, o MPF solicita ainda que o MEC comunique oficialmente a abertura de prazo para os estudantes solicitarem a verificação de possíveis inconsistências. A procuradoria estipulou prazo de 24 horas para que o ministério acate a recomendação.

PROCESSO SELETIVO Neste semestre, são 237.128 vagas em 128 instituições públicas de todo o País. De acordo com balanço do MEC na noite de quarta-feira, mais de 2,5 milhões de inscrições já haviam sido realizadas no Sisu. Estudantes reclamaram de instabilidade na plataforma, mas o ministério disse que as oscilações são naturais. As inscrições são gratuitas e feitas na página virtual do Sisu. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

O RIO BRANCO - AC - GERAL

Sisu se aproxima de 1,5 milhão de inscritos

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) chegou a 2.772.054 inscrições na manhã desta quinta-feira, 23 de janeiro. O número é maior do que o de inscritos —1.450.608, já que cada estudante pode selecionar até duas opções de curso. Na quarta-feira, 22, o sistema fechou o dia com 2.407.170 inscrições e 1.327.859 inscritos.

O Sisu é a principal forma de acessar o ensino superior público com a nota do Ensino Nacional do Ensino Médio (Enem), divulgada na semana passada. Para participar da seleção, é necessário não ter zerado a redação na edição de 2019 do exame. Neste semestre, são 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas de todo o país. A inscrição é gratuita e deve ser feita na página do programa na internet. O período para inscrições até as 23h59 de domingo, 26.

O sistema seleciona os mais bem classificados em cada curso, de acordo com as notas no Enem e eventuais ponderações, como pesos atribuídos às notas ou bônus. Caso o desempenho do candidato permita o ingresso nos dois cursos, prevalecerá a primeira opção, com apenas uma chamada para matrícula. A data final de inscrições seria sexta-feira, 24. Com as inconsistências na correção das provas do Enem, o Ministério da Educação (MEC) decidiu dar mais tempo para os estudantes, para evitar prejuízos. Os resultados serão divulgados no dia 28 de janeiro.

Confira abaixo as demais datas:

- matrícula ou registro acadêmico nas instituições participantes: até 4 de fevereiro;
- lançamento da ocupação nas vagas pelas instituições participantes: até 7 de fevereiro;
- manifestação de interesse para constar na lista de espera: até as 23h59 de 4 de fevereiro.

O cronograma foi publicado na edição de 3 de dezembro, do Diário Oficial da União

(DOU). O edital completo está na página do Sisu e a retificação com a prorrogação do prazo, na edição do DOU desta terça-feira, 21 de janeiro. [Ministério da Educação]

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Após erro no Enem, governo responde a dez ações na Justiça

Em Minas, foram impetrados dois mandados de segurança

O governo federal já coleciona, de 17 de janeiro até a noite de ontem, pelo menos dez ações judiciais por conta dos erros de notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e da manutenção do cronograma do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), conforme levantamento da Procuradoria Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia Geral da União (AGU).

Em Minas, foram impetrados pelo menos dois mandados de segurança— um pede a divulgação da nota e, o outro, a revisão da correção.

Solicitando a suspensão do Sisu, há uma ação popular, ajuizada no Maranhão, e dois mandados de segurança, ambos impetrados no Distrito Federal— também lá, há uma ação popular que pede pela "reabertura dos prazos, por no mínimo 48 horas, para que todos os estudantes e participantes do Enem 2019 possam buscar a revisão de suas notas", segundo a AGU.

Em Goiás, urna ação individual pede a divulgação dos espelhos dos gabaritos preenchidos e especificação dos critérios de avaliação. No Pará, um mandado de segurança solicita revisão da prova. Já no Rio de Janeiro, há uma ação individual que requisita reavaliação da prova objetiva e da redação.

Desde a divulgação das notas do Enem, no dia 17, alunos se queixam de falhas na correção. Eles haviam notado uma discrepância entre número de acertos e pontuação alcançada. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) reconheceu o problema no dia seguinte, criando um e-mail para que candidatos requisitarem revisão — cerca de 172 mil estudantes endereçaram mensagens pelo canal.

No dia 20, o Inep divulgou que havia feito um pente-fino em todas as provas, revisando 5.974 notas, que estariam erradas. O órgão manteve a abertura do Sisu no dia 21, estendendo o prazo de inscrições em dois dias — até domingo. Anteontem, o Ministério Público Federal (MPF) deu 24 horas para que o Inep suspenda o Sisu e responda a todos os e-mails. Alunos ouvidos pela reportagem disseram ainda não ter tido respostas oficiais.

Candidatos obtêm vitória contra União

Duas decisões provisórias obrigam o Inep a rever as notas de candidatos que fizeram o Enem. No Pará, o juiz federal Jorge Ferraz de Oliveira Júnior deu 48 horas para a revisão das provas de linguagens e ciências humanas de um candidato. O magistrado assinala que, ainda que a correção já tenha sido feita, a insegurança em relação ao resultado persiste. A AGU afirma que irá recorrer.

Em Goiás, o juiz João Paulo Moretti de Souza deu prazo ainda mais estreito ao Inep: o órgão tem 24 horas para rever o exame de um candidato. Já no Distrito Federal, um juiz negou o pedido de reabertura do prazo para requisição de reavaliação das notas. Além das dez ações judiciais, estudantes descontentes registraram pelo menos 250

representações nas procuradorias do país. O Inep garante que as correções já foram feitas e mantém aberta as inscrições no Sisu. (AB com agências)

topo ↕

CAMPO & NEGÓCIOS - TEMPO REAL

Estudo coordenado pela Agroicone sobre etanol de milho de segunda safra foi publicado pela Nature Sustainability

escrito por Administrador Campo e Negócios janeiro 23, 2020

Estudo coordenado pela Agroicone sobre etanol de milho de segunda safra foi publicado pela Nature Sustainability

A produção do etanol de milho de segunda safra tem se revelado como um mercado emergente no setor de biocombustíveis, com maior ênfase na região Centro Oeste do país. Desde 2017, com a instalação da primeira usina 100% milho de segunda safra no estado de Mato Grosso, pelo menos três novas usinas estarão em operação ou ampliação na região esse ano. São investimentos que impulsionam a economia local e nacional.

Tomando como exemplo uma usina que produza 500 milhões de litros ano, estima-se a criação de aproximadamente 8,5 mil empregos diretos e indiretos ao longo da fase de construção, incluindo insumos de outros estados. A movimentação para a economia doméstica no mesmo período foi estimada em R\$ 1,4 bilhões. Na fase de operação, a mesma usina gerou 4.500 empregos por ano e valor agregado de cerca de R\$ 1 bilhão. A perspectiva é de aumento da produção brasileira de etanol de milho, chegando a 3 bilhões de litros até 2021.

A velocidade e volume dos investimentos indicou a necessidade de um estudo para mensurar os impactos socioeconômicos, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a mudança de uso da terra provocada pela indústria de etanol de milho de segunda safra. Os resultados, publicados na última edição da revista Nature Sustainability, mostram que o potencial econômico está aliado com significativas contribuições para mitigar as emissões de GEE, que pode chegar entre 71% até quase 100% quando comparado com a gasolina. O percentual varia de acordo com os processos agroindustriais da usina e metodologia de avaliação.

Existem duas razões para uma redução tão expressiva de GEE, sendo que a primeira é que o etanol de milho produzido no Brasil é de segunda safra, na rotação com a soja. O sistema aumenta a produtividade geral da fazenda, pois a segunda safra aproveita insumos utilizados na primeira, enquanto protege o solo, evita o desmatamento e não compete com produção de alimentos. A segunda razão é o uso do eucalipto como fonte de energia da usina no lugar de energia fóssil. Os dois fatores diferenciam o etanol de milho brasileiro daquele produzido nos Estados Unidos, com significativos benefícios ambientais.

Confira as diferenças no infográfico:

O estudo foi coordenado pelo economista Marcelo Moreira, sócio da Agroicone, com a contribuição dos pesquisadores Joaquim Seabra e Marcelo P. Cunha (UNICAMP), Sofia Arantes, Lee R. Lynd (Dartmouth College, USA) e Joaquim José Martins Guilhoto (OCDE). O projeto teve financiamentos do INPUT (Iniciativa para o Uso da Terra), Centro de Inovação em Bioenergia dos Estados Unidos, **CAPES** e CNPq.

Para ler o estudo completo, acesse: <https://rdcu.be/b0loa>

topo ↕

CENÁRIO MT - TEMPO REAL

UFMT abre seletivo para tutor presencial para o Polo de Lucas do Rio Verde

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) abriu edital de processo seletivo para tutor que atuará no curso de graduação em Administração Pública do sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Estão disponíveis duas vagas presenciais e uma à distância para Lucas do Rio Verde, além de vagas para os municípios de Água Boa, Primavera do Leste e Cuiabá.

O candidato deverá fazer a sua inscrição até o dia 20/02/2020 por meio do e-mail: secretaria.adm.pub@gmail.com, colocando no assunto: seleção de tutor 2020. No e-mail deverão ser anexados o Curriculum Vitae ou Curriculum Lattes documentado conforme os critérios de pontuação para classificação previsto no edital e a ficha de inscrição.

O objetivo é selecionar bolsistas para atuar no contexto de programas e projetos do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com gestão efetivada por meio do Sistema de Gestão de Bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

Para os tutores, a carga horária mínima de 20 horas semanais e o valor da bolsa concedida é de R\$ 765,00.

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Capex lança edital para doutorado e pós-doutorado na Áustria

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** lançou, nessa quarta-feira (22), a abertura de dois editais com oportunidades de doutorado e pós-doutorado na Áustria, por meio de parceria com o Instituto Internacional para a Análise de Sistemas Aplicados (Iiasa).

As bolsas são para as áreas essenciais de ciência e tecnologia, análise de sistemas, agricultura, meio-ambiente, energia e recursos naturais. O objetivo é investir na liderança de pesquisadores brasileiros, fortalecer as áreas de conhecimento entre os dois países e aumentar as publicações internacionais conjuntas.

Serão concedidas até quatro bolsas de pós-doutorado na instituição anfitriã, com duração de três a 24 meses. Cada bolsista será apoiado financeiramente com até R\$ 285 mil. Para o doutorado-sanduíche poderão ser concedidas até três bolsas de três a 12 meses. O apoio financeiro a cada bolsista nesta modalidade será de até R\$ 102 mil.

Pós-doutorado

Para se candidatar a essas vagas é necessário ter obtido o título de doutorado há menos de oito anos e comprovar a proficiência em língua inglesa, de acordo com as normas do edital. Os selecionados receberão a mensalidade de bolsa, auxílio-deslocamento, instalação e seguro-saúde. Não será concedido nenhum auxílio adicional a cônjuge ou dependente.

Doutorado

Já para o doutorado, deve-se levar em conta as notas de inglês, necessárias para a candidatura, conforme diz o edital. Os benefícios concedidos pela **Capes** para o doutorado-sanduíche são os mesmos do pós-doutorado.

Confira o cronograma dos editais:

Inscrições das candidaturas – até as 17h do dia 13 de março de 2020;

Análise das candidaturas pela **Capes** – até 10 de junho de 2020;

Divulgação final do resultado – até 03 de junho de 2020;

Início das atividades – setembro de 2020.

Com informações da **Capes**

Relacionado

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

UFRN desenvolve curativo biodegradável e anti-inflamatório à base de ativos orgânicos

Repórter

Pesquisadores do Departamento de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desenvolveram um curativo biodegradável que, além de proteger ferimentos da exposição, ajuda na cicatrização, através da liberação de ativos com propriedades anti-inflamatórias, e não precisa ser trocado ou removido. Tudo isso, utilizando ativos naturais, provenientes de organismos como algumas plantas amazônicas e cascas de camarão.

A pesquisa, intitulada "Curativos com novo ativo amazônico para o tratamento de lesões cutâneas", é coordenada pelo professor Ádley Antonino Neves, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Universidade. A base do novo curativo são os biopolímeros, tipos de moléculas produzidas por seres vivos de rápida decomposição. Hoje, os biopolímeros são considerados algumas das principais alternativas aos materiais feitos de plástico ou petróleo, pelo seu grande potencial de substituição aos polímeros gerados a partir dessas fontes e sua capacidade de degradação.

“Um dos biopolímeros é a quitosana, derivada da quitina, encontrada em cascas de alguns animais, como camarões. Incorporamos vários ativos nos filmes formados por estes biopolímeros, e iniciamos diversos ensaios físico-químicos e de atividade biológica *in vitro*”, explica o professor Ádley. O princípio ativo natural é liberado de maneira gradativa no local da lesão da pele onde o curativo é colocado, e possui propriedades anti-inflamatórias que auxiliam na cicatrização do ferimento. Além disso, por ser biodegradável, não é necessário que seja feita a troca desse tipo de curativo, que é absorvido pelo organismo do paciente após alguns dias.

Um diferencial dos curativos desenvolvidos pelos pesquisadores do Departamento de Farmácia é a utilização de diversos princípios ativos na confecção dos curativos, o que pode abrir caminho, inclusive, para a criação de novos medicamentos. “Estes ativos têm ação analgésica, anti-inflamatória, cicatrizante, antimicrobiana, entre outras, o que possibilita o desenvolvimento de várias formas farmacêuticas e medicamentos, além dos curativos.”, diz Ádley.

Hoje, o projeto encontra-se pronto para iniciar a fase de testes clínicos. De acordo com os pesquisadores, os testes iniciais, feitos em camundongos, foram promissores, e a cicatrização foi observada cerca de 10 dias após o início da utilização do curativo. “Já testamos alguns curativos em animais, com resultados bastante satisfatórios. Um provável local para os ensaios clínicos em pacientes humanos deverá ser o Hospital Universitário Onofre Lopes, na UFRN”, afirma o professor.

Para iniciar os testes clínicos, no entanto, os cientistas vão precisar, primeiramente, conseguir financiamento, o que tem sido um desafio graças à redução no orçamento e, conseqüentemente, nos editais de incentivo à pesquisa por parte de órgãos públicos, como a **Capes** e o CNPq. “Como os editais do CNPq e **Capes** estão cada vez mais escassos, estamos buscando diariamente estas parcerias com as empresas”, diz Ádley.

O projeto já possui patente depositada na Agência de Inovação da UFRN (Agir), e grandes empresas do ramo farmacêutico, como a Johnson & Johnson, já demonstraram interesse na invenção dos potiguares. O projeto, inclusive, foi um dos 16 selecionados no edital nacional lançado pela empresa Emerge, para participar do Emerge Labs, que visa estruturar pesquisas científicas para transformá-las em produtos viáveis. Entretanto, o diálogo com as grandes companhias farmacêuticas é um processo lento e, até lá, os pesquisadores continuam buscando formas de financiar os testes do produto, para que ele possa ser aperfeiçoado para chegar à sociedade.

“A conversa com as grandes farmacêuticas não é simples, e leva bastante tempo para se fechar algum negócio concreto, mas estamos sempre com o foco de colocar nossos produtos no mercado e ver a população tendo acesso ao que é desenvolvido na nossa Universidade”, diz.

topo ↕

GAZ ONLINE - TEMPO REAL

Programa oferece 1,5 mil bolsas para brasileiros na França

Cooperação entre a Capes e o país europeu promove o intercâmbio de estudantes de cursos de graduação em engenharia

Até 2022, estudantes brasileiros poderão contar com 1,5 mil bolsas em universidades francesas. As oportunidades são resultado da parceria entre a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a França no Programa de Cooperação Brasil-França Ingénieur Technologie (Brafitec). Os investimentos no projeto somarão quase R\$ 179 milhões ao longo de três anos.

A cooperação entre os países promove o intercâmbio de estudantes de cursos de graduação em engenharia. São 56 universidades brasileiras e 30 instituições francesas envolvidas na troca de conhecimento.

O anúncio das novas bolsas foi feito pelo presidente da **Capex, Anderson Correia**, durante visita de acompanhamento ao programa na Universidade de Lille, no norte da França, no dia 15. Na ocasião, Correia reforçou o interesse da **Capex** na continuidade da parceria internacional entre os dois países.

Em 2020, o programa terá 61 projetos ativos e deverá enviar cerca de 500 bolsistas à França. “É um investimento que insere o Brasil na pesquisa de ponta mundial, abre espaço para que os estudantes brasileiros troquem experiência com o que está sendo

produzido nas melhores universidades da França e vice-versa”, afirma o presidente da **Capes**, que reforçou o interesse do Brasil no recebimento de acadêmicos franceses.

O Brafitec existe há 18 anos e apoia projetos conjuntos de pesquisa em parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia. O programa já enviou 6.550 bolsistas brasileiros ao exterior e recebeu cerca de 1.500 bolsistas franceses nas universidades brasileiras.

A cooperação estimula o intercâmbio na graduação, em ambos os países, e realiza a aproximação das estruturas curriculares, inclusive a equivalência e o reconhecimento de créditos. Já foram realizadas mais de 2 mil missões de trabalho.

Nesta semana, a **Capes** e três instituições brasileiras integrantes do Programa Institucional de Internacionalização (**CAPES/PrInt**) estiveram em uma missão oficial de trabalho na França. O objetivo é elaborar um plano de trabalho associado às instituições francesas Centrale Supélec e Centrale Lille por meio do Programa Brafitec.

topo ↕

MONITOR MERCANTIL – RJ - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Fuga de cérebros, uma calamidade para o Brasil

Tem sido demonstrado que o capital humano, nível de educação da população, é uma variável extremamente importante nos modelos de crescimento econômico. Países que investiram em educação avançaram também em estabilidade política, crescimento econômico e lograram conquistas sociais importantes. Não menos importante é de se ter uma política permanente na formação de lideranças políticas e em todas as áreas de conhecimento.

No Brasil, nossas lideranças, na sua maioria, não estão à altura para superarmos as crises que vivemos. A liderança é um talento que precisa ser identificado e desenvolvido. Howard Gardner define talento “por um arranjo complexo de aptidões ou inteligências, habilidades instruídas e conhecimento, disposições de atitudes de motivações que predisõem um indivíduo a sucessos em uma ocupação, vocação, profissão, arte ou negócio”. No Brasil a identificação e desenvolvimento de talentos e lideranças são incipientes.

Na área de Ciência e Tecnologia, a partir da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na década de 50 do século passado, tivemos um progresso extraordinário especialmente na formação de recursos humanos.

Só 0,2% da população brasileira possui doutorado; na OCDE, a média é de 1,1%

Um dos programas mais importantes do CNPq, o de Iniciação Científica, que tem hoje a participação de cerca de 100 mil estudantes do ensino básico e universitário, representa um celeiro para a formação de futuros cientistas. Em adição, foi também notável a implantação de um sistema de pós-graduação de qualidade, fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

Vivemos uma realidade econômica desfavorável. Equivocadamente, em vez de aumentarmos os investimentos em Ciência e Tecnologia, como instrumento para superarmos a crise, os investimentos têm sido cortados. Universidades e centros de pesquisas tentam dar continuidade aos seus projetos. Apesar disso, muitos foram

interrompidos. Os jovens pesquisadores desencantados começam a emigrar para países onde a Ciência e Tecnologia são valorizadas. É o que chamamos de “fuga de cérebros”.

Essa diáspora de nossos talentos e lideranças é motivo de extrema preocupação, pois comprometerá o desenvolvimento e o futuro do Brasil. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas 0,2% da população brasileira possui doutorado, enquanto a média dos países pertencentes à organização é de 1,1%. Se não interrompermos rapidamente essa diáspora, teremos em alguns anos números mais assustadores explicitando o nosso retrocesso.

A comunidade acadêmica e científica, através de suas organizações – Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências (ABC), Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais (Andifes), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e outras – tem alertado para essa verdadeira calamidade que comprometerá a qualidade de vida das gerações futuras.

É importante a restauração imediata das verbas das agências de fomento: CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (**Capes**), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), fundações estaduais de apoio à pesquisas e outras. Vamos todos lutar contra essa insanidade, interrompendo essa verdadeira calamidade que é a fuga de cérebros no Brasil.

Isaac Roitman

Professor emérito da Universidade de Brasília, pesquisador emérito do CNPq e membro da Academia Brasileira de Ciências.

topo ↕

TRIBUNA DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Polo UaB de Reserva oferta Curso de Licenciatura em Pedagogia

O tão esperado Curso de Licenciatura em Pedagogia EAD agora é realidade no Polo UaB de Reserva que informa que estarão abertas as inscrições para o vestibular do curso do dia 01/02/2020 a 16/02/2020.

O curso será ofertado pela UEPG e o vestibular terá a taxa de R\$ 151,00 que poderá ser paga até o dia 17/02/2020. A divulgação do ensalamento acontecerá no dia 21/02/2020 e a aplicação das provas será no Domingo dia 01/03/2020, no período da tarde, no mesmo dia as 20h00 será divulgado o gabarito e a divulgação do resultado acontecerá no dia 12/03/2020.

A coordenadora do Polo UaB de Reserva, Lorivana Hornung também divulgou que já está autorizado, com edital pela **CAPES**, mais 2 cursos para o segundo semestre de 2020 Licenciatura em Computação pela UEPG e Administração Pública pela Unicentro.

Mais informações no Polo UaB situado na Rua Polônia, (ao lado da Escola Municipal Coronel Rogério Borba).

Sem dúvida uma boa oportunidade para quem quer se qualificar ingressando no Ensino Superior.

topo ↕

TRIBUNA NEWS - PR - TEMPO REAL

Estresse provoca cabelos brancos? Pesquisa de cientistas mostra que sim!

A relação entre estresse e cabelos brancos não ligados ao envelhecimento é algo comum, mas que ainda não tinha sido descrita pela ciência. Após testes com cobaias, um grupo de pesquisadores da Universidade de Harvard não só comprovou a ligação como desvendou o mecanismo que faz com que situações estressantes desencadeiem o aparecimento de fios grisalhos.

De acordo com a pesquisa, que teve a participação de um pesquisador brasileiro, o estresse interfere no processo de produção das células responsáveis pela pigmentação dos cabelos. Sem elas, os novos fios nascem brancos. E o processo é irreversível. O achado foi publicado recentemente, na revista científica Nature.

“Existe um mito popular de que o estresse causa cabelo branco, uma aceleração do branqueamento do cabelo. Há relatos na história de pessoas que sofreram um estresse muito grande e ficaram com cabelo branco, como Maria Antonieta, após ser capturada na Revolução Francesa, mas não havia nenhuma evidência científica de que isso acontece”, afirmou Thiago Mattar Cunha, pesquisador do Centro de Pesquisa em Doenças Inflamatórias (Crid) e professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP).

Em seus estudos no Brasil, Cunha, que estuda dor, já tinha notado, há cerca de dois anos, que as cobaias ficavam com a pelagem esbranquiçada após eventos de estresse. Em Harvard, onde fez um sabático com bolsa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, comentou o seu achado com outros pesquisadores e foi convidado a participar do estudo.

O pesquisador explica que, quando há uma situação de estresse, ocorre a ativação do sistema nervoso simpático, que é de luta e fuga. É ele que faz aumentar a frequência cardíaca e a irrigação dos músculos, mecanismos importantes caso uma pessoa precise lutar ou fugir em uma situação de risco.

“O que a gente observou nesse caso é que o estresse leva a uma elevação simpática (ativação do sistema nervoso simpático), e o folículo do pelo é irrigado por esse sistema. O folículo está cheio de células-tronco, que dão origem às células que produzem o pigmento que dá coloração ao cabelo. A noradrenalina liberada (pelo estresse) diferencia as células-tronco, e elas perdem a capacidade de produzir as células de pigmento”, explica o pesquisador.

+ Leia ainda: Day use – onde e quanto custa curtir uma piscina em Curitiba

A partir desse processo, todos os novos fios que nasceram nas cobaias eram brancos. “A gente sacramentou que era realmente relacionado ao estresse. Todo o estudo foi feito com animais, mas é bem provável que esse mecanismo também ocorra em seres humanos. A gente acredita que é um mecanismo compartilhado com outras espécies”.

Nos animais, o processo ocorreu em quatro semanas. No entanto, segundo Cunha, não é possível estimar em quanto tempo transcorre em humanos, tendo em vista que outros fatores podem estar associados, como a questão genética. A parte do estudo realizada no Brasil foi feita com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Após os 30 anos

Médica dermatologista pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e especialista em tricologia, Juliana Toma diz que os cabelos brancos costumam começar a aparecer após os 30 anos. “Geralmente, a idade que a pessoa começa a ter os fios brancos é por volta dos 30 anos em brancos, 35 anos em asiáticos e 40 anos em negros. Existe um estudo, feito em pessoas brancas, que mostra que, aos 50 anos, 50% delas terão pelo menos 50% dos fios grisalhos”.

A especialista alerta que pessoas que apresentam os fios brancos quando ainda são muito jovens ou em um processo acelerado devem buscar um especialista para descartar outras causas. “Nem sempre é o estresse. Pode ser uma forma inicial do vitiligo que está aparecendo apenas no couro cabeludo, doenças nutricionais, hipotireoidismo, drogas ou doenças do couro cabeludo”.

Se a pessoa decidir tingir os fios grisalhos, Juliana recomenda fazer o procedimento com um profissional qualificado, usar sempre produtos dentro do prazo de validade e não repetir o uso da tintura ou tonalizante em caso de reação alérgica.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Unicamp diz que foi vítima de violação em seu sistema de dados

A Coordenadoria Geral de Tecnologia de Informação e Comunicação (CITIC) da Unicamp designou uma equipe para identificar as causas do incidente e a extensão dos danos

Em nota divulgada no site da própria instituição, a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) afirma ter identificado, nesta quinta-feira, 23, violações em alguns de seus sistemas computacionais, com consequente vazamento de dados privados. Ainda segundo a nota, o problema foi detectado pela Diretoria Acadêmica (DAC), mas pode ter afetado outros sistemas da Universidade. O incidente já foi reportado às autoridades competentes.

A Coordenadoria Geral de Tecnologia de Informação e Comunicação (CITIC) da Unicamp designou uma equipe para identificar as causas do incidente e a extensão dos danos. De acordo com o comunicado, "medidas de contingência já estão sendo tomadas e não é necessária, por ora, nenhuma ação por parte dos usuários".

A Unicamp avisa que manterá a comunidade acadêmica informada sobre os avanços nas investigações e no trabalho de contenção dos danos. Os usuários serão comunicados caso haja necessidade de alguma ação individual.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Falha em notas do Enem ocorreu em 2 etapas, diz gráfica

Segundo o MEC, houve erro na correção de 5.974 provas, entre 3,9 milhões de alunos. A pasta sustenta ainda que as notas foram corrigidas e diz não haver prejuízo a nenhum aluno

O Ministério da Educação (MEC) recebeu documento da gráfica Valid, responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019, sobre a falha em parte das provas. Em ofício ao Ministério Público Federal (MPF), o governo diz que a explicação dada pela gráfica foi de erro em duas etapas da impressão. Na Justiça, o MEC enfrenta ao menos 17 ações para revisar notas – e já houve duas liminares favoráveis a estudantes.

As falhas na impressão, segundo a explicação da Valid, resultaram na correção das provas com gabaritos de versão diferente. O primeiro erro teria ocorrido durante a impressão, com os códigos de barra de identificação do gabarito, que relaciona o candidato à cor da prova feita por ele. A segunda falha ocorreu em um sensor de leitura dos cadernos de prova.

Os servidores avaliam que a explicação dada até o momento pela gráfica, segundo apurou o Estado, é insuficiente para o MEC garantir a confiança na prova e nas notas dos candidatos. A gráfica não tem se manifestado à reportagem.

Segundo o MEC, houve erro na correção de 5.974 provas, entre 3,9 milhões de alunos. A pasta sustenta ainda que as notas foram corrigidas e diz não haver prejuízo a nenhum aluno.

Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), houve 17 ações ajuizadas, em dez unidades da Federação, com questionamentos após a divulgação das notas com erros.

Ontem, a Justiça Federal do Pará ordenou que o MEC revise a nota de uma aluna em até 48 horas. No pedido, ela destacou não considerar correto o prazo e o meio escolhidos para receber pedidos de nova correção.

“O ministro da Educação publicou no Twitter do Inep (órgão do MEC responsável pelo Enem) um e-mail para que candidatos prejudicados com a correção errônea pudessem fazer suas reclamações, concedendo-lhes o prazo até as 10 horas do dia seguinte”, diz. A Justiça concordou com a alegação. Outro pedido foi acatado em Goiás. Duas ações foram negadas.

Após o erro nas notas, o MEC estendeu até domingo – dois dias extras – o prazo de inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), plataforma que reúne vagas no ensino superior público. Não atendeu ao pedido do MPF, de suspender as inscrições. Em nota, o Inep disse que a AGU toma as medidas cabíveis. A AGU informou estar recorrendo em todos os casos.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Fundeb expira este ano e impacto na educação preocupa

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb, tem validade até dezembro de 2020, quando termina o prazo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 53/2006 para sua vigência. Depois dessa data, caso nenhuma outra proposta seja aprovada no Congresso Nacional, a educação básica brasileira pode entrar em colapso.

Não é à toa que os gestores municipais estão apreensivos. Sem o fundo, dificilmente os cofres das cidades conseguirão manter escolas e alunos em sala de aula. Afinal, 43% do que os municípios brasileiros investiram em educação em 2018 – dados mais recentes disponíveis – veio do Fundeb, que além de responder por tão grande parcela do orçamento da área, é responsável por tornar a distribuição de recursos mais justa. Isso porque a complementação da União, que equivale a 10% de tudo que o fundo recebe de entes subnacionais, é direcionada aos estados que não atingem o investimento por aluno mínimo, definido anualmente em nível nacional. E esses estados ainda usam o mesmo

critério na distribuição desse valor complementar aos municípios.

Sobre a representatividade no total investido, o Portal Meu Município elaborou um estudo que analisou a dependência dos municípios, por porte, em relação aos recursos do fundo. O estudo mostrou que os 16 municípios com mais de 1 milhão de habitantes investem R\$26,8 bilhões em educação, sendo que 49,5% desse valor advém do Fundeb. Esse percentual é crescente até a faixa dos 50 a 100 mil habitantes, em que 64,5% dos R\$21,3 bilhões investidos por 343 municípios têm origem no fundo. Nas faixas seguintes, a representatividade cai, mas continua expressiva. Enquanto o percentual chega a 59,8% nos municípios de 50 a 20 mil habitantes, que investem, ao todo, R\$36,7 bilhões no ensino, nas 3.575 cidades com até 20 mil moradores, o Fundeb responde por 31,1% dos R\$67,2 bilhões aplicados.

Já no que se refere ao seu papel distributivo, o Meu Município (meumunicipio.org.br) selecionou prefeituras no extremo da lista, para demonstrar a importância do Fundeb na redução das desigualdades regionais. Se olharmos para o município de Junco do Maranhão-MA, localizado num dos estados que recebem o complemento da União, seu investimento em educação, em 2018, foi de R\$3.657,92 por aluno. Sem o que a cidade recebe do fundo, o município teria gasto impressionantes R\$8,97 para cada estudante. Por outro lado, o município de Nova Pádua, Rio Grande do Sul, onde não chega a parcela do Governo Federal, investiu ano passado R\$208.612,62 por aluno, contra R\$205.848,44, caso tirássemos o que ele recebeu do fundo. Portanto, embora haja ainda muita coisa a fazer para reduzir os abismos existentes entre os vários municípios do país, não há dúvidas de que o Fundeb tem sido determinante para a redução das desigualdades educacionais. É um grande avanço para a educação brasileira e um socorro aos cofres públicos municipais.

Assim, nessa reta final de vigência, é preciso envolver educadores, gestores e a sociedade em geral no debate, aproveitando a oportunidade para torná-lo um recurso permanente e melhorar e ampliar ainda mais a sua composição e distribuição. Isso porque além de continuar diminuindo as desigualdades entre municípios e entre estados de distintas realidades, é fundamental aumentar o valor investido, tendo em vista não só o cumprimento das metas de universalização do ensino definidas pelo Plano Nacional, como também a redução do gap entre o Brasil e o resto do mundo – enquanto gastamos em torno de US\$3 mil por aluno do ensino básico, os países da OCDE gastam, em média, US\$9 mil.

No Congresso, estão em análise, atualmente, três Propostas de Emenda à Constituição. Todas elas defendem a transformação do fundo em uma política definitiva e o aumento do valor que complementa a União. As principais divergências estão no percentual que caberá ao executivo federal e sobre qual será o ritmo da transição dos atuais 10%, para os 30 ou 40%. Outra mudança deve se dar na forma como a complementação federal é distribuída entre os entes federados. No modelo atual, esse recurso é dividido entre os estados, priorizando quem investe menos e se limitando àqueles que não atingiram o mínimo. Nesse ponto, o que tem sido discutido é a divisão diretamente entre os municípios com maior dificuldade financeira, independente do estado em que se encontram. Sobre isso, a ONG Todos Pela Educação demonstrou em estudo recente que nos estados que recebem a complementação – Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí – há cidades que precisam menos do recurso do que municípios mais pobres de estados que não a recebem.

Como no caso das propostas de reforma tributária, que estão também entre as prioridades do Congresso este ano, as PECs do Fundeb precisam tornar-se uma só. Isso porque não é possível tramitar emendas constitucionais com o mesmo objeto. Em paralelo, o Governo Federal, que avalia como inviáveis os novos valores propostos, pretende enviar ao Congresso uma quarta proposta, o que pode atrasar ainda mais o debate e a tramitação. Fora isso, os parlamentares devem, ainda, aprovar a regulamentação da então Emenda Constitucional e incluir os recursos previstos por ela no Orçamento 2021. Tudo isso esse ano.

Assim, a discussão deve esquentar nos meses que se seguem, o que torna a participação social no debate ainda mais importante e urgente.

Estamos longe de universalizar uma educação de qualidade no país, mas, sem o Fundeb, será difícil garantir até mesmo educadores e salas de aula às nossas crianças. Que consigamos construir à tempo e de forma coletiva o necessário consenso, beneficiando as gerações futuras e fortalecendo a base da federação. Se no município é onde mora o cidadão, é nele também onde estudam os nossos alunos.

*Fernando Rabelo, administrador público e especialista em políticas públicas, gestão governamental e direito público. Atualmente, coordena o Portal Meu Município

topo ↕

CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL

Ministério Público Federal reúne 250 queixas sobre nota do Enem

Procuradoria recomendou suspensão do Sisu após falhas em sistema

O Ministério Público Federal (MPF) recebeu, até esta quarta-feira (22), 250 representações de cidadãos que pedem apurações sobre o erro na correção de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Por causa da falha, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão recomendou ao governo suspender o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que reúne vagas do ensino superior público. Nessa plataforma online, os candidatos podem tentar ingresso nas universidades com a nota da prova.

O Ministério da Educação (MEC) tem dito que nenhum estudante foi prejudicado e que vai dar, em breve, todos os esclarecimentos ao MPF. Segundo a pasta, houve erro em 5.974 provas, de 3,9 milhões participantes da última edição da prova.

As falhas, alega o governo federal, ficaram concentradas em cidades do interior de Minas e da Bahia. O MEC atribuiu a inconsistência nas notas a um problema técnico da impressão das provas e diz que as notas já foram corrigidas.

As inscrições no Sisu começaram na terça-feira, 21, e vão até domingo, dia 26 - dois dias a mais em relação ao cronograma inicial, por causa dos problemas. Em ofício enviado na quarta ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, o MPF pediu que o Sisu fosse suspenso até que todos os gabaritos sejam revisados.

A procuradoria afirma que a prorrogação do Sisu por mais dois dias não é suficiente para resolver a divergência entre as notas dos candidatos. Isso porque a mudança das pontuações cria alterações na nota de corte e na classificação parcial da seleção, prejudicando o planejamento de milhões de alunos.

"Processos seletivos públicos exigem a mais ampla e irrestrita transparência e publicidade, bem como mecanismos fidedignos de correção das provas, já que destes dependem a legitimidade, solidez, eficácia e credibilidade do sistema", aponta o órgão federal.

Após a nova publicação do resultado, o MPF solicita ainda que o MEC comunique oficialmente a abertura de prazo para os estudantes solicitarem a verificação de possíveis inconsistências. A procuradoria estipulou prazo de 24 horas para que o ministério acate a recomendação.

Processo seletivo

Neste semestre, são 237.128 vagas em 128 instituições públicas de todo o País. De acordo com balanço do MEC na noite de quarta-feira, mais de 2,5 milhões de inscrições já haviam sido realizadas no Sisu. Estudantes reclamaram de instabilidade na plataforma, mas o ministério disse que as oscilações são naturais. As inscrições são gratuitas e feitas na página virtual do Sisu. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL

MPF recomenda suspensão do Sisu para nova conferência de gabaritos

O Ministério Público Federal determina que todas as provas sejam examinadas

Em virtude dos erros ocorridos no Enem - Exame Nacional do Ensino Médio 2019, desde a inconsistência nos gabaritos com o caderno de questões até a instabilidade no site do Sisu, no momento da inscrição, o Ministério Público Federal (MPF) encaminhou uma recomendação ao governo federal, na tarde desta quarta-feira (22), para que as inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) sejam suspensas.

O MPF avalia que o cronograma seja reorganizado, com prazo suficiente para realização de uma nova conferência dos gabaritos de todos os candidatos participantes do processo seletivo.

O documento elaborado pelo órgão foi enviado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub e outros representantes da pasta, responsáveis pela elaboração do exame.

Durante coletiva de imprensa convocada por Weintraub foi relatado que o problema de correção atingiu aproximadamente seis mil candidatos, entretanto todos os problemas foram devidamente corrigidos e, ainda, segundo o ministro, as redações não foram prejudicadas.

O governo federal tem o prazo de 24 horas para acatar a decisão do Ministério Público Federal. Já o MEC divulgou que enviará ao órgão responsável todas as justificativas necessárias.

Até o momento, o cronograma do Sisu segue sem alterações, com as inscrições abertas até o próximo domingo, dia 26 de janeiro.

topo ↕

DIÁRIO DA MANHÃ - PR - TEMPO REAL

Ampliação de vagas, gestão e qualificação são as metas da Educação em Carazinho
Titular da pasta de Educação e Cultura de Carazinho, Sandra Bandeira, apresenta algumas das prioridades da secretaria para 2020

Uma das escolas que terá quadras reformadas, inclusive com obras já em andamento, é a Pedro Pasqualotto, no bairro Medianeira.

Uma das mais importantes secretarias da Administração carazinhense, a Secretaria de Educação e Cultura (Smec) possui grandes desafios neste último ano da atual gestão municipal. Entre eles, está a ampliação no número de vagas na rede infantil. Atualmente com quase seis mil alunos matriculados, a demanda ainda é maior do que a oferta em algumas idades.

Além disso, entre as metas para 2020 destacadas pela titular da pasta, Sandra Bandeira, está a qualificação de professores e a gestão.

“Quando assumimos pensamos em implementar algumas novidades dentro da Smec, com foco especial na qualificação dos professores. Dentro dessa ideia, que vamos seguir implementando no decorrer deste ano, a gente teve no fim do ano passado o 1º Café com Ideias, realizado na biblioteca pública, onde os docentes puderam apresentar brevemente o que eles tinham pensado e irão fazer para este ano de 2020 em termos de gestão. A partir disso, essas ideias foram apresentadas para nós da secretaria, para o prefeito e demais gestores da área da educação para que pudesse ser verificada a viabilidade”, comenta Sandra.

Em relação às ações para os alunos da rede municipal de ensino, neste ano, a expectativa é aumentar a destinação de peças de uniforme e material escolar aos estudantes.

“Em 2019 nós entregamos o uniforme completo e agora para esse ano pretendemos entregar uma mochila. O material será entregue para todos os alunos de todas as escolas da rede pública municipal. A mochila será de material de boa qualidade e mais uma forma de identificar os nossos alunos da rede”, afirma Sandra.

Ampliações e melhorias de escolas

Sobre ampliações e obras em estruturas físicas de escolas, a secretária destaca que vários projetos estão em andamento. Entre eles, há reformas, obras em quadras esportivas, ampliações de educandários e adequações de acessibilidade em várias instituições (confira no box a relação completa de obras previstas para este ano).

“Além disso, temos a troca de local do Cemae, alocado na Avenida Pátria, no antigo endereço da Unimed. Esse novo espaço é totalmente amplo, bem arejado, totalmente térreo e com acessibilidade a todas as salas e espaços. Também teremos a ampliação da Escola Loreno Graeff, porque temos muita demanda de vagas e queremos já no início deste ano letivo estar com essa obra concluída. Ainda, estamos reformando uma sala da Escola Getúlio Vargas para que os alunos de cinco anos da Escola Santa Isabel sejam deslocados para a Getúlio Vargas. Com isso, iremos abrir vagas de berçário na Escola Santa Isabel”, destaca a secretária.

Os recursos para as obras citadas por Sandra são oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e recursos próprios do caixa do Executivo carazinhense.

Aumento de vagas

Conforme Sandra Bandeira, as reformas e obras já realizadas nas escolas infantis possibilitaram e ainda irão permitir a abertura de 348 novas vagas para crianças de zero a três anos em 2020.

“Estamos focando em ampliar escolas em vários pontos da cidade, para que seja possível aumentar o número de vagas em diversas regiões”, relata Sandra.

Ainda de acordo com a secretária, a construção de novos educandários somente será possível após a solução dos entraves da Escola Padre Gildo, localizada ao lado da Acapesu, que foi iniciada, mas não concluída.

Por outro lado, a pasta da educação carazinhense também deverá no decorrer de 2020 efetivar a contratação de alguns dos aprovados no concurso público realizado no ano passado. Conforme Sandra Bandeira, as contratações serão efetivadas a partir do surgimento de necessidades na secretaria.

Ainda, a secretaria efetivará no decorrer deste ano as mudanças no currículo das escolas seguindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

“O novo Plano Curricular dos educandários do município passa a ter uma proposta global em que o aluno passa a ser o protagonista. Ou seja, não queremos apenas transmitir o conhecimento, mas sim explorar os talentos e as potencialidades desses nossos alunos”, afirma Sandra.

Outra implementação que deverá ocorrer em 2020 na área da educação é a ampliação de projetos e programas, como o Letramento, a partir do recebimento pelo município de 200 computadores seminovos da Fundação Nacional da Saúde (Funasa). Nesse aspecto, a titular da secretaria ainda destaca a sequência das entregas para as escolas municipais dos 13 mil novos livros adquiridos pela Prefeitura carazinhense no ano passado. Cultura terá incremento de programas

Na área da Cultura, para 2020 deverão ter seguimento algumas iniciativas que tiveram início no decorrer de 2019, como é o caso do coral jovem e da Banda Marcial Municipal Astério Canuto de Souza.

“Essas duas iniciativas, enquanto Carazinho como Cidade Educadora, foram ampliadas para as demais redes de educação da cidade, como a estadual e particular. Para este ano iremos dar continuidade nesses dois projetos e amplia-los ainda mais”, relata a titular da pasta cultural da cidade.

Nesse segmento, Sandra Bandeira revela que a Administração projeta construir um centro educacional e cultural para abrigar as diversas áreas culturais que atuam em Carazinho.

“Queremos abrigar nesse espaço a banda marcial, o coral, o programa Pinóquio, teatro, entre outros. Nesse novo espaço os alunos poderão frequentá-lo no turno inverso. Essa novidade deverá ser implementada no início do ano letivo. A ideia é oferecer um espaço adequado para as diversas iniciativas que possuímos. Por exemplo, no ano passado a

banda marcial atuava em um local não muito adequado na sede da Smec. Com o centro, iremos destinar lugares mais propícios para que essas crianças possam vir e trabalhar as suas atividades no turno inverso às aulas. É um plano bem ambicioso e audacioso”, conclui Sandra Bandeira.

Obras previstas para 2020

Reforma e construção de coberturas das quadras poliesportivas das escolas Castelo Branco e Pedro Pasqualotto.

Troca de local do Cemae, que vai ser alocado na Avenida Pátria, no antigo endereço da Unimed.

Reforma da EMEI Arthur Milton Arnold.

Ampliação da Escola Loreno Graeff.

Instalação de plataformas elevatórias na EMEI Princesinha I e no Museu Olívio Otto.–

Projeto de acessibilidade na Escola Getúlio Vargas.

Reforma de sala de aula da Escola Getúlio Vargas.

Aumento de vagas de berçário na Escola Santa Isabel.

Possibilidade de ampliação da EMEI Ataídes Conceição Osório.

Obras efetivadas em 2019

Construção do refeitório e de outras melhorias na EMEI João Goulart.

Confecção do Plano de Prevenção Contra Incêndios (PPCI) de todos os educandários municipais.

Reforma da quadra esportiva da Escola Políbio do Vale.

Aquisição e instalação da plataforma elevatória da Escola Eulália de Vargas Albuquerque (CAIC).

Construção de um novo sistema de fossa e filtro na EMEI Loreno Graeff.

Reforma de uma sala na Escola Rufino Leal.

Reformulação de duas salas e nova biblioteca no CAIC.

Reforma de sala na EMEF Pinheiro Sassi.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Novo teto salarial da Unicamp deve beneficiar mil pessoas entre ativos e aposentados

Universidade tem 461 professores e pesquisadores na ativa e 594 aposentados com salários e benefícios que superam o teto anterior de R\$ 23 mil; novo vencimento autorizado pelo STF é de R\$ 39,2 mil.

Por G1 Campinas e região

O novo teto salarial da Unicamp, que subiu de R\$ 23 mil para R\$ 39,2 mil após decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, deve beneficiar 1.055 pessoas, entre professores, pesquisadores e aposentados. A universidade estima que, com a medida, a folha anual deve subir entre 2,5% e 2,6%.

Dados da Assessoria de Economia e Planejamento e da Diretoria Geral de Recursos Humanos apontam que, atualmente, a Unicamp conta com 461 professores e pesquisadores ativos e 594 aposentados com salários e benefícios que superam o teto anterior de R\$ 23.048,59.

De acordo com a Universidade, 68% dos docentes e pesquisadores têm salários

inferiores ao subteto do governador; 27% tem salários entre o subteto e R\$ 30 mil e 5% possuem vencimentos entre R\$ 31 mil e o novo teto.

Apesar das dificuldades financeiras, a Unicamp defende que o aumento do limite é relevante para valorizar carreiras, reter talentos e atender reivindicação antiga. O reitor Marcelo Knobel garante que há condições para custear a nova folha.

"A gente está avaliando ainda porque é uma coisa muito recente. Importante destacar que não se trata de um aumento, mas sim deixar de cortar os salários de profissionais que se dedicaram durante quase toda vida, 20, 30, 40 anos para a universidade pública. Hoje eles têm salários cortados porque o subsídio do governador do estado de São Paulo é um dos subtetos mais baixos do país", explica Knobel.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Estudante cego que fez redação do Enem sem transcritor tem nota lançada pelo Inep

Anderson Azevedo, de 22 anos, visualizou nota na manhã desta quinta-feira (23) e vai tentar inscrição no Sisu para realizar o sonho de cursar direito.

Petrópolis

Após seis dias de espera, o estudante Anderson Azevedo teve a nota da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 divulgada pelo Inep. Por ser cego, o jovem, morador da zona rural de Petrópolis, na Região Serrana do Rio, entregou a redação em braille, já que não encontrou no local do exame um transcritor, profissional responsável por repassar o texto para a escrita comum.

"Geralmente, quando eu faço a redação, eu vou falando para um leitor e ele vai transcrevendo para outra folha, na escrita comum. Dessa vez foi diferente. Eu perguntei lá o que eu deveria fazer, eles não sabiam", disse.

Desde a última sexta-feira (17), o estudante acessava a página com as notas individuais dos participantes, e não conseguia visualizar o resultado da redação. Mas na manhã desta quinta (23) foi informado pela patroa de sua mãe que a nota estava disponível.

"Até agora não tive nenhum contato do Inep, mas, de qualquer forma, é um alívio, pois estava querendo saber o resultado desde a semana passada."

Ao G1, Anderson relatou estar com dificuldade em realizar a inscrição no Sisu por conta da lentidão, mas não irá desistir do sonho de continuar os estudos. Como futuro advogado, ele pretende atuar em causas voltadas à acessibilidade, superando barreiras, como a que precisou enfrentar no dia da prova.

"A minha maior motivação é a minha família. Os meus pais sempre ofereceram apoio para eu continuar estudando apesar de todas as dificuldades", disse.

Para ele, de pais simples, que trabalham como caseiros, o Enem é a oportunidade de acesso gratuito a uma universidade, já que a família não tem condições de pagar uma faculdade particular. O prazo para inscrição do Sisu termina às 23h59 do próximo domingo (26).

Até a publicação desta reportagem, nenhum posicionamento do Inep foi enviado ao G1

sobre a situação vivida pelo estudante.

Enem 2019: Inep diz que erro que afetou quase 6 mil notas já foi corrigido
Sisu 2020: inscrições são abertas com prazo estendido; estudantes relataram lentidão em site

*Estagiário sob a supervisão de Ariane Marques.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Estudantes do DF descobrem alternativa para plástico usando casca de laranja
Projeto recebeu credencial para participar da World Invention Competition and Exhibition (WICE), na Malásia, em outubro. Adolescentes participam de Clube de Ciências de escola pública do Gama.**

G1 DF

Estudantes do Centro de Ensino Médio 02 do Gama, no Distrito Federal, descobriram uma espécie de bioplástico a partir da casca da laranja. O projeto recebeu credencial para participar da próxima edição da World Invention Competition and Exhibition (WICE), na Malásia, que deve acontecer em outubro.

Kazue Nishi, de 17 anos, Barbara Wingler, de 18 anos, e Lucas Silva, de 19 anos criaram um material que tem propriedades semelhantes ao plástico. O professor Alex Aragão, que coordena o Clube de Ciências do colégio público, explica que algumas substâncias que estão presentes na casca da laranja, através de alguns procedimentos, formam uma película muito parecida com o plástico.

"No entanto, como a matéria prima é oriunda de fontes naturais o nosso material pode ser facilmente degradado pela natureza."

Os alunos não entregam o segredo da descoberta. Mas contam que os estudos duraram oito meses.

Transformar a casca de laranja em plástico biodegradável demora cerca de 10 dias. Primeiro, ela fica de molho na água, depois, seca dentro de uma estufa improvisada.

O material é então triturado até virar pó. Aí entra a "química", com uma mistura de reagentes que não podem ser revelados, explicam os jovens cientistas.

--:--/--:--

Estudantes do Gama criam plástico biodegradável com casca de laranja

Estudantes do Gama criam plástico biodegradável com casca de laranja

Clube de Ciências

Os alunos da escola participam do Clube de Ciências Marie Curie, onde desenvolvem projetos de iniciação científica. O trabalho existe há 15 anos.

De acordo com o professor Alex Aragão, o clube é um espaço para divulgar e desenvolver ideias a partir da curiosidade dos alunos na busca de soluções para problemas do dia a dia. O objetivo agora é melhorar a resistência do bioplástico ao calor e a tensão, para apresentar o produto na Malásia.

Junto com os testes e experimentos, os estudantes têm outro desafio: conseguir os recursos necessários para pagar a viagem. Em busca de ajuda, eles criaram até uma vaquinha virtual.

Alunos do Clube de Ciências Marie Curie do Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia — Foto: Alex Aragão/Divulgação Alunos do Clube de Ciências Marie Curie do Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia — Foto: Alex Aragão/Divulgação

Alunos do Clube de Ciências Marie Curie do Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia — Foto: Alex Aragão/Divulgação

"O desejo é mostrar na WICE uma opção possível de plástico para o mercado, com marca brasileira", afirmam.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Donos de escola particular são acusados de aplicar golpe em Barra da Choça, sudoeste da BA

Conforme a delegada Gabriela Garrido, casal fugiu após fazer matrícula de alunos e não devolveu dinheiro aos pais. Funcionários reclamam de salários atrasados.

Um casal dono de uma escola particular, que fica na cidade de Barra do Choça, no sudoeste da Bahia, são acusados de aplicar um golpe. Conforme a delegada Gabriela Garrido, que investiga o caso, eles fugiram após fazer a matrícula de alunos e não devolveram o dinheiro aos pais.

Segundo informações da delegada, os pais dos alunos e funcionários da escola contaram à polícia que os proprietários da escola, identificados como Gabriela Silva de Castro Barreto e Jarbas Pinto Barreto levaram o mobiliário da escola e documentos dos estudantes e colaboradores.

De acordo com Gabriela Garrido, os pais dos estudantes receberam uma mensagem do casal, na semana passada, que dizia que "Há poucos dias, firmamos uma importante parceria entre escola e família" e terminava com um agradecimento e "pela confiança depositada" na instituição.

Ainda segundo a delegada, os documentos dos funcionários da escola, como carteira de trabalho, também foram levados pelo casal. Alguns funcionários reclamam de salários atrasados.

Os pais contaram à polícia que três dias depois, o casal desapareceu e a escola permaneceu fechada. Segundo a secretária da instituição, Karina Dias, na última sexta-feira (17), ela trabalhou pela manhã e recebeu folga à tarde.

"Na sexta foi trabalho normal pela manhã e até efetivei algumas matrículas, ganhei a tarde de folga e foi o momento que eles tiveram para tirar as coisas, a estrutura da escola", disse Karina Dias.

Donos mandaram mensagem para os pais do aluno — Foto: Reprodução/TV Sudoeste

Donos mandaram mensagem para os pais do aluno — Foto: Reprodução/TV Sudoeste

Donos mandaram mensagem para os pais do aluno — Foto: Reprodução/TV Sudoeste

No sábado (18), os funcionários do colégio contaram que receberam uma mensagem do casal que falava que a escola não ia fechar. A professora Elaine Dias disse que já tinha planejado a semana pedagógica.

"Exatamente 13h19 recebemos uma mensagem coletiva por meio de um grupo de WhatsApp dizendo que as matrículas foram insuficientes e que nós funcionários seríamos ressarcidos o quanto antes", contou a professora.

"Nós iríamos voltar agora, segunda-feira (20), para a jornada pedagógica, tudo ok e nas redes sociais, no grupo, no WhatsApp, que tínhamos, os funcionários e eles [donos da escola], eles mandaram mensagem falando para a gente incentivar, colocar nas nossas redes sociais que teria aula e que no ano de 2020 a gente ia trabalhar bem melhor que em 2019", lembrou Elaine Dias.

No mesmo dia, os pais da escola voltaram a receber uma mensagem do casal, que dizia: "Por não alcançar a quantidade de matrículas necessárias para o início do ano letivo" a escola estava "encerrando as atividades".

Casal mandou mensagem pedindo dados para reembolsar pais, mas não fez o pagamento — Foto: Reprodução/TV Sudoeste Casal mandou mensagem pedindo dados para reembolsar pais, mas não fez o pagamento — Foto: Reprodução/TV Sudoeste

Casal mandou mensagem pedindo dados para reembolsar pais, mas não fez o pagamento — Foto: Reprodução/TV Sudoeste

Segundo os pais dos alunos, a mensagem também pede dados bancários para a restituição das matrículas já pagas e um e-mail para envio de documentação, mas contaram que, até então, o casal não fez a transferência do valor pago.

O comerciante Charles Delane Pales fez a matrícula do filho em dezembro do ano passado e pagou todos os meses do ano de 2020.

"Pagamos o ano todinho, inclusive tenho os recibos do pagamento, tanto o anual quanto dos livros. Os livros nós pagamos no banco, em dinheiro, e inclusive me ligaram, alguém dizendo que era representante da escola, mas até então nenhum centavo na minha conta", reclamou Charles.

Já a assistente Grace Kelli Arcanjo comprou o material escolar e o fardamento. "Muita tristeza, porque eu era uma mãe que levantava a bandeira da escola e aí a gente se depara com os gestores, os educadores agindo dessa forma".

Além da questão financeira, os pais também reclamam que estão com dificuldade de fazer a matrícula dos filhos em outras escola, que pedem a documentação original dos alunos e não aceitam um documento enviado por e-mail.

A delegada Gabriela Garrido informou que o casal pode responder por estelionato, que é quando uma pessoa é levada ao erro, tem algum prejuízo, enquanto quem comete o crime obtém vantagem. Ela também acredita que o crime foi premeditado.

"Nós ainda não sabemos o paradeiro, estamos investigando para que eles também possam ser ouvidos e ver qual é a justificativa, embora eu ache que é muito difícil que

eles vão conseguir justificar uma atitude dessa", disse a delegada.

"Porque o próprio fato deles terem mudado sexta-feira, quando eles receberam valores desses pais, ou seja, ela já sabia que a escola não ia funcionar, configura a premeditação e a intenção efetivamente de se apropriar desses valores".

Ainda de acordo com a delegada, cerca de 200 boletins de ocorrência foram registrados na delegacia de Barra de Choça. A escola era uma das mais antigas da cidade.

A delegacia orienta a todos os pais e funcionários a registrar ocorrência na delegacia. A advogada contratada pelas famílias, diz que já tomou medidas liminares para que os pais consigam realizar as matrículas dos filhos em outras escolas, mesmo sem os documentos.

Veja mais notícias do estado no G1 Bahia.

CENÁRIO MT - TEMPO REAL

UFMT abre seletivo para tutor presencial para o Polo de Lucas do Rio Verde

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) abriu edital de processo seletivo para tutor que atuará no curso de graduação em Administração Pública do sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Estão disponíveis duas vagas presenciais e uma à distância para Lucas do Rio Verde, além de vagas para os municípios de Água Boa, Primavera do Leste e Cuiabá.

O candidato deverá fazer a sua inscrição até o dia 20/02/2020 por meio do e-mail: secretaria.adm.pub@gmail.com, colocando no assunto: seleção de tutor 2020. No e-mail deverão ser anexados o Curriculum Vitae ou Curriculum Lattes documentado conforme os critérios de pontuação para classificação previsto no edital e a ficha de inscrição.

O objetivo é selecionar bolsistas para atuar no contexto de programas e projetos do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com gestão efetivada por meio do Sistema de Gestão de Bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

Para os tutores, a carga horária mínima de 20 horas semanais e o valor da bolsa concedida é de R\$ 765,00.

topo 

CICLO VIVO - TEMPO REAL

Capex e Natura lançam prêmio para estimular pesquisa científica

O prêmio busca estimular a produção de pesquisa científica focada em sustentabilidade e biodiversidade

Começaram no dia 15 de janeiro as inscrições para o Prêmio **Capex/Natura** Campus de Excelência em Pesquisa, lançado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** do Ministério da Educação (MEC) e a multinacional brasileira de cosméticos Natura. O prazo para as inscrições se encerra em 28 de fevereiro.

O prêmio busca estimular a produção de pesquisa científica focada em sustentabilidade e biodiversidade, temas estratégicos para o desenvolvimento econômico do país.

Os artigos submetidos devem tratar de assuntos relacionados a “Ciências moleculares e bioinformática com aplicações em tecnologias cosméticas” e “Amazônia: a ciência de dados contribuindo para conservação socioambiental e uso sustentável dos recursos naturais”.

O edital pode ser consultado no site pcn.capes.gov.br. O mecanismo de seleção e reconhecimento consiste na avaliação, pela **Capes**, de artigos publicados em veículos de alto impacto científico.

Os vencedores serão anunciados em junho de 2020 pelo Diário Oficial da União.

Premiação

Será selecionado um artigo em cada uma das duas temáticas. O prêmio consiste em R\$ 25 mil para cada um dos vencedores, passagem aérea e diária para que os autores compareçam à cerimônia de premiação. O local da premiação será divulgado em breve.

Os premiados receberão certificado de premiação para o programa de pós-graduação e pesquisa de onde se originou o artigo premiado. Segunda e terceira colocação também receberão certificados durante a solenidade.

Serviço:

Inscrições: De 15 de janeiro a 28 de fevereiro de 2020

Site: pcn.capes.gov.br

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

O ‘preço de mercado’ da universidade

“A quebra da unidade entre ensino, pesquisa e extensão, a hiperprivatização, a falta de equilíbrio na busca de produtos ou processos vendáveis, tudo isso pode induzir à perda do ‘valor da marca’ da instituição”, comenta Maria Paula Dallari Bucci, professora da faculdade de Direito da USP, em artigo para o Estadão

O governo lançou neste mês consulta pública sobre o projeto Future-se, para as universidades e os institutos federais. Alguns acreditam que a proposta, cuja primeira versão é de julho de 2019, seria meritória por incentivar a cultura de doações privadas, “quebrando a barreira entre mundo acadêmico e empresas”. Sem discordar de que deve ser melhorada essa aproximação (como reconhece a Constituição federal, ao mencionar a extensão universitária, no artigo 207), a proposta do governo tem problemas profundos.

Em primeiro lugar, o texto apresentado em janeiro continua sendo essencialmente contrário à autonomia universitária, na medida em que as contrapartidas oferecidas pelo MEC à adesão de cada universidade ou instituto federal são vagas promessas de prioridade em bolsas da **Capes** (significativamente reduzidas em 2019, cabe lembrar) e de recursos adicionais, sem informação ou compromisso com valores (artigo 6o).

Aliás, o governo Bolsonaro não preza a autonomia, afrontada por outra proposta, que altera o processo de eleição de reitores. Editada na véspera do Natal, a Medida Provisória 914/2019 previu a obrigatoriedade do voto num único candidato (artigo 3o, II), entrando em assunto das regras internas de cada instituição. Mas essa invasão parece

encontrar sentido para o governo na medida em que dificulta a elaboração de listas tríplices com nomes de oposição ao Ministério da Educação. Como se sabe, o presidente tem nomeado reitores colocados em segundo ou terceiro lugar nas listas, contrariando a prática anterior de prestigiar a escolha da comunidade universitária, nomeando o primeiro colocado.

Leia na íntegra: O Estado de S. Paulo

O Estado de S. Paulo não autoriza a reprodução do seu conteúdo na íntegra para quem não é assinante. No entanto, é possível fazer um cadastro rápido que dá direito a um determinado número de acessos.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Editais oferecem bolsas de doutorado e pós-doutorado na Áustria

As inscrições podem ser feitas até o dia 13 de março

A **Capes** publicou nesta quarta-feira, 22, no Diário Oficial da União, dois editais com o Instituto Internacional para a Análise de Sistemas Aplicados (IIASA). O Edital nº 4/2020 é referente ao Programa **Capex/IIASA** de Pós-Doutorado. Já o Edital nº 5/2020 aborda o Programa **Capex/IIASA** de Doutorado-Sanduíche. As oportunidades são voltadas para as áreas prioritárias de ciência e tecnologia, agricultura, meio-ambiente, energia e recursos naturais, e análise de sistemas.

Os programas pretendem formar líderes brasileiros que contribuam com a pesquisa no Brasil e no mundo, além de fortalecer as áreas de conhecimento em consolidação no país e aumentar as publicações internacionais conjuntas. As pesquisas acontecerão na sede do IIASA, na Áustria

Pós-doutorado

Está prevista a concessão de até quatro bolsas na instituição anfitriã, com duração de três a 24 meses. Cada bolsista será apoiado financeiramente com até R\$ 285 mil.

É necessário ter obtido o título de doutorado há menos de oito anos e comprovar a proficiência em língua inglesa, de acordo com as normas do edital. Os selecionados receberão a mensalidade de bolsa, auxílio-deslocamento, instalação e seguro-saúde. Não será concedido nenhum auxílio adicional a cônjuge ou dependente.

Doutorado

Para o doutorado-sanduíche poderão ser concedidas até três bolsas com duração de 3 a 12 meses. O apoio financeiro para cada bolsista será de até R\$ 102 mil.

As notas de proficiência em língua inglesa, necessárias para a candidatura, devem ser observadas no edital. Os benefícios concedidos pela **Capex** para o doutorado-sanduíche são: mensalidade de bolsa, auxílio-deslocamento, instalação e seguro-saúde. Não será concedido nenhum auxílio adicional a cônjuge ou dependente.

Prazos

As inscrições das candidaturas podem ser feitas até as 17h do dia 13 de março de 2020.

As candidaturas serão analisadas pela **Capes** até 10 de junho deste ano. A divulgação final do resultado será até 03 de junho, e o início das atividades deve ocorrer em setembro deste ano.

Caso a instituição do candidato não conste no Sistema de Inscrições da **Capes**, a solicitação de cadastramento deve ser feita até as 17h do dia 03 de março.

Os editais completos estão disponíveis nos links a seguir:

Pós-doutorado – Edital nº 4/2020

Doutorado – Edital nº 5/2020

Capex

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Pesquisadores descobrem como o estresse agudo pode fazer o cabelo ficar branco

Estudo divulgado na Nature mostra que a ativação intensa do sistema nervoso simpático – que prepara o corpo para “lutar ou correr” em situações extremas – acelera o envelhecimento das células-tronco do bulbo capilar e interrompe permanentemente a produção do pigmento que colore os fios

Eles costumam surgir de forma tímida lá pela terceira década de vida e, gradualmente, vão conquistando toda a cabeça. Para a maioria das pessoas, somente por volta dos 50 anos de idade torna-se impossível disfarçar os cabelos brancos sem uma visita mensal ao salão.

No entanto, relatos médicos sugerem que o processo de despigmentação capilar – ou canície, no jargão científico – pode ocorrer de modo bem mais acelerado sob condições de estresse intenso e persistente ou depois de um grande trauma. Alguns historiadores especulam que tal fenômeno acometeu a rainha Maria Antonieta quando, no auge da Revolução Francesa (1793), soube que seria levada à guilhotina.

“Há muito se diz que o estresse faz o cabelo ficar branco. Mas, até o momento, essa afirmação não tinha base científica. Comprovamos neste estudo que o fenômeno de fato ocorre e identificamos os mecanismos envolvidos. Além disso, descobrimos uma forma de interromper o processo do branqueamento por estresse”, contou Thiago Mattar Cunha, integrante do Centro de Pesquisa em Doenças Inflamatórias (CRID), um Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID) da FAPESP sediado na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP).

A pesquisa foi conduzida em parceria com um grupo da Harvard University (Estados Unidos) coordenado pela professora de biologia regenerativa Ya-Chieh Hsu. Os resultados acabam de ser divulgados na revista Nature.

Cunha recorre ao termo serendipity para se referir aos achados recém-publicados. A palavra, de origem inglesa, alude a uma situação em que algo muito interessante ou valioso foi descoberto por acaso, de forma inesperada.

“Fazíamos um estudo sobre dor em camundongos da linhagem Black-C57, cuja

pelagem é negra. Nesse modelo, administramos uma substância chamada resiniferatoxina para ativar um receptor expresso nas fibras nervosas sensoriais e induzir uma sensação dolorosa intensa”, contou o pesquisador. “Cerca de quatro semanas após a injeção sistêmica da toxina, um aluno de doutorado observou que os animais estavam com os pelos completamente brancos.”

O experimento foi repetido algumas vezes, até que o grupo da USP se convenceu de que o embranquecimento dos fios havia de fato sido causado pela aplicação da substância química extraída da planta *Euphorbia resinifera*, muito parecida com um cacto.

“Aventamos a hipótese de que a despigmentação dos pelos seria resultado do estresse induzido pela dor. Idealizamos, então, um experimento muito simples para verificar se o fenômeno era dependente da ativação das fibras nervosas simpáticas”, contou Cunha.

Como explicou o pesquisador, o sistema nervoso simpático guarda uma relação íntima com o estresse. Essa divisão do sistema nervoso autônomo – composta por inervações que correm ao lado da medula espinhal – controla as respostas do organismo a situações de perigo iminente. Por meio de uma onda de adrenalina e cortisol, o sistema nervoso simpático faz o coração bater mais rápido, a pressão arterial subir, a respiração acelerar e as pupilas dilatarem, entre outros efeitos sistêmicos que visam preparar o corpo para “lutar ou correr”.

“Depois de injetarmos a resiniferatoxina nos camundongos, tratamos os animais com guanetidina, um anti-hipertensivo capaz de inibir a neurotransmissão pelas fibras simpáticas. Observamos que o processo de embranquecimento capilar foi bloqueado pelo tratamento”, contou Cunha.

Em outro experimento, a neurotransmissão foi interrompida pela remoção cirúrgica das fibras simpáticas dos roedores. Também nesse caso, a despigmentação capilar não ocorreu nas semanas que seguiram o procedimento para indução da dor.

“Esses e outros testes conduzidos em nosso laboratório demonstraram a participação da inervação simpática no processo de embranquecimento do pelo e confirmaram que a dor atua, nesse modelo, como um potente estressor. Contudo, ainda era preciso detalhar os mecanismos envolvidos”, relatou.

Sincronia

Entre os anos de 2018 e 2019, Cunha passou um período como professor visitante em Harvard com bolsa oferecida pelo programa **Capex-Harvard**, uma parceria da instituição americana com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Ao conversar com colegas, soube que um grupo local havia feito descobertas semelhantes às de seu grupo na USP, também de forma acidental.

“A professora Hsu me convidou para integrar um projeto dedicado a investigar o fenômeno mais detalhadamente. Ela é uma referência no estudo de processos que controlam a diferenciação das células-tronco da pele”, contou Cunha à Agência FAPESP.

Àquela altura, os pesquisadores já sabiam que o estresse associado à dor, de algum

modo, causava nos camundongos o “amadurecimento” precoce das células-tronco melanocíticas existentes dentro do bulbo capilar. São elas as responsáveis pela geração de células produtoras de melanina (melanócitos), pigmento que colore os fios.

“Quando somos jovens, essas células encontram-se em um estado indiferenciado – como todas as células-tronco. À medida que envelhecemos, vão gradualmente se diferenciando e, quando o processo se completa, param de produzir os melanócitos. Demonstramos, por diversas metodologias, que uma ativação simpática intensa faz com que o processo de diferenciação progrida muito mais rapidamente. Ou seja, em nosso modelo, a dor acelerou o envelhecimento das células-tronco melanocíticas”, explicou Cunha.

“O impacto prejudicial do estresse que descobrimos está além do que eu esperava”, disse Hsu, coordenadora do grupo em Harvard. “Depois de apenas alguns dias, todas as células-tronco melanocíticas foram perdidas. O dano é permanente.”

Segundo os pesquisadores, a descoberta chama atenção para efeitos colaterais negativos de uma resposta evolutiva protetora. “O estresse agudo, particularmente a resposta de luta ou fuga, é tradicionalmente visto como benéfico para a sobrevivência de um animal. Mas, neste caso, o estresse agudo causou o esgotamento permanente das células-tronco”, disse Bing Zhang, pós-doutorando no laboratório de Hsu e primeiro autor do artigo.

Na avaliação de Cunha, é bem provável que outros sistemas do organismo sofram efeitos equiparáveis ao observado no bulbo capilar em uma condição de estresse intenso. “Ainda não sabemos ao certo quais são as implicações. No momento, investigo com outros colaboradores o efeito da ativação simpática em outras subpopulações de células-tronco”, disse.

Expressão gênica alterada

Uma das análises usadas para mapear os mecanismos que promovem a diferenciação das células-tronco melanocíticas foi o sequenciamento de RNA. A tecnologia permite comparar o perfil de expressão dos genes em camundongos que receberam a injeção de resiniferatoxina (e desenvolveram dor, estresse e despigmentação dos pelos) e em animais injetados apenas com placebo.

“Avaliamos quais genes ficam com a expressão mais alterada após a indução do estresse e um deles nos chamou a atenção: o codificador de uma proteína chamada CDK [quinase dependente de ciclina, na sigla em inglês]. É uma enzima que participa da regulação do ciclo celular”, contou Cunha.

Quando os pesquisadores repetiram o procedimento para indução da dor e, ao mesmo tempo, trataram os animais com um inibidor da enzima CDK, observaram que o processo de diferenciação da célula-tronco melanocítica foi prevenido, assim como o embranquecimento dos pelos.

“Esse dado indica que a enzima CDK participa do processo e pode, portanto, ser um alvo terapêutico futuramente. Se algum dia esse alvo vai chegar a ser usado na clínica ainda é cedo para saber, mas vale ser mais bem explorado”, disse Cunha.

Em outro experimento, os pesquisadores demonstraram que, quando ocorre uma ativação robusta do sistema simpático, as fibras que inervam o bulbo capilar liberam noradrenalina – substância precursora da adrenalina – bem perto das células-tronco melanocíticas.

“Mostramos que a célula-tronco melanocítica expressa a proteína ADRB2 [receptor adrenérgico do tipo beta-2], que é ativada por noradrenalina. E descobrimos que quando ocorre a ativação desse receptor pela noradrenalina a célula-tronco se diferencia”, contou o pesquisador.

Para confirmar o achado, os cientistas repetiram o experimento em camundongos geneticamente modificados para não expressar a proteína ADRB2. Como suspeitavam, mesmo com a injeção de resiniferatoxina a pelagem dos animais nocaute para o receptor adrenérgico (nos quais esse gene foi silenciado) não sofreu alteração.

“Em outro teste, injetamos noradrenalina diretamente na pele do camundongo e, em consequência, os pelos ao redor do local da aplicação perderam a cor”, disse Cunha.

Por último, o grupo tratou in vitro uma cultura primária de melanócitos humanos (células produtoras de melanina obtidas diretamente da pele de um voluntário) com noradrenalina, a mesma substância liberada pelas fibras nervosas simpáticas no bulbo capilar. O resultado foi um aumento na expressão da proteína CDK semelhante ao observado nos camundongos.

De acordo com Cunha, ainda não se sabe se os achados da pesquisa terão, no futuro, alguma implicação estética, como o desenvolvimento de um fármaco capaz de impedir o embranquecimento do cabelo associado ao envelhecimento. “É preciso avaliar, por exemplo, se eventuais efeitos colaterais de um inibidor de CDK valeriam o benefício estético”, ponderou.

O artigo *Hyperactivation of sympathetic nerves drives depletion of melanocyte stem cells*, de Bing Zhang, Sai Ma, Inbal Rachmin, Megan He, Pankaj Baral, Sekyu Choi, William A. Gonçalves, Yulia Shwartz, Eva M. Fast, Yiqun Su, Leonard I. Zon, Aviv Regev, Jason D. Buenrostro, Thiago M. Cunha, Isaac M. Chiu, David E. Fisher e Ya-Chieh Hsu, pode ser lido em <https://www.nature.com/articles/s41586-020-1935-3>.

Agência Fapesp

topo ↕

PARAIBA - TEMPO REAL

UFCG oferta 17 vagas para o mestrado profissional em Letras

Estão abertas, até o dia 3 de fevereiro, as inscrições para o Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), são oferecidas 17 vagas, com aulas ministradas no Centro de Formação de Professores (CFP), campus Cajazeiras. O programa possui área de concentração em Linguagens e Letramentos e linhas de pesquisa em Teorias da linguagem e ensino e Leitura e produção textual: diversidade social e práticas docentes.

Poderão participar candidatos que atendam aos seguintes requisitos: ser portador de diploma de curso superior de Licenciatura em Letras, habilitação Português,

devidamente registrado no Ministério da Educação; ser professor de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental (1º ao 9º anos), em Escola da Rede Pública de Ensino do Brasil, regularmente admitido e pertencente ao quadro permanente de servidores; e estar ministrando aula de Língua Portuguesa em qualquer ano do Ensino Fundamental (1º ao 9º anos).

As inscrições são realizadas exclusivamente no site da Comissão Permanente do Vestibular (Comperve), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), instituição que coordena a pós-graduação em rede nacional. A taxa custa R\$ 90.

Os candidatos inscritos serão selecionados mediante aplicação de uma prova com 20 questões objetivas e uma discursiva, a ser realizada no dia 15 de março, nos municípios sede das instituições participantes do mestrado profissional.

O resultado final será divulgado no dia 6 de maio.

Sobre o PROFLETRAS

É um programa de pós-graduação stricto sensu reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, do Ministério da Educação, que conta com a participação de instituições de ensino superior públicas nas cinco regiões do País. É coordenado pela UFRN, no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com aulas presenciais nas Instituições Associadas.

Com o objetivo de capacitar professores de Língua Portuguesa para a docência no Ensino Fundamental, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no País, o PROFLETRAS oferta este ano 590 novas vagas, distribuídas por universidades em todo o País.

Para mais informações, baixe o edital no link. Confira também a página do programa na UFCEG.

topo 

PRIMEIRA HORA - TEMPO REAL

Capes amplia prazo para adesão a bolsas de licenciatura

São mais de 60 mil oportunidades de Residência Pedagógica; prazo vai até 5 de fevereiro

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

prorrogou o prazo para instituições de ensino superior (IES) participarem dos programas de Residência Pedagógica e Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

As instituições tinham até 16 de janeiro para solicitar o acesso ao Sistema de Capacitação da Educação (Sicapes), plataforma online que recebe os projetos. Agora, o prazo vai até 5 de fevereiro. Ao todo, são ofertadas 60.192 bolsas para formação de professores da educação básica.

O Residência Pedagógica integra a Política Nacional de Formação de Professores e promove a vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de licenciatura. Já o Pibid é direcionado à primeira metade do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de ensino superior, com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas

consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química. O resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

A **Capes** também liberou o sistema para preenchimento do projeto institucional, com prazo até 2 de março.

Valor das Bolsas

As instituições participantes poderão formar um núcleo composto por um coordenador institucional, cuja bolsa é de R\$ 1,5 mil, um professor orientador ou coordenador de área, que receberá R\$1,4 mil, três preceptores, ou professores supervisores, com benefício de R\$765, até 24 beneficiários do Residência Pedagógica e do Pibid, com auxílio de R\$400, além de seis voluntários. Todos devem incluir seus currículos e mantê-los atualizados na Plataforma **Capes** de Educação Básica até 28 de fevereiro.

Com informações da **Capes**.

topo ↕

URGENTE NEWS - TEMPO REAL

Pesquisa da USP e de Harvard mostra como estresse pode fazer o cabelo ficar branco

Integrantes do Centro de Pesquisa em Doenças Inflamatórias (CRID), um Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), sediado na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com um grupo da Harvard University, dos Estados Unidos, investigam como o estresse agudo pode fazer o cabelo ficar branco.

Relatos médicos sugerem que o processo de despigmentação capilar (ou canície, no jargão científico) pode ocorrer de modo bem mais acelerado sob condições de estresse intenso e persistente ou depois de um grande trauma. Alguns historiadores especulam que o fenômeno acometeu a rainha Maria Antonieta quando, no auge da Revolução Francesa, soube que seria levada à guilhotina.

“Há muito se diz que o estresse faz o cabelo ficar branco. Mas, até o momento, essa afirmação não tinha base científica. Comprovamos neste estudo que o fenômeno de fato ocorre e identificamos os mecanismos envolvidos. Além disso, descobrimos uma forma de interromper o processo do branqueamento por estresse”, revela Thiago Mattar Cunha, integrante do CRID, à Agência Fapesp.

A pesquisa foi conduzida em parceria com a Harvard University, sob coordenação da professora de Biologia Regenerativa Ya-Chieh Hsu. Os resultados acabam de ser divulgados na revista científica internacional Nature. O artigo, em inglês, pode ser conferido pela internet.

Descoberta

Thiago Mattar Cunha recorre ao termo serendipity para se referir aos achados recém-publicados. A palavra, de origem inglesa, alude a uma situação em que algo muito interessante ou valioso foi descoberto por acaso, de forma inesperada.

“Fazíamos um estudo sobre dor em camundongos da linhagem Black-C57, cuja pelagem é negra. Nesse modelo, administramos uma substância chamada resiniferatoxina para ativar um receptor expresso nas fibras nervosas sensoriais e induzir uma sensação dolorosa intensa”, conta o pesquisador.

“Cerca de quatro semanas após a injeção sistêmica da toxina, um aluno de doutorado observou que os animais estavam com os pelos completamente brancos”, completa.

O experimento foi repetido algumas vezes, até que o grupo da USP se convenceu de que o embranquecimento dos fios havia de fato sido causado pela aplicação da substância química extraída da planta *Euphorbia resinifera*, muito parecida com um cacto.

“Discutimos a hipótese de que a despigmentação dos pelos seria resultado do estresse induzido pela dor. Idealizamos, então, um experimento muito simples para verificar se o fenômeno era dependente da ativação das fibras nervosas simpáticas”, salienta o pesquisador.

Sistema nervoso

Como explicou o cientista à Agência Fapesp, o sistema nervoso simpático guarda uma relação íntima com o estresse. Essa divisão do sistema nervoso autônomo – composta por inervações que correm ao lado da medula espinhal – controla as respostas do organismo a situações de perigo iminente.

Por meio de uma onda de adrenalina e cortisol, o sistema nervoso simpático faz o coração bater mais rápido, a pressão arterial subir, a respiração acelerar e as pupilas dilatarem, entre outros efeitos sistêmicos que visam preparar o corpo para “lutar ou correr”.

“Depois de injetarmos a resiniferatoxina nos camundongos, tratamos os animais com guanetidina, um anti-hipertensivo capaz de inibir a neurotransmissão pelas fibras simpáticas. Observamos que o processo de embranquecimento capilar foi bloqueado pelo tratamento”, pontua Thiago Mattar Cunha.

Em outro experimento, a neurotransmissão foi interrompida pela remoção cirúrgica das fibras simpáticas dos roedores. Também nesse caso, a despigmentação capilar não ocorreu nas semanas que seguiram o procedimento para indução da dor.

“Esses e outros testes conduzidos em nosso laboratório demonstraram a participação da inervação simpática no processo de embranquecimento do pelo e confirmaram que a dor atua, nesse modelo, como um potente estressor. Contudo, ainda era preciso detalhar os mecanismos envolvidos”, relata o pesquisador.

Sincronia

Entre os anos de 2018 e 2019, Thiago Mattar Cunha passou um período como professor visitante em Harvard, com bolsa oferecida pelo programa **Capex-Harvard**, uma parceria da instituição americana com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. Ao conversar com colegas, soube que um grupo local havia feito descobertas semelhantes às de seu grupo na USP, também de forma acidental.

“A professora Hsu me convidou para integrar um projeto dedicado a investigar o fenômeno mais detalhadamente. Ela é uma referência no estudo de processos que controlam a diferenciação das células-tronco da pele”, afirma.

Àquela altura, os pesquisadores já sabiam que o estresse associado à dor, de algum modo, causava nos camundongos o “amadurecimento” precoce das células-tronco melanocíticas existentes dentro do bulbo capilar. São elas as responsáveis pela geração de células produtoras de melanina (melanócitos), pigmento que colore os fios.

“Quando somos jovens, essas células encontram-se em um estado indiferenciado, como todas as células-tronco. À medida que envelhecemos, vão gradualmente se diferenciando e, quando o processo se completa, param de produzir os melanócitos. Demonstramos, por diversas metodologias, que uma ativação simpática intensa faz com que o processo de diferenciação progrida muito mais rapidamente. Ou seja, em nosso modelo, a dor acelerou o envelhecimento das células-tronco melanocíticas”, explica o cientista.

“O impacto prejudicial do estresse que descobrimos está além do que eu esperava”, afirma a docente Ya-Chieh Hsu, coordenadora do grupo em Harvard, à Agência Fapesp. “Depois de apenas alguns dias, todas as células-tronco melanocíticas foram perdidas. O dano é permanente”, acrescenta a professora.

Estresse agudo

Segundo os pesquisadores, a descoberta chama atenção para efeitos colaterais negativos de uma resposta evolutiva protetora. “O estresse agudo, particularmente a resposta de luta ou fuga, é tradicionalmente visto como benéfico para a sobrevivência de um animal. Mas, neste caso, o estresse agudo causou o esgotamento permanente das células-tronco”, enfatiza à Agência Fapesp Bing Zhang, pós-doutorando no laboratório de Hsu e primeiro autor do artigo.

Na avaliação de Thiago Mattar Cunha, é bem provável que outros sistemas do organismo sofram efeitos equiparáveis ao observado no bulbo capilar em uma condição de estresse intenso. “Ainda não sabemos ao certo quais são as implicações. No momento, investigo com outros colaboradores o efeito da ativação simpática em outras subpopulações de células-tronco”, pontua.

Uma das análises usadas para mapear os mecanismos que promovem a diferenciação das células-tronco melanocíticas foi o sequenciamento de RNA. A tecnologia permite comparar o perfil de expressão dos genes em camundongos que receberam a injeção de resiniferatoxina (e desenvolveram dor, estresse e despigmentação dos pelos) e em animais injetados apenas com placebo.

“Avaliamos quais genes ficam com a expressão mais alterada após a indução do estresse e um deles nos chamou a atenção: o codificador de uma proteína chamada CDK [quinase dependente de ciclina, na sigla em inglês]. É uma enzima que participa da regulação do ciclo celular”, destaca Thiago Mattar Cunha.

Quando os pesquisadores repetiram o procedimento para indução da dor e, ao mesmo

tempo, trataram os animais com um inibidor da enzima CDK, observaram que o processo de diferenciação da célula-tronco melanocítica foi prevenido, assim como o embranquecimento dos pelos.

“Esse dado indica que a enzima CDK participa do processo e pode, portanto, ser um alvo terapêutico futuramente. Se algum dia esse alvo vai chegar a ser usado na clínica ainda é cedo para saber, mas vale ser mais bem explorado”, afirma o pesquisador.

Experimento

Em outro experimento, os pesquisadores demonstraram que, quando ocorre uma ativação robusta do sistema simpático, as fibras que inervam o bulbo capilar liberam noradrenalina – substância precursora da adrenalina – bem perto das células-tronco melanocíticas.

“Mostramos que a célula-tronco melanocítica expressa a proteína ADRB2 [receptor adrenérgico do tipo beta-2], que é ativada por noradrenalina. E descobrimos que quando ocorre a ativação desse receptor pela noradrenalina a célula-tronco se diferencia”, conta Thiago Mattar Cunha.

Para confirmar o achado, os cientistas repetiram o experimento em camundongos geneticamente modificados para não expressar a proteína ADRB2. Como suspeitavam, mesmo com a injeção de resiniferatoxina a pelagem dos animais nocaute para o receptor adrenérgico (nos quais esse gene foi silenciado) não sofreu alteração.

“Em outro teste, injetamos noradrenalina diretamente na pele do camundongo e, em consequência, os pelos ao redor do local da aplicação perderam a cor”, afirma o cientista.

Por último, o grupo tratou in vitro uma cultura primária de melanócitos humanos (células produtoras de melanina obtidas diretamente da pele de um voluntário) com noradrenalina, a mesma substância liberada pelas fibras nervosas simpáticas no bulbo capilar. O resultado foi um aumento na expressão da proteína CDK semelhante ao observado nos camundongos.

De acordo com Thiago Mattar Cunha, ainda não se sabe se os achados da pesquisa terão, no futuro, alguma implicação estética, como o desenvolvimento de um fármaco capaz de impedir o embranquecimento do cabelo associado ao envelhecimento. “É preciso avaliar, por exemplo, se eventuais efeitos colaterais de um inibidor de CDK valeriam o benefício estético”, pondera o pesquisador.

Fonte: Governo de SP

topo 

VOCÊ S/A - NOTAS

CAPES publica editais de bolsas de estudo de até R\$ 285 mil na Áustria
Oportunidades são nas áreas de ciência e tecnologia, agricultura, meio-ambiente, energia e recursos naturais, e análise de sistemas. Veja como participar

A CAPES publicou nesta quarta-feira, 22, no Diário Oficial da União, dois editais com o Instituto Internacional para a Análise de Sistemas Aplicados (IIASA). O Edital nº 4/2020 é referente ao Programa CAPES/IIASA de Pós-Doutorado. Já o Edital nº 5/2020

aborda o Programa **CAPES/IIASA** de Doutorado-Sanduiche. As oportunidades são voltadas para as áreas prioritárias de ciência e tecnologia, agricultura, meio-ambiente, energia e recursos naturais, e análise de sistemas.

Os programas pretendem formar líderes brasileiros que contribuam com a pesquisa no Brasil e no mundo, além de fortalecer as áreas de conhecimento em consolidação no país e aumentar as publicações internacionais conjuntas. As pesquisas acontecerão na sede do IIASA, na Áustria

Pós-doutorado Está prevista a concessão de até quatro bolsas na instituição anfitriã, com duração de três a 24 meses. Cada bolsista será apoiado financeiramente com até R\$ 285 mil. É necessário ter obtido o título de doutorado há menos de oito anos e comprovar. As bolsas a proficiência em língua inglesa, de acordo com as normas do edital. Os selecionados receberão a mensalidade de bolsa, auxílio-deslocamento, instalação e seguro-saúde. Não será concedido nenhum auxílio adicional a cônjuge ou dependente.

Doutorado Para o doutorado-sanduiche poderão ser concedidas até três bolsas com duração de 3 a 12 meses. O apoio financeiro para cada bolsista será de até R\$ 102 mil. As notas de proficiência em língua inglesa, necessárias para a candidatura, devem ser observadas no edital. Os benefícios concedidos pela **CAPES** para o doutorado-sanduiche são: mensalidade de bolsa, auxílio-deslocamento, instalação e seguro-saúde. Não será concedido nenhum auxílio adicional a cônjuge ou dependente.

Prazos

As inscrições das candidaturas podem ser feitas até as 17h do dia 13 de março de 2020. As candidaturas serão analisadas pela **CAPES** até 10 de junho deste ano. A divulgação final do resultado será até 03 de junho, e o início das atividades deve ocorrer em setembro deste ano.

Caso a instituição do candidato não conste no Sistema de Inscrições da **CAPES**, a solicitação de cadastramento deve ser feita até as 17h do dia 03 de março.

Os editais completos estão disponíveis nos links a seguir: Pós-doutorado – Edital nº 4/2020 Doutorado – Edital nº 5/2020

Interessado em bolsas de estudo para cursos rápidos? O Santander está oferecendo bolsas para cursos online:

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Justiça do Pará exige que MEC reveja nota de candidata do Enem

Juiz determinou que a nota seja reavaliada em 48 horas; Procuradoria recebeu mais de 250 representações por falha ocorrida na correção da prova

SÃO PAULO - A Justiça Federal no Pará determinou em, medida liminar, que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) revise em até 48 horas a nota de uma candidata do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A estudantes questiona se a correção de sua prova não teve erros, como ocorreu com outros 6 mil participantes.

Procurado, o Ministério da Educação (MEC) não se posicionou sobre a liminar.

O ministério enfrenta uma série de ações judiciais e questionamentos após a divulgação de notas com erros.

O juiz Jorge Ferraz de Oliveira Junior, que assina a decisão no Pará, determinou que o Inep revise a correção das provas de Linguagens e Ciências Humanas feitas pela candidata "no prazo de 48 horas, a contar da intimação".

No pedido, a estudante destacou, além do receio de que sua nota esteja errada, não considerar correto o prazo e o meio escolhidos pelo Inep para receber os pedidos de correção. " O ministro da Educação publicou no Twitter do INEP, um e-mail para que os candidatos prejudicados com a correção errônea pudessem fazer suas reclamações, concedendo-lhes o prazo até as 10:00 horas do dia seguinte, portanto um prazo de aproximadamente 12 horas", diz.

Para o juiz, o meio de comunicação e o prazo estabelecidos pelo Ministério da Educação não foram adequados. "Entendo inequívoca a afronta ao princípio da publicidade, assim como do devido processo legal, no que tange ao prazo e forma em que dada

publicidade aos candidatos com o fito de formalizarem requerimentos para reanálise da correção, subsistindo insegurança dos candidatos quanto à análise inicial de suas provas", diz a decisão.

Para o magistrado, é grave o risco de não revisão da nota da estudante já que é desse resultado que depende o seu ingresso em uma universidade. "O periculum in mora é evidente considerando que a nota dos candidatos é fator preponderante para o ingresso dos estudantes em algumas instituições de nível superior".

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro já responde a nove ações judiciais após erros no Enem Processos pedem revisão da correção e suspensão do Sisu; Inep diz que, a partir de falhas identificadas, reviu resultados

O governo do presidente Jair Bolsonaro já responde a nove ações judiciais após a divulgação de notas do Enem 2019 com erros. Ações pedem revisão da correção da prova e também suspensão do Sisu, sistema que seleciona alunos para universidades públicas a partir do desempenho no exame.

Após comemorar o que seria o melhor exame da história, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, confirmou no sábado (18) que milhares de participantes haviam recebidos notas com erros.

Após divulgar o problema, a pasta recebeu 172 mil mensagens com reclamações sobre seus desempenhos. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) diz que a falha atingiu 5.974 candidatos, que tiveram os resultados alterados.

As ações foram ajuizadas em cinco unidades da federação, segundo a Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU (Advocacia-Geral da União), que atua nesses casos.

No Distrito federal, há três ações. Dois mandados de segurança pedem a suspensão do Sisu e a revisão do processo de correção das notas. Também há uma ação popular com

pedido de reabertura dos prazos para que estudantes possam pedir revisão de notas, além da prorrogação do Sisu.

O governo manteve a abertura do Sisu para terça-feira (21), mas estendeu o prazo de inscrições até domingo (26), dois dias além da previsão inicial.

Pedidos de mandados de segurança impetrados em Minas Gerais e no Pará pedem revisão da correção da prova.

Uma ação individual em Goiás demanda a divulgação dos espelhos dos gabaritos preenchidos. No mesmo estado, outro mandado de segurança exige a retificação das notas e que seja aceita inscrição no Sisu após isso.

Ainda há uma ação popular no Maranhão em que também se pede a suspensão da abertura do Sisu.

As ações foram ajuizadas desde a última sexta-feira (17), data em que o governo liberou o acesso aos resultados. Desde esse dia participantes relatam nas redes sociais estranhamento com as notas.

Estudantes descontentes registraram ao menos 250 representações nas procuradorias da República pelo país.

O MPF (Ministério Público Federal) recomendou ao governo Bolsonaro na quarta (22) a suspensão das inscrições do Sisu (Sistema de Seleção Unificada). O órgão pede conferência dos gabaritos de todos os candidatos.

O prazo para acatar a recomendação do MPF é de 24 horas. O descumprimento pode implicar a adoção de providências administrativas e judiciais cabíveis, segundo a procuradoria.

O Inep argumenta que, a partir dos erros identificados, revisou o resultado de todos os participantes.

Contra a judicialização do Enem, o instituto organizou uma força-tarefa para lidar com processos e informou estar preparado para ações. O MEC informou que encaminhará os esclarecimentos solicitados pelo MPF.

Por causa do modelo matemático adotado no Enem, as notas dos participantes dependem não apenas da quantidade de acertos, mas também de quais foram eles — quem erra questões fáceis e acerta difíceis pode, por exemplo, ter uma nota menor.

O cálculo das notas leva em conta uma série de informações estatísticas. Dessa forma, o candidato não tem como calcular sua pontuação nem ter certeza se ela está correta.

No caso dos estudantes que o Inep já reconheceu terem recebido a nota errada, falhas na gráfica não identificaram a dissociação entre o candidato e a respectiva cor de sua prova. Assim, participantes que fizeram a prova de uma cor tiveram o gabarito corrigido como se fosse de outra.

A gráfica Valid passou a imprimir a prova desde o ano passado, mesmo sem ter experiência nesse tipo de serviço.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Liminar da Justiça do Pará exige que nota no Enem de participante seja revista
Governo responde a nove ações judiciais após falha do exame; MPF recomendou suspender inscrições do Sisu**

A Justiça Federal no Pará concedeu liminar a uma participante que reclamou de possíveis erros na nota do Enem 2019.

A decisão exige que o resultado dessa participante seja revisto.

Essa liminar é uma das nove ações judiciais que o governo Bolsonaro enfrenta após a divulgação de notas com erros. Trata-se, no entanto, da primeira decisão judicial contra o governo envolvendo a última edição do Enem.

O problema, segundo o MEC, atingiu 5.974 participantes, que já tiveram a nota alterada.

A decisão no Pará determina que o Inep promova a revisão da correção da prova objetiva da impetrante: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e ainda Ciências Humanas e suas Tecnologias, "promovendo a publicidade à autora, no prazo de 48 horas, a contar da intimação".

O juiz Jorge Ferraz de Oliveira Junior assina a decisão.

"Entendo inequívoca a afronta ao princípio da publicidade, assim como do devido processo legal, no que tange ao prazo e forma em que dada publicidade aos candidatos com o fito de formalizarem requerimentos para reanálise da correção", diz a decisão.

"Vislumbro a necessidade de que tenha a impetrante reanalisada sua prova."

O governo diz que revisou as notas de todos os participantes.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Aproximadamente 1,5 milhão de estudantes se inscreveram no Sisu

Com inscrições abertas há apenas dois dias, o programa de seleção registra 1.450.608 participantes. A divulgação dos resultados será em 28 de janeiro

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que abriu as inscrições na terça-feira (21/1), chegou à marca de 1.450.608 participantes na manhã desta quinta-feira (23/1). A contagem feita ontem (22/1), registrou 2.407.170 inscrições. A quantidade diverge porque cada estudante opta por até dois cursos.

Para ingressar ensino superior público com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), publicada em 17 de janeiro, é preciso que o candidato tenha obtido nota maior que zero na redação da prova. Neste semestre, são 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas espalhadas por todo o país. A inscrição é gratuita e deve ser feita on-line na página do programa até domingo, (26/1).

O fim das inscrições seria nesta sexta-feira (24/1). Entretanto, após a confirmação de

que havia inconsistências na correção das provas do Enem, o Ministério da Educação (MEC) decidiu prorrogar o prazo para evitar prejuízos aos estudantes. Os resultados serão divulgados em 28 de janeiro.

O cronograma completo do sistema de seleção foi publicado na edição de 3 de dezembro, do Diário Oficial da União (DOU). O edital está na página do Sisu e a retificação com a prorrogação do prazo foi publicada na edição do DOU de terça-feira (21/1).

Confira abaixo as demais datas:

Matrícula ou registro acadêmico nas instituições participantes: até 4 de fevereiro

Lançamento da ocupação de vagas pelas instituições participantes: até 7 de fevereiro

Manifestação de interesse para constar na lista de espera: até as 23h59 de 4 de fevereiro

[topo](#)

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

EQUIPARAÇÃO DE TETO SALARIAL ENTRE PROFESSORES DE UNIVERSIDADES ESTADUAIS E FEDERAIS GERA POLÊMICA

Economista e o reitor da Unicamp divergem sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal

Uma liminar do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, equiparou o salário dos professores universitários estaduais ao dos docentes das universidades federais. Qual o impacto dessa decisão?

ANA CARLA ABRÃO Em primeiro lugar, a gente sabe que um dos grandes problemas que o Brasil enfrenta hoje é o excesso de decisões que são tomadas em nível federal, com impacto fiscal muito relevante para estados e municípios. Minha análise parte justamente desse problema. É uma decisão em caráter liminar, inclusive, que tem um impacto absolutamente relevante do ponto de vista fiscal para as instituições, que já estão em colapso financeiro.

MARCELO KNOBEL É uma decisão muito acertada porque estamos em um momento crucial para as universidades, e falo principalmente em relação às universidades públicas do estado de São Paulo. O teto que estava sendo aplicado aqui, um dos mais baixos do Brasil, levava a uma situação que, em um curto espaço de tempo, se tornaria insustentável. Estava havendo uma fuga de cérebros. A falta de atratividade das universidades públicas paulistas em comparação com as federais e com as privadas poderia provocar uma eventual perda de excelência e um desmonte de grupos de pesquisa.

Na prática, o que muda com a equiparação salarial, não só em relação à carreira do professor, mas também no orçamento das universidades?

ANA CARLA ABRÃO O impacto de primeira ordem é agravarmos ainda mais a situação de penúria das universidades estaduais. Imagina o que isso representa para uma Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), que já vem sofrendo com a crise fiscal? Lembrando que as universidades, hoje, tanto em nível federal quanto estadual, sofrem de deterioração na capacidade de pesquisa e capacidade de investimento. E vão sofrer ainda mais. A gente terá um consumo ainda maior de recursos para pagamento de salários, o que vai agravar a deterioração da capacidade de pesquisa.

MARCELO KNOBEL Não é uma equiparação salarial. Cada universidade continua com sua carreira inalterada. O que foi alterado é o valor do teto de pagamento de salários para os professores e pesquisadores. Parece um detalhe, mas é fundamental. A gente continua com a mesma carreira, e essa medida valoriza justamente as carreiras nas universidades estaduais. Do ponto de vista prático, vamos deixar de cortar salários de pessoas que dedicaram sua vida à universidade pública, sendo essa sua única atividade.

Há como equilibrar a valorização profissional do professor de outra forma que não seja por meio de aumento de salário?

ANA CARLA ABRÃO A gente tem de parar de achar que a questão educacional brasileira se resume a pagar melhor o professor. Isso é sim um fator relevante, mas tem de estar dentro de um contexto muito maior. De que adianta pagar melhor um professor se eu tenho mais professores do que deveria ou se tenho professores que não estão dando conta de entregar aos alunos uma boa aula? Hoje, a discussão salarial só tem um impacto, que é agravar a situação financeira de estados, municípios e universidades, sem ter impacto do ponto de vista da melhora da aprendizagem.

MARCELO KNOBEL Temos muitos aspectos, e é justamente por isso que a própria Constituição e todos os documentos oficiais falam de um sistema nacional de ciência, tecnologia, inovação e educação superior. A gente tem muita desigualdade regional em nosso país, seja do ponto de vista das carreiras ou da infraestrutura de pesquisa. Certamente nós temos muito para avançar no que se refere a condições de trabalho e atratividade na carreira de professor universitário no país.

Na última tabela disponível para consulta, as três universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp) informaram que o gasto com a folha de pagamentos foi, em média, 88% do orçamento de novembro do ano passado. A conta vai fechar diante da decisão do STF?

ANA CARLA ABRÃO Definitivamente, não. A conta já não está fechando e, com a decisão, vai se agravar ainda mais. A realidade é que cada vez mais os recursos estão alocados com salários, e cada vez menos em custeio e investimento. Não é à toa que temos hoje esse quadro de deterioração da qualidade da educação no Brasil em todos os níveis. O teto está certo, mas são questões muito complexas. Sempre que temos decisões que tentam resolver um problema, acabamos criando outros, porque temos uma estrutura e um modelo que está distorcido e muito ineficiente.

MARCELO KNOBEL Vai fechar, sem dúvida. As administrações das três universidades estaduais públicas de São Paulo estão fazendo um trabalho muito sério de equilíbrio orçamentário, controle de gastos e aumento da receita. Essa questão está muito bem equacionada. Fizemos uma reunião no Cruesp (Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas), e o impacto será, em média, de 2,2% no orçamento diante da liminar. É perfeitamente absorvível. Ainda não temos o dado efetivo, apenas essa média, porque é muito difícil calcular. Há muitas variáveis, até mesmo a de como evoluirá a reforma da Previdência nos estados.

As aposentadorias dos professores também são pagas pelas universidades, então muitos serão afetados pela liminar do STF. Deveria haver uma separação em relação ao pagamento dos professores ativos e inativos?

ANA CARLA ABRÃO Essa discussão estrutural é importante, porque vale para os professores universitários, mas também para o piso salarial do magistério na educação básica. O que estamos buscando? Vamos valorizar o professor, mas acima de tudo vamos melhorar a qualidade da educação no Brasil. Afinal de contas, essa deveria ser a prioridade e o ponto fundamental de decisões de políticas públicas do país. Definitivamente, não será alocando mais recursos para pagar aposentadoria de professores que vamos resolver esse problema.

MARCELO KNOBEL A diferença é que os salários dos servidores são considerados, mas sem os encargos. Não deve haver separação. Estamos falando de pessoas que dedicaram sua vida por muitos anos para construir as melhores universidades públicas do país, com excelência no Brasil e na América Latina. Optaram por esse caminho porque no momento em que foram admitidas havia um contrato, uma carreira prevista.

Os profissionais da academia relatam “fuga de cérebros” nas universidades diante de falta de perspectivas de carreira do professor, principalmente com o congelamento de salários. A decisão do STF muda o cenário? Em que sentido?

ANA CARLA ABRÃO De forma alguma. Boa parte de nossos cérebros brilhantes que estão migrando para outros países e outros centros de ensino fazem isso por falta de condições de pesquisa, e não necessariamente por questões salariais. Não estou tirando a relevância da questão salarial, mas temos um modelo como um todo que está falido.

PUBLICIDADE

MARCELO KNOBEL Creio que sim. Havia muita gente se aposentando ou buscando trabalho em universidades privadas, ou no exterior, ou como consultor. Aposentado, o pagamento dele continuava, o que para a universidade é um fator muito ruim. Com a perspectiva de poder recuperar o salário, naturalmente a pessoa pensa duas vezes.

O modelo de repasse de recursos às universidades, com autonomia financeira e de gestão, é o ideal?

ANA CARLA ABRÃO Mais uma vez, a discussão é sobre a capacidade de gestão. Temos situações em que as universidades estaduais têm, por exemplo, um número de campus que não se justifica. Temos hoje universidades estaduais que abrem um novo campus em cidades por motivações políticas e eleitorais. Então, não é o modelo de repasse de recursos ou o volume que estão gerando o colapso, mas decisões inadequadas, que, em vez de serem motivadas por questões de qualidade de ensino, estão sendo motivadas por projetos políticos específicos.

MARCELO KNOBEL Sempre há aprimoramentos para fazer em qualquer modelo, porém esse é um modelo que se mostrou absolutamente vitorioso em São Paulo. É referência mundial. É um modelo em que as universidades têm o poder de planejar o futuro e de discutir internamente e externamente como os recursos serão priorizados. Os dados desses 30 anos de autonomia são impressionantes, tendo em vista a qualidade das pesquisas, a quantidade de atendimentos na área de saúde, na extensão e, principalmente, na formação de jovens universitários.

O que falta para haver equilíbrio entre orçamento e educação universitária pública no Brasil?

ANA CARLA ABRÃO Uma discussão sobre a carreira dos professores. E essa discussão tem de ser feita com base em avaliações de desempenho, em planejamento da força de trabalho, em racionalização na abertura de campus e na rediscussão da alocação de recursos. O modelo operacional vinculado à educação está gerando gastos crescentes e não está gerando impacto positivo do ponto de vista da qualidade. Então, tem algo muito errado.

MARCELO KNOBEL A gente precisa discutir o sistema universitário público e privado como um todo. Ter boas universidades de pesquisa é algo que requer um investimento considerável do Estado, e por isso precisamos de um modelo de diversificação maior no ensino superior. Poderíamos ter mais institutos só de pesquisa, mais universidades que sejam apenas de ensino, ou seja, universidades de classe mundial. Precisamos também massificar um pouco mais o ensino superior. Esse é um grande dilema que temos, pois apenas 17% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior. Temos um desafio imenso no sistema de educação brasileiro, e para fechar a conta precisamos discutir o sistema como um todo, e não medidas pontuais que não têm nenhuma conexão com a realidade.

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - GERAL PRÊMIO

A Capes/MEC e a multinacional Natura lançaram a terceira edição do Prêmio Capes/Natura Campus de Excelência a Pesquisa. O prazo para as inscrições se encerra em 28 de fevereiro

[topo](#)

A GAZETA - MT - BRASIL

Desistência

A Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) desistiu de utilizar o Sistema de Seleção Unificada (Sisa), do Ministério da Educação (MEC), para preencher 48 vagas. A instituição informa que houve problemas técnicos junto ao Sisu. As vagas serão preenchidas pelo vestibular da própria instituição, realizado em dezembro de 2019.

[topo](#)

A GAZETA - MT - BRASIL

MPF recebe queixas sobre erros

AE

A falha do Ministério da Educação (MEC) nas notas do Enem tem levado cidadãos a se manifestarem nas Procuradorias da República do país. De acordo com O Estado de S. Paulo, o Ministério Público Federal (MPF) de Minas Gerais recebeu 97 representações, sendo 17 feitas entre ontem e a manhã desta quarta-feira (22). Em São Paulo, o órgão consta 13 notícias de irregularidade, e no Ceará foram seis até o momento. Nesse último, um procedimento foi instaurado para investigação dos casos.

Já os MPFs do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo receberam, cada um, apenas uma manifestação. Os cinco estados ainda estão analisando as demandas e ainda não divulgaram as medidas que os procuradores da República irão tomar.

De acordo com a assessoria de imprensa do Ministério Público Federal, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) pretende divulgar um relatório.

As notas do Enem 2019 foram divulgadas na última sexta-feira (17) e estudantes de diferentes lugares do Brasil reclamaram da incoerência entre o alto número de acertos na prova e a nota baixa publicada pelo Inep.

O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, reconheceu o erro no sábado (18). A explicação é que houve uma troca entre a cor da prova e do gabarito na hora de imprimir o exame.

Estima-se que quase 6 mil estudantes foram prejudicados.

topo ↕

A GAZETA - MT - BRASIL

Fio branco está ligado ao estresse

PAULA FELIX

A relação entre estresse e cabelos brancos não ligados ao envelhecimento é algo comum, mas que ainda não tinha sido descrita pela ciência. Após testes com cobaias, um grupo de pesquisadores da Universidade de Harvard não só comprovou a ligação como desvendou o mecanismo que faz com que situações estressantes desencadeiem o aparecimento de fios grisalhos.

De acordo com a pesquisa, que teve a participação de um pesquisador brasileiro, o estresse interfere no processo de produção das células responsáveis pela pigmentação dos cabelos. Sem elas, os novos fios nascem brancos. E o processo é irreversível.

"Existe um mito popular de que o estresse causa cabelo branco, uma aceleração do branqueamento do cabelo", afirmou Thiago Mattar Cunha, pesquisador do Centro de Pesquisa em Doenças Inflamatórias (Crid) e professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP).

Em seus estudos no Brasil, Cunha, que estuda dor, já tinha notado, há cerca de dois anos, que as cobaias ficavam com a pelagem esbranquiçada após eventos de estresse. Em Harvard, comentou o seu achado com outros pesquisadores e foi convidado a participar do estudo.

Nos animais, o processo ocorreu em quatro semanas. Segundo Cunha, não é possível estimar em quanto tempo transcorre em humanos, tendo em vista que outros fatores podem estar associados, como a genética.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Aposta na internacionalização

Programa da PUCRS viabiliza formação no exterior através de bolsas para doutorado sanduíche

Com nível de excelência internacional, a PUCRS possui 23 programas de pós stricto sensu, sendo 23 cursos de mestrado e 22 de doutorado, e com a melhor média nacional entre as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas com mais de dez programas. A Universidade, na Capital, conta com o Projeto Institucional de Internacionalização (PUCRS-PrInt), programa contemplado com financiamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC)**, o qual possibilita que alunos de doutorado efetuem parte de sua formação em instituições no exterior, através da oferta de bolsas de estudos para doutorado sanduíche.

O diretor de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq), Christian Kristensen, explica que a PUCRS definiu três temas prioritários no seu Projeto de Internacionalização: Saúde no Desenvolvimento Humano; Mundo em Movimento: Indivíduos e Sociedade; e Tecnologia e Biodiversidade: Sustentabilidade, Energia e Meio Ambiente. "Dentro deste espectro temos 14 projetos de cooperação, especialmente com universidades dos EUA e da Europa Oriental. Mas também temos ótimos convênios com instituições de América Latina, África do Sul, Austrália, Índia, China e Japão, entre outras", revela.

A pesquisa internacionalizada "é um caminho sem volta", avalia o diretor, apontando como objetivos, troca e aprofundamento de conhecimento, e busca pela excelência acadêmica com impacto no desenvolvimento da sociedade.

INCENTIVOS. Além da pesquisa fora do país, a partir do 1º semestre de 2020, a PUCRS lança programa institucional de bolsas para pós-graduação stricto sensu, que possibilita a isenção de até 50% no valor das mensalidades dos cursos de mestrado e doutorado. Já o Crédito Educativo possibilita aos alunos pagarem 50% do valor das mensalidades durante o período de curso, e o restante do valor após o término do programa. Mais informações em: www.pucrs.br/pos. BRUNO TODESCHINI / PUCRS / CP

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Prática é o foco do lato sensu

A PUCRS está com matrículas abertas para mais de 20 cursos inéditos, entre especializações e MBAs (alguns exclusivos no Sul do Brasil), integrados às necessidades do mercado e da região, como de Pâtisserie e Boulangerie, e Engenharia de Segurança de Barragens. "Nossa definição do portfólio parte da compreensão sobre a função social do lato sensu, que é o impacto na carreira profissional do aluno e no mundo trabalho", explica Renata Bernardon, diretora de Educação Continuada da Universidade. Ela destaca que as formações privilegiam a demanda profissional. "Não é uma ponte para o stricto sensu. São propósitos diferentes", adverte. No total, a PUCRS dispõe de 92 oportunidades de especialização e MBA, em todas áreas do conhecimento.

Outra opção é Pós PUCRS Online, que ampliou o portfólio para dez novas especializações, com profissionais renomados no país e no mundo. Presencialmente, os alunos podem acompanhar aulas com Gilles Lipovetsky, filósofo francês; ou com os brasileiros Leandro Karnal e Luiz Felipe Pondé.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Cresce no Brasil a procura por pós

Atenta aos novos tempos, UPF qualifica oferta de especializações, MBAs, mestrados e doutorados

Aumentou 74%, entre 2016 e 2019, a procura por cursos de pós-graduação lato sensu (especializações e MBAs) no Brasil. O dado é de uma pesquisa de 2019 do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior de SP (Semesp), que revela crescente demanda por esses estudos.

O coordenador da Divisão de Pós-Graduação lato sensu da Universidade de Passo Fundo (UPF), Marcos José Brusso, assinala que a manutenção do emprego e a ascensão

profissionais estão entre os motivos da procura por pós. Ele lembra que empresas e organizações vivem hoje grandes transformações, em razão de novas tecnologias e formas como a sociedade se comunica e interage, exigindo atualização, maior conhecimento e qualificações.

Marcos revela que, por voltar-se ao mercado de trabalho, especializações e MBAs envolvem professores com conhecimento acadêmico e prático. "O profissional especialista possui diferencial, no sentido de poder se manter ou crescer onde está atuando", considera o professor.

O coordenador da Divisão de stricto sensu, Pedro Prietto, informa que, desde o seu início, em 1996, a pós-graduação da UPF já formou mais de 2,5 mil profissionais, entre mestres e doutores. Aponta que esses cursos são reconhecidos pela qualidade de ensino e pesquisa que desenvolvem, fruto de infraestrutura moderna e alta qualidade de corpo docente e pesquisadores. E acrescenta que a excelência do ensino repercute na destacada atuação dos egressos da UPF, junto a diversos setores da sociedade. Mais dados e inscrições em: www.upf.br/ensino.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

UPF - Inscrição e seleção complementar

Para especializações e MBAs, a Universidade de Passo Fundo está com inscrições abertas em 21 cursos de pós, através do site www.upf.br/ensino. A UPF concede 10% de desconto para inscritos até 6/2; a egressos da UPF que integram o Programa Elos; e em cursos na área do Direito.

Já quanto a mestrados e doutorados, no final de 2019 a UPF conquistou o doutorado profissional em Ensino de Ciências e Matemática, sendo que já tinha esse curso em mestrado. Assim, a Universidade passa a contar com nove doutorados, em diversas áreas. Além disso, a UPF tem 15 programas de mestrado.

Uma modalidade aberta pela UPF é a seleção complementar nos Programas de Pós-Graduação. A intenção é oferecer novas vagas em mestrados e doutorados, bem como ocupar as vagas disponíveis, para turmas com ingresso em março de 2020. Inscrições e mais informes (datas, documentação, prazos e editais) sobre a seleção complementar e os cursos de pós (especializações, MBAs, mestrados e doutorados) constam no site www.upf.br/ensino.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Agenda da pós-graduação

■ IFRS: O Instituto Federal do Rio Grande do Sul lançou edital para o mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica, que oferece 24 vagas para a turma do 2º semestre de 2020. Este curso é gratuito, e os encontros acontecerão a partir de agosto, às sextas-feiras, com aulas ministradas no Campus Porto Alegre (rua Coronel Vicente, 281). Inscrições entre 13/2 e 18/3; e prova no dia 17/5. Edital em: bit.ly/2Rg0p3p. Informes: profetifrs@ifrs.edu.br.

■ Feevale: Com foco na formação de profissionais atualizados e com múltiplas competências, a Universidade Feevale, em Novo Hamburgo, está com inscrições abertas para diversos cursos de pós-graduação lato sensu. As especializações estão distribuídas nas áreas de Gestão, Saúde, Comunicação, Direito, Computação e TI, Moda e Design,

Gastronomia, Educação, Engenharias e Artes. Para mais informações e esclarecimentos, acessar o site feevale.br/lato ou ligar para (51) 3586-8822.

■ Senac: A Faculdade Senac Porto Alegre e a Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas lançaram o "Programa Desempregados", que oferece o 1º semestre de estudos gratuitos a novos alunos desempregados, ingressantes em cursos de graduação e pós-graduação. Segundo o regulamento do programa, o beneficiário poderá estudar gratuitamente até conseguir renda para custear as mensalidades, devendo comprometer-se em realizar rematrícula no semestre/módulo seguinte. Mais dados e contato no site senacrs.com.br/progra-ma_desempregados.asp ou através do fone (51) 3022-1044. La Salle: A Universidade La Salle, em Canoas, inscreve para programas de pós stricto sensu nas áreas de Educação, Direito, Saúde, Memória Social e Avaliação de Impactos Ambientais. Os cinco cursos, que compreendem estudos de mestrados e doutorados, são reconhecidos e consagrados pelo mercado, além de serem bem avaliados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC)**. Inscrições e dados sobre bolsas no site: unilasalle.edu.br/canoas/ppg.

■ Unijuí: Estão abertas as inscrições para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unijuí, com sede em Ijuí. As inscrições vão até 4/2, para o mestrado; e até 31/7, para o doutorado. Inscrições: bit.ly/37gZIII.

■ Imed: No Campus Porto Alegre (rua Dona Laura, 1020) da Faculdade Imed, estão abertas as inscrições para a especialização em Gestão de Pessoas: Organizações e o Futuro do Trabalho. Com início em abril, as aulas serão quinzenais, às sextas-feiras, à noite; e aos sábados, nos turnos manhã e tarde. Inscrições e informes disponíveis no link: bit.ly/2REYaW6.

■ UFN: A Universidade Franciscana, em Santa Maria, está com processos seletivos abertos, até 14/2, para dois cursos de pós-graduação stricto sensu, com início das aulas a partir do dia 2/3. Um deles é o mestrado profissional em Ensino de Ciências e Matemática, que está ofertando 6 vagas. E o segundo curso é o mestrado em Nanociências, com 9 vagas. O edital pode ser acessado no link: bit.ly/37hfXJt. E as inscrições são feitas em: ufn.edu.br/site.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

IES têm mais mestres e doutores

A qualificação dos professores de Educação Superior vem aumentando a cada ano, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Mais de 80%, dos 384 mil docentes de Instituições de Ensino Superior (IES) no país, têm mestrado e/ou doutorado. Assim, conforme o Censo da Educação Superior 2018, foi alcançada a meta 13 do Plano Nacional de Educação (PNE).

O compromisso previsto no Pla- no é que a proporção de mestres e doutores no corpo docente em exercício no Ensino Superior seja maior que 75%, com o mínimo de 35% de docentes com título de doutor (foi 43%, em 2018). O crescimento é constatado tanto na rede pública quanto na privada, mas é na pública que a participação de doutores apresenta maior crescimento: 64,3%. Há dez anos, essa proporção era de 44,3%.

Nas instituições particulares, o Censo de 2018 apontou que 25,9% dos docentes têm título de doutor; e, em 2008, eles somavam 13,1%. Com mestrados, nas particulares, são

50,1%. Há 10 anos chegavam a 40% do total. Mas na rede pública, o número de mestres registra queda: 25,5% tem mestrado, enquanto, em 2008, eles eram 28,1%. Na especialização, o número sofreu redução - de 28,1% para 10,2%, nas instituições públicas; e de 46,9% para 24%, nas privadas.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Ufrgs formará doutores em Angola

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) formará, no 1º semestre deste ano, a primeira turma de doutorado em Relações Internacionais de Angola. Fruto de parceria com o Instituto Superior de Relações Internacionais de Angola (Isri), o curso será ministrado no país africano sem custos para os estudantes ou para o governo angolano, que arcará apenas com as despesas de viagem e hospedagem dos professores brasileiros. Serão 18 vagas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs. O convênio entre as instituições foi assinado em dezembro último e possibilitará ao Isri coordenar e gerenciar a oferta das próximas turmas do programa.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Vagas em 25 opções de cursos lato sensu

A Universidade do Vale do Taquari (Univates), em Lajeado, oferece 25 opções de pós lato sensu, com aulas a partir do 1º semestre/2020. São cursos nas modalidades presencial ou a distância (EAD), com especializações nas áreas de Educação e Humanidades, Engenharias e Arquitetura, Gestão e Negócios, Saúde e Economia Criativa. Entre as novidades destaca-se Ciências Médicas, recentemente aprovada pela Capes/MEC e com edital e inscrições para breve. A listagem de todos os cursos de pós da Univates está disponível no site: uni-vates.br/especializacao. Mais informações: posgraduacao@uni-vates.br ou (51) 3714-7037.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - NACIONAL

7.636 BICICLETAS SERÃO COMPRADAS PELO MEC

O MEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) iniciaram o processo de compra de 7.636 bicicletas, por meio do programa Caminho da Escola. As últimas aquisições foram em 2011. As bicicletas serão usadas por estudantes, que chegam a percorrer, a pé, todo dia, 15 km para chegar à escola ou ao ponto onde passa o ônibus escolar, segundo estudos do FNDE.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - NACIONAL

MPF recomenda suspender Sisu

MEC - O Ministério Público Federal enviou, ontem, uma recomendação ao Governo Federal para que sejam suspensas as inscrições do Sisu 2020, e que o cronograma da seleção unificada seja modificado. O MEC não é obrigado a cumprir a recomendação do MPF. Apesar disso, o MPF afirma que o prazo para o acatamento da recomendação é de 24h. O MPF recebeu queixas sobre erros nas notas do Enem.

topo ↕

FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL

MPF recomenda que governo suspenda inscrições do Sisu

Pedido é para que o adiamento ocorra até que seja realizada nova conferência dos gabaritos de todos os candidatos do Enem

Brasília - O Ministério Público Federal enviou na tarde desta quarta-feira (22) recomendação ao governo Jair Bolsonaro para que sejam suspensas as inscrições do

Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que foram abertas na terça-feira (21).

O pedido é para que o adiamento, e conseqüente mudança de todo cronograma, ocorra até que o governo realize nova conferência dos gabaritos de todos os candidatos. O MPF quer garantir a idoneidade do exame, de acordo com o órgão.

O documento foi encaminhado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, ao secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, e ao Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), que organiza o Enem.

Após comemorar o que seria a melhor edição da história do Enem, o governo Bolsonaro informou sábado (18) que participantes receberam notas erradas. O MEC disse que o problema atingiu cerca de 6.000 participantes, que tiveram as notas alteradas, mas 172 mil candidatos encaminharam mensagens ao Inep com queixas sobre o desempenho.

O prazo para o acatamento da recomendação é de 24 horas. O descumprimento pode implicar a adoção de providências administrativas e judiciais cabíveis, segundo a procuradoria.

A recomendação também estabelece que, após a nova publicação do resultado, todos os candidatos sejam oficialmente comunicados da abertura de prazo para solicitação de verificação de eventuais inconsistências. O Inep deve ainda apresentar resposta formal, em prazo razoável, a todos os pedidos de correção, com retificação da nota final, se for o caso.

O documento é assinado conjuntamente pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, além do Grupo de Trabalho da PFDC sobre Educação em Direitos Humanos.

O governo correu para dar uma resposta rápida para o problema e manteve a abertura do Sisu para terça (21). Estendeu, no entanto, o prazo final de inscrições até domingo (26) - dois dias após o previsto inicialmente.

Além de destacar a gravidade e amplitude dos erros, o texto ressalta que ainda não foram publicizadas informações suficientes sobre a causa dessas falhas. Dessa forma, argumenta o MPF, não se poderia afirmar com segurança que todos os equívocos foram corrigidos.

"Processos seletivos públicos exigem a mais ampla e irrestrita transparência e publicidade, bem como mecanismos fidedignos de correção das provas, já que destes dependem a legitimidade, solidez, eficácia e credibilidade do sistema", cita a recomendação.

A medida se dá no âmbito de procedimento autuado pelo MPF em Minas Gerais a partir de manifestação de candidata que alegou discrepâncias entre sua quantidade de acertos no Enem e a nota oficial.

A "Folha de S. Paulo" mostrou nesta quarta as procuradorias das Repúblicas em ao menos cinco estados estão recebendo uma enxurrada de representações de estudantes.

Eventuais inconsistências na nota podem prejudicar milhares de estudantes, diz o documento, "visto que eventuais pontuações a menor inexoravelmente repercutem na nota de corte e na classificação parcial e, por conseguinte, no planejamento dos candidatos".

O MPF ainda questiona o prazo para verificação de irregularidades por parte dos alunos. O Inep forneceu um e-mail para reclamações no sábado e, no domingo (19), informou que só receberia queixas até as 10h de segunda-feira (20). Ainda de acordo com o texto, não houve envio de e-mail aos candidatos, nem tampouco comunicação no aplicativo oficial do Enem 2019.

Os órgãos do MPF destacam, ainda, que as comunicações sobre os problemas ocorreram pelas redes sociais, o que pode ter deixado de fora pessoas sem acesso à internet. "A todos deve ser garantido o direito e correção dos gabaritos, para apuração de eventuais inconsistências", diz representação.

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

Sisu: MPF recomenda suspender inscrições

Órgão pediu que todo o cronograma seja paralisado até que o governo realize nova conferência dos gabaritos

BRASÍLIA (Folhapress) - O Ministério Público Federal enviou, ontem, recomendação ao governo Bolsonaro para que sejam suspensas as inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que foram abertas na última terça-feira. O pedido é para que o adiamento, e consequente mudança de todo cronograma, ocorra até que o governo realize nova conferência dos gabaritos de todos os candidatos. O MPF quer garantir a idoneidade do exame, de acordo com o órgão.

O documento foi encaminhado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, ao secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que organiza o Enem.

Após comemorar o que seria a melhor edição da história do Enem, o governo Bolsonaro informou no último sábado que participantes receberam notas erradas. O MEC disse que o problema atingiu cerca de 6.000 participantes, que tiveram as notas alteradas. Mas 172 mil candidatos encaminharam mensagens ao Inep com queixas sobre o desempenho.

O prazo para o acatamento da recomendação é de 24 horas. O descumprimento pode implicar a adoção de providências administrativas e judiciais cabíveis, segundo a procuradoria. A recomendação também estabelece que, após a nova publicação do resultado, todos os candidatos sejam oficialmente comunicados da abertura de prazo para solicitação de verificação de eventuais inconsistências. O Inep deve ainda apresentar resposta formal, em prazo razoável, a todos os pedidos de correção, com retificação da nota final, se for o caso.

O documento é assinado conjuntamente pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, além do Grupo de Trabalho da PFDC sobre Educação em Direitos Humanos.

O governo correu para dar uma resposta rápida para o problema e manteve a abertura do Sisu para a última terça. Estendeu, no entanto, o prazo final de inscrições até domingo -

dois dias após o previsto inicialmente.

Além de destacar a gravidade e amplitude dos erros, o texto ressalta que ainda não foram publicizadas informações suficientes sobre a causa dessas falhas. Dessa forma, argumenta o MPF, não se poderia afirmar com segurança que todos os equívocos foram corrigidos.

Processos seletivos públicos exigem a mais ampla e irrestrita transparência e publicidade, bem como mecanismos fidedignos de correção das provas, já que destes dependem a legitimidade, solidez, eficácia e credibilidade do sistema", cita a recomendação. A medida se dá no âmbito de procedimento autuado pelo MPF em Minas Gerais a partir de manifestação de candidata que alegou discrepâncias entre sua quantidade de acertos no Enem e a nota oficial. A Folha mostrou nesta quarta as procuradorias das Repúblicas em ao menos cinco estados estão recebendo uma enxurrada de representações de estudantes.

Eventuais inconsistências na nota podem prejudicar milhares de estudantes, diz o documento, "visto que eventuais pontuações a menor inexoravelmente repercutem na nota de corte e na classificação parcial e, por conseguinte, no planejamento dos candidatos".

O MPF ainda questiona o prazo para verificação de irregularidades por parte dos alunos. O Inep forneceu um email para reclamações no sábado e, no último domingo, informou que só receberia queixas até as 10h de última segunda-feira.

topo ↕

GAZETA DE ALAGOAS - AL - CIDADES MP INVESTIGA FRAUDE EM EMISSÃO DE DIPLOMA

O Ministério Público Estadual (MPE) abriu mais uma investigação contra instituição de ensino superior de Alagoas suspeita de atuar em um esquema que ficou conhecido como a 'Máfia dos Diplomas'. O alvo da vez é o IETC [Instituto Educacional Tecnológico e Cultural], polo de União dos Palmares, denunciado por fraude na expedição de diplomas. A portaria com o procedimento preparatório de inquérito civil foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público Estadual (MPE) dessa quarta-feira (22) e foi assinada pela promotora de justiça de União dos Palmares, Adilza Inácio de Freitas. Alunos do curso de Educação Física do polo de União dos Palmares desta instituição de ensino seriam os mais prejudicados, conforme notícia que chegou ao conhecimento do MPE. A partir do procedimento preparatório, a 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares vai investigar os indícios de que o IETC faz parte da chamada 'Máfia dos Diplomas', que oferta cursos superiores de forma irregular. Para a coleta de informações neste sentido, a promotora vai ouvir os estudantes que desconfiaram dos diplomas, pedir certidões, fazer inspeções, requerer perícias e outras diligências que visem esclarecer os fatos relatados na denúncia. Outras apurações da 'Máfia dos Diplomas' apontaram que algumas instituições de nível superior com atuação em Alagoas anunciavam aulas de cursos fora do local das respectivas sedes e, o mais grave, sem a autorização do Ministério da Educação (MEC). Uma comissão da Assembleia Legislativa Estadual (ALE) também está acompanhando o assunto. "Cabe ao Ministério Público zelar pelos direitos individuais homogêneos de consumidores, sobretudo quando evidenciada a relevância social da demanda, como ocorre no presente caso, em que dezenas de estudantes foram lesadas por uma instituição de ensino

superior, com propagação da fraude por todo o interior do estado alagoano”, destaca a promotora Adilza Freitas.

topo ↕

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO

Da lama ao caos

ensaísta, gramático e educador | Edição do dia 23/01/2020

O ensaísta e historiador francês Paul Guth escreveu: “Outrora os analfabetos eram os que não iam à escola; hoje são os que a frequentam”. A afirmação, meio paradoxal, retrata bem a miséria educacional da maioria dos alunos do ensino básico, que vai à escola apenas para receber o diploma. Isso é uma regra geral em que as exceções estão cada dia mais raras.

Na minha longa jornada como professor, vivi momentos críticos contra os quais lutei incessantemente: o descaso com o processo educativo, a má influência de quem não via a educação como instrumento de mudança de vida, ou mesmo a relutância do aluno contra o processo firme de disciplina e de respeito ao professor, por exemplo, não eram motivos para desânimo. Matávamos um leão por dia sem problemas. Hoje não só esses pontos citados se intensificaram, como também veio uma série de novos obstáculos para colocar à prova a novíssima geração de educadores. Conversando com um jovem diretor de escola, percebi que as mesmas aflições de outrora se mostram bem presentes na vida contemporânea da escola. “Agora os professores”, disse ele, “estão passando por um momento extremo: estamos travando uma batalha contra o obscurantismo sem apoio social.

É como se o guerreiro do bem, o professor, lutasse sozinho contra o exercito do mal, a ignorância. Guerra injusta. São muitos contra um só. E a ausência mais sentida por nós vem da família. Em geral, não se conta com os responsáveis pelo aluno perante a trajetória educacional. A família lavou as mãos e jogou toda a responsabilidade para a escola. Isso já vem acontecendo há algum tempo, só que a sociedade vem ratificando o trabalho meia-boca, o imediatismo infame da família por qualquer trabalho e a glorificação da mente vazia, logo as instituições de ensino se tornaram um ambiente hostil. Se a melhor visão juvenil de futuro se resume a duas ou três postagens numa rede social, é porque o caos está instalado”. Até a geração passada, quando o aluno não prestava atenção à aula, dávamos a ele conselho; quando faltava muito, íamos atrás das explicações; quando não se esforçava, procurávamos as razões e o ajudávamos.

Tudo isso com o total apoio social, representado pela entidade familiar. A família estava do lado do professor, agregando força ao processo de educação do jovem. Mais do que a radicalização do discurso (embora eu o válido com insistência), devemos concentrar esforços nas ações de resgate à parceria escola-família, à plena vivência dos estudantes na escola (com respaldo da sociedade) e, não menos importante, à valorização do educador como construtor-mor de uma nova sociedade, a partir da preparação de jovens ávidos por conhecimento, conscientes, maduros e letrados. O Brasil sofre com estatísticas crescentes a respeito do baixo nível de rendimento escolar. Pensando nessas dificuldades, sabemos que o ponto de partida da mudança deve ser por meio de um passo mais firme em direção a um novo horizonte. E tem de ser agora, para que saíamos desse caos contra o qual nos debatemos.

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - MARCELO CHAVES

Concorrido

Até ontem, um total de 993.311 pessoas haviam se inscrito no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A informação foi dada pelo próprio ministro da Educação, Abraham Weintraub. As inscrições podem chegar a até dois cursos por estudante.

Reajuste

Falando em educação, o piso salarial dos professores da rede pública da educação básica em início de carreira foi reajustado em 12,84% para 2020, passando de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.886,24.0 acréscimo está previsto na chamada Lei do Piso.

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL

MPF recomenda ao MEC que suspenda inscrições

Procuradores pedem conferência nos gabaritos de todos os candidatos

O Ministério Público Federal enviou ontem recomendação ao governo para que sejam suspensas as inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que foram abertas na terça-feira (22). O pedido é para que o adiamento, e consequente mudança de todo cronograma, ocorra até que o Ministério da Educação (MEC) realize nova conferência dos gabaritos de todos os candidatos. O MPF quer garantir a idoneidade do exame, de acordo com o órgão.

O documento foi encaminhado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, ao secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que organiza o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Após comemorar o que seria a melhor edição da história do Enem, o governo informou sábado que participantes receberam notas erradas. O MEC disse que o problema atingiu cerca de 6 mil participantes, que tiveram as notas alteradas. Mas 172 mil candidatos encaminharam mensagens ao Inep com queixas sobre o desempenho.

O prazo para o acatamento da recomendação é de 24 horas. O descumprimento pode implicar a adoção de providências administrativas e judiciais cabíveis, segundo a procuradoria.

A recomendação também estabelece que, após a nova publicação do resultado, todos os candidatos sejam oficialmente comunicados da abertura de prazo para solicitação de verificação de eventuais inconsistências. O Inep deve ainda apresentar resposta formal, em prazo razoável, a todos os pedidos de correção, com retificação da nota final, se for o caso.

O documento é assinado conjuntamente pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

O governo correu para dar uma resposta rápida para o problema e manteve a abertura do Sisu para terça. Estendeu, no entanto, o prazo final de inscrições até domingo, dois dias após o previsto inicialmente.

Além de destacar a gravidade e amplitude dos erros, o texto ressalta que ainda não foram divulgadas informações suficientes sobre a causa dessas falhas. "Processos seletivos públicos exigem a mais ampla e irrestrita transparência e publicidade, bem como mecanismos fidedignos de correção das provas, já que destes dependem a

legitimidade, solidez, eficácia e credibilidade do sistema", cita a recomendação.

Governo teme onda de liminares

A ameaça de uma onda de ações judiciais com questionamentos ao Enem 2019 preocupa a alta cúpula do Ministério da Educação. O motivo é a insatisfação de estudantes com a correção das provas. O governo Jair Bolsonaro até correu para dar respostas aos erros encontrados nas notas na avaliação deste ano. O problema, diz a gestão, está solucionado.

Procuradorias da República, porém, têm recebido uma enxurrada de representações de participantes. Eles contestam a solução dada pelo governo e pelo Inep. Essa movimentação dos estudantes colocou o MEC e o órgão responsável pela aplicação do Enem em alerta.

Dezenas de estudantes de ao menos cinco estados acionaram o Ministério Público Federal em busca de medidas em relação a supostos problemas com suas notas do Enem 2019. Há no governo grande preocupação com liminares que possam interromper o processo por causa de questionamentos.

O sistema oferece 237 mil vagas em 128 instituições de ensino superior de todo o país. Em Minas Gerais, o MPF havia recebido 80 representações. Os casos foram contabilizados até segunda-feira.

Ao MPF em São Paulo foram apresentadas 13 queixas. Desse total, 12 foram levadas ao órgão na terça-feira. As Procuradorias de Rio Grande do Sul e Espírito Santo também analisam reclamações de alunos para definir se abrem procedimentos. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) também acionaram o MPF.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Inscrições no Sisu chegam a 91.453

DA EDITORIA DE GERAL

A decisão do Ministério da Educação (MEC) de realizar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em nuvem, fora dos servidores da pasta, deu-se para suportar mais usuários ao mesmo tempo, adaptar o portal para aparelhos mobile e economizar recursos. Já no início, foi registrado um pico de recorde histórico: 7 mil inscrições por minuto. Quanto ao dinheiro, a redução de gastos é estimada em R\$ 15 milhões já em 2020 e R\$ 25 milhões nos primeiros cinco anos.

O Ministério da Educação informou que o estado do Piauí contabilizou 91.453 inscrições e 52.665 inscritos no Sisu.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 registrou 148.359 inscritos no Piauí. O Instituto Federal do Piauí (IFPI) está oferecendo 15% de acréscimo na nota final do Enem, para estudantes piauienses no Sisu, como uma bonificação de inclusão regional.

O acréscimo de 15% na nota final do Enem é para os candidatos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas piauienses. "Queremos estimular o acesso aos nossos cursos de graduação, contribuindo para a expansão do ensino superior e a formação profissional de nossos jovens e adultos", afirmou o reitor do IFPI, Paulo Henrique Gomes de Lima. A bonificação foi aprovada no final de 2019 e pode ser usada para todos os 57 cursos superiores, sejam os tecnológicos, bacharelados ou licenciaturas

oferecidos pelo IFPI.

O acréscimo de 15% não pode ser usado por candidatos cotistas, segundo a resolução do Conselho Superior do IFPI, já que as políticas afirmativas não podem ser cumulativas.

A ideia de levar o site do MEC para dispositivos móveis já tem rendido nos primeiros dois dias de uso. A média de acessos por celulares e tablets tem sido de 70%. O número foi ressaltado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub.

"As pessoas utilizam mais o celular, aumentando o número de acessos. Por isso que nós conseguimos bater o recorde histórico, de 7 mil pessoas por minuto", explicou o ministro. Até o momento, são 2.095.174 inscrições realizadas por 1.108.434 pessoas. Cada candidato pode sinalizar o interesse em até dois cursos.

O projeto de migrar para a nuvem começou há cerca de um ano. Faz parte da modernização da Diretoria de Tecnologia e Informação (a partir de 30 de janeiro, Subsecretaria de Tecnologia e Informação) do MEC. A ideia é descentralizar, deixar o sistema em servidores disponíveis a partir de diferentes provedores. Até 2019, o Sisu era feito todo na estrutura da pasta, com menos capacidade para receber vários usuários simultaneamente e com maior gasto de energia.

"É um projeto inovador no segmento público. O Sisu é um dos maiores programas do MEC. Utilizar a nuvem para as inscrições significa um passo à frente, com avanços ano a ano", observou o diretor de Tecnologia e Informação do MEC, Daniel Rogério. "O Sisu agora é responsivo. Você consegue navegar tanto no computador, quanto no tablet e no celular", emendou. A lentidão registrada em alguns momentos, portanto, é uma questão de adaptação ao novo modelo.

"Como tinha que fazer essas adaptações aos softwares do Sisu para entrar na nuvem, a gente viu essa lentidão de ontem", disse Weintraub.

A situação foi resolvida. Para se ter uma ideia do que significam 7 mil inscrições por minuto, um comparativo: uma grande empresa realizou cerca de 500 vendas a cada 60 segundos na Black Friday com o mesmo sistema, segundo a empresa que presta o serviço da nuvem.

topo 

MEIO NORTE - PI - INFORME

SUSTO

Por causa de sucessivos assaltos, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) implantou grades nos blocos do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e Centro de Ciências da Educação (CCE) no campus Petrônio Portela, no bairro Ininga, na zona Leste de Teresina.

GRADES

As grades estão sendo implantadas durante o recesso na Universidade Federal do Piauí. O ano letivo de 2020 está previsto para iniciar em março. Os alunos afirmam que a UFPI reduziu o número de seguranças no CCHL e CCE.

NOTAS DE CORTE

No primeiro dia do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), na segunda-feira (20), os

cursos com maior nota de corte em instituições de ensino superior do Piauí foram Medicina e Engenharia Civil. As notas ficaram entre 761,48 e 765,69. Ao todo estão sendo ofertadas 9.339 vagas presenciais e a seleção vai até as 23h59 de domingo.

MEDICINA

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) informou que o curso de Medicina teve a nota de corte mais alta neste primeiro dia de seleção, com 786,39, seguido de Medicina, no campus da instituição de Parnaíba (345 km de Teresina) com 766,78, e Engenharia Civil com 726,95.

ODONTOLOGIA

Na Universidade Estadual do Piauí (Uespi), o curso de Medicina também teve a maior nota de corte, com 765,69. Em segundo lugar ficou o curso de Odontologia no campus de Parnaíba, com 692,02, e Direito com 692,49.

ENGENHARIA

No Instituto Federal do Piauí (IFPI), o curso com maior nota de corte foi o de Engenharia Civil, com 761,48, seguido do curso de Análise de Desenvolvimento de Sistemas, com 726,11, e o curso de Radiologia com 726,1.

BALANÇO

As notas são atualizadas pelo Ministério da Educação (MEC) em balanços parciais, uma vez por dia. Com base nas notas de corte, os alunos avaliam se têm a pontuação suficiente e em qual posição ficam na concorrência por uma vaga.

topo ↕

O DIA - PI - FÓRUM

Nota de repúdio à portaria nº 2.227 de 31 de dezembro de 2019

A SOCICOM e as Associações Científicas e Acadêmicas do Campo da Comunicação abaixo assinadas, vêm a público repudiar a Portaria 2.227 publicada pelo Ministério da Educação no dia 31 de dezembro de 2019 e que "dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do país e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Ministério da Educação".

O documento configura-se como uma normatização de extremo controle e visa, notadamente, limitar o acesso dos servidores/professores/cientistas/pesquisadores a eventos de diversas naturezas, em que apresentam o resultado de suas pesquisas e em que, ao mesmo tempo, mantêm interlocução com os pares, objetivando o aprimoramento e a troca de conhecimentos.

A Portaria 2.227 além de potencializar a burocracia dos deslocamentos nacionais e internacionais que agora passam todos pela vigilância e total controle do MEC, define no Capítulo XVI das Disposições Finais, em seu Artigo 55 que a "participação de servidores em feiras, fóruns, seminários, congressos, simpósios, grupos de trabalho e outros eventos será de, no máximo dois representantes para eventos no país e um representante para eventos no exterior, por unidade, órgão singular ou entidade vinculada". E vai além no Parágrafo Único do mesmo Artigo, ao detalhar que somente o Secretário-Executivo do MEC poderá autorizar um número maior de participantes em eventos, desde que devidamente justificado.

Já o Artigo 62, embora delegue competência "aos dirigentes máximos das universidades, institutos federais e demais autarquias, fundações e empresas públicas vinculadas ao MEC para autorizarem, no âmbito de suas respectivas entidades, o

afastamento da sede e a concessão de diárias e passagens para deslocamentos nacionais e internacionais [...]", o faz dentro do que dispõe a presente Portaria, não permitindo, na prática, que as Instituições Federais tenham liberdade para autorizar um número de afastamentos superior, mesmo que seja do interesse das Universidades e seus Programas de Pós-Graduação, por exemplo.

Vale, portanto, ponderar que o Artigo 55 da Portaria 2.227/19 fere o Artigo 207 do Capítulo III da Constituição Federal, que diz que as " Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão"; visto que limita a liberdade de gestão das Instituições Federais, por um lado, e, por outro, objetiva destruir a tridimensionalidade do conhecimento e os vínculos indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão, limitando inicialmente a visibilidade da produção científica das IFES, e objetivando a médio prazo coibir ações de pesquisa no âmbito das Universidades Federais, responsáveis pela maior parte da produção científica do Brasil.

Tal medida tem a intencionalidade clara de desarticular o sistema de produção e circulação de conhecimento em nosso país, potencialmente articulado pela rede de associações científicas que fomentam a pesquisa e fazem circular o conhecimento entre os públicos de interesse e a sociedade, a partir de eventos, revistas científicas e demais publicações.

Os eventos científicos serão prejudicados, tanto quanto os pesquisadores. E mais, a Portaria em pauta, também desarticulará as redes nacionais, uma vez que são compostas por grupos e/ou núcleos de pesquisa que trabalham com temáticas e observáveis comuns, logo a imposição do controle e restrição da participação de pesquisadores nos encontros das redes, intenciona quebrar a "coluna vertebral" da construção do conhecimento em nosso país.

Esse movimento imperativo contraria a política nacional de pós-graduação que, por sua vez, impõe produtividade anual aos docentes/pesquisadores e avalia os programas, além de fomentar a participação em redes nacionais e internacionais de pesquisa, configurando, inclusive, a necessidade de internacionalização da produção científica. O Ministério da Educação no atual Governo segue em seu firme propósito de desmantelar o sistema público de ensino superior construído ao longo de décadas, assim como de desarticular toda a cadeia de construção da pesquisa, direcionando a política nesse âmbito, para uma atuação mercadológica, o que limitará o acesso da população mais pobre às universidades, como também, restringirá as investigações científicas ao interesse do mercado. Pelo exposto repudiamos e conclamamos as forças democráticas brasileiras a agir contra tal medida que se configura como uma imposição autoritária.

São Paulo, 21 de janeiro de 2020

SOCICOM-Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação

ABCIBER-Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura

ABEJ- Associação Brasileira de Ensino em Jornalismo ABP2- Associação Brasileira de Pesquisadores em Publicidade

ABPCOM- Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã

ABRAPCORP- Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação

Organizacional e de Relações Públicas ALCAR- Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia
COMPÓS- Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação
FOLKCOM- Rede de Pesquisadores em Folkcomunicação FORCINE- Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual
INTERCOM- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação
SBPJOR- Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
ULEPICC- União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e da Cultura-Seção Brasil

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - GERAL

MEC comprará mais de 7 mil bicicletas para uso de estudantes

Aquisição faz parte do programa Caminhos da Escola; Segundo o MEC, as últimas aquisições ocorreram em 2011

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) iniciaram o processo de compra de 7.636 bicicletas, por meio do programa Caminho da Escola. Segundo o MEC, as últimas aquisições ocorreram em 2011.

As bicicletas serão usadas por estudantes, que chegam a percorrer, a pé, diariamente, 15 quilômetros para chegar à escola ou ao ponto onde passa o ônibus escolar, segundo estudos do FNDE.

“Com os veículos, o MEC tem objetivo de diminuir a evasão escolar e melhorar a qualidade do transporte escolar, principalmente em áreas rurais e ribeirinhas”, diz nota do ministério.

A bicicleta estará disponível em dois tamanhos, o aro 20 e o aro 26, e vão ter quadro reforçado, selim anatômico, para-lamas, descanso lateral, espelho retrovisor, campainha e refletores. Serão ofertados também bombas manuais para encher o pneu, ferramentas e capacetes de segurança.

O programa Caminhos da Escola desde 2010 busca renovar a frota de veículos escolares no Brasil e garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes.

Os estados, Distrito Federal e municípios interessados em adquirir as bicicletas devem acessar o Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preço (Sigarp) do FNDE e utilizar as atas do Fundo com recursos próprios ou fazer transferência direta, via Plano de Ações Articuladas (PAR).

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - GERAL

UFMA registra nota de corte alta para medicina, aponta levantamento

Valores são apenas informativos e representam a nota mínima para aprovação entre todos os candidatos inscritos na modalidade ampla concorrência em cada curso até a 0h de ontem, 22

SÃO LUÍS - Candidatos que buscavam ontem, 22, uma vaga em medicina na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – na modalidade ampla concorrência – enfrentaram a nota de corte mais alta para o curso no país.

De acordo com a primeira parcial do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) divulgada na madrugada de ontem, 22, seria preciso ter ao menos 928,13 pontos para ficar com uma das 25 vagas oferecidas aos futuros médicos.

O Sisu é o sistema do Ministério da Educação (MEC) que seleciona estudantes para vagas em universidades públicas com base nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A seleção começou na terça e vai até as 23h59 de domingo, 26.

As notas são atualizadas pelo MEC em balanços parciais uma vez por dia. Com base nas notas de corte, os alunos avaliam se têm a pontuação suficiente e em qual posição ficam na concorrência por uma vaga.

A nota de corte mais baixa para medicina, na primeira parcial, era de 717,97 pontos na Universidade Estadual do Piauí (Uespi), segundo um levantamento feito pelo G1 com base nas informações divulgadas pelo Ministério da Educação no site do sistema.

Na edição 2020, 77 das 128 instituições participantes do Sisu 2020 oferecem cursos de medicina. Ao todo são 2.074 vagas em medicina na modalidade de ampla concorrência neste primeiro semestre.

Há ainda vagas em disputa na modalidade ações afirmativas, que incluem, por exemplos cotas raciais ou reserva de vagas para deficientes e outros públicos.

Bônus de 20%

A UFMA tem o corte mais alto identificado pelo levantamento. De acordo com o site do Sisu, a instituição acrescenta um bônus de 20% na nota final para os candidatos que tenham cursado o último ano do ensino fundamental e o ensino médio completo em escolas públicas ou privadas do estado do Maranhão.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, informou ontem que 993.311 estudantes se inscreveram no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) no primeiro dia de registros. Como cada estudante pode se inscrever em até dois cursos, até o momento já foram registradas 1.870.751 inscrições.

“O número é mais do que o dobro do ano anterior, quando fechamos em 492 mil inscritos”, disse o ministro em rede social. O período para inscrições fica aberto até as 23h59 de domingo (26).

O Sisu é a principal maneira de acessar o ensino superior público com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), divulgada na semana passada. Para participar da seleção, é obrigatório não ter zerado a redação na edição de 2019 do exame. Neste semestre, são 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas de todo o país. A inscrição é gratuita e deve ser feita na página do participante na internet.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Procuradores pedem suspensão de inscrições

REVISÃO- MPF recomenda que Inep realize nova conferência dos gabaritos do Enem.

Cerca de 2,5 milhões de pessoas já se inscreveram no Sisu 2020 até ontem.

O Ministério Público Federal enviou na tarde de ontem uma recomendação ao governo federal para que sejam suspensas as inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2020, e que o cronograma da seleção unificada seja modificado. Até o início da tarde de ontem foram mais de 2,5 milhões de inscrições. As informações são do Portal G1 e Agência Brasil.

O Ministério da Educação (MEC) não é obrigado a cumprir a recomendação do MPF. Apesar disso, o MPF afirma que o "prazo para o acatamento da Recomendação é de 24 horas e seu descumprimento pode implicar a adoção de providências administrativas e judiciais cabíveis".

Segundo a nota do MPF, o pedido de suspensão do Sisu é para garantir que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tenha tempo de conferir os gabaritos de todos os candidatos do Exame Nacional do Ensino médio (Enem). A nota diz, ainda que são inúmeras as queixas de cidadãos, pais e/ou estudantes já recebidas pela instituição.

De acordo com o MPF, o documento foi encaminhado ao ministro da Educação, ao secretário de Educação Superior do MEC e ao Inep. A recomendação foi assinada pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), além do Grupo de Trabalho da PFDC sobre Educação em Direitos Humanos.

Em nota ao G1, o MEC informou que "encaminhará, em breve, ao Ministério Público Federal os esclarecimentos solicitados". O Inep já havia afirmado na última segunda-feira (20) que "todas as provas dos 3,9 milhões de participantes foram analisadas" e que delas o instituto "identificou inconsistências nas notas de 5.974 participantes do Enem 2019, o que representa 0,15% do total de presentes".

QUESTIONAMENTO

Além da recomendação do MPF, o MEC chegou a ser acionado diretamente na Justiça. De acordo com levantamento feito pela Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU), foram identificadas quatro ações referentes ao Enem 2019 ajuizadas desde 17 de janeiro em Goiás, no Distrito Federal e no Maranhão.

Duas dessas ações são populares - ações ajuizadas por um conjunto de pessoas. Uma delas pede a suspensão e a outra pede a prorrogação do prazo do Sisu, além de revisão das notas do Enem. As outras duas são: uma ação individual que pede esclarecimentos sobre o gabarito e um mandado de segurança pedindo nova correção e retificação da notado Enem.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Impasse ameaça fundo da educação básica

Impasse entre governo e Congresso ameaça o futuro da principal fonte de financiamento da educação básica no País. A vigência do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) termina no fim de 2020 e ainda não há consenso sobre o formato que passará a vigorar a partir de 2021. A pressão aumenta por causa das eleições municipais, já que prefeitos dependem dos recursos para pagar professores e pressionam deputados

a aumentara fatia destinada às cidades.

A única concordância é que será preciso criar um novo fundo em substituição ao atual e torná-lo permanente. Fora isso, só há divergências. A principal delas é quanto cada um dos entes federativos vai contribuir para o fundo, que, neste ano, envolve receita de R\$ 173,7 bilhões. O Ministério da Educação propõe aumentar de 10% para 15% o aporte do governo federal no novo Fundeb. A bancada da educação no Congresso, formada por aliados e opositores ao Planalto, quer elevar a participação do governo para 40%. O percentual maior, porém, defendido pela relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) na Câmara, Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), não encontra consenso nem entre os deputados. O presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse no ano passado que o governo não teria recursos para bancar um aumento desse tamanho. Atualmente, Câmara e Senado discutem propostas diferentes sobre o Fundeb, mas prometem fechar um texto de consenso para votar mais rapidamente nas duas Casas.

Diante do impasse, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou o envio de uma PEC do governo aumentando a fatia da União de 10% para 15%. "A proposta que está no Congresso aumenta quatro vezes o volume. E aí, quem vai pagar por tudo isso? Eu vou dizer: eu, você, com mais impostos, crise fiscal, recessão e inflação", afirmou o ministro nas redes sociais. Ele classificou os congressistas que pedem mais recursos como "demagogos".

CRISE

O Ministério da Economia calcula em R\$ 855 bilhões o efeito do aumento da complementação da União para 40% em dez anos. A consultoria da Câmara fez um cálculo diferente, apontando impacto de R\$ 279 bilhões no período.

O comentário de Weintraub só aumentou a crise. O presidente da comissão especial na Câmara que discute a criação do novo Fundeb, deputado Bacelar (Pode-BA), afirmou que a proposta do governo será ignorada e o "texto já em tramitação (de autoria do Congresso), votado em março". "Não é o fato de o governo mandar que o Congresso vai engolir. Nós temos autonomia e o debate é longo", referendou a relatora.

O risco é o ano acabar sem uma proposta de consenso. A saída, neste caso, seria apenas prorrogar o Fundeb atual, sem mudar o formato. "Se for esse caminho, é um fracasso do governo e uma tragédia de cenário para o País", afirmou o presidente da Comissão de Educação da Câmara, Pedro Cunha Lima (PSDB-PB).

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Maior parte das inscrições é feita via celulares

Cerca de 70% das inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) têm sido feitas por dispositivos móveis, como celulares e tablets. Segundo o Ministério da Educação, até o início da tarde de ontem, cerca de 2,5 milhões de inscrições foram realizadas por 1.108.434 pessoas. Cada candidato pode sinalizar o interesse em até dois cursos. As informações são da Agência Brasil.

De acordo com o MEC, a lentidão no acesso ao sistema acontece em virtude da adaptação ao novo modelo adotado nesta edição. A partir deste ano, o sistema está em nuvem, fora dos servidores da pasta, para viabilizar que mais usuários possam acessar ao mesmo tempo, adaptar o portal para aparelhos mobile e economizar recursos. O

sistema já registrou 7 mil inscrições por minuto. O Sisu é a principal maneira de acessar o ensino superior público com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), divulgada na semana passada. Para participar da seleção, é obrigatório não ter zerado a redação na edição de 2019 do exame. Neste semestre, são 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas de todo o país. A inscrição é gratuita e deve ser feita na página do participante.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Universidade de Tocantins deixa o certame

A Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) desistiu de utilizar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Ministério da Educação (MEC), para preencher 48 vagas de seu vestibular. Em comunicado divulgado pelo Face-book, a instituição informa que houve "problemas técnicos junto ao Sisu" e que aguardou retorno do MEC até segunda-feira, 20, para "habilitar a seleção", mas que não houve resposta. Por isso, as vagas que seriam disponibilizadas pelo Sisu serão preenchidas pelo vestibular da própria instituição, realizado em dezembro de 2019. Em nota enviada ao jornal O Estado de S. Paulo, o MEC afirma que a Unitins não concluiu a adesão ao Sisu dentro do prazo. Segundo o edital do sistema, isso devia ser realizado pelas universidades entre 31 de outubro e 14 de novembro de 2019, com a possibilidade de retificar informações entre os dias 18 e 22 de novembro.

Por outro lado, a equipe da Unitins explica que aguardou as definições do MEC quanto à criação do novo campus de Paraíso no que diz respeito aos cursos, turnos, quantidades de vagas e modalidades de ensino para, assim, finalizar o envio de dados da instituição ao Sisu. O Ministério, no entanto, concluiu essas questões apenas na data final do prazo para adesão ao sistema, não deixando tempo hábil para a universidade lançar as informações atualizadas ainda naquela data. "A Unitins formalizou ainda em 2019 ao MEC uma solicitação para a conclusão do envio dos dados já atualizados e contendo todas as informações da nova unidade e suas respectivas vagas e cursos Mas, apesar das tentativas de contato também por telefone, não encontrou uma solução que viabilizasse a conclusão do envio dos dados atualizados na plataforma Sisu", alegou em nota enviada ao Estado.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

No Pará, duas reclamações foram abertas no MPF

JUSTIÇA— Queixas foram recebidas em Belém e Marabá. MEC admite que cerca de seis mil candidatos foram prejudicados por erros na correção das provas.

Estudantes de todo o país têm recorrido à Justiça para cobrar medidas em relação aos erros de correção do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), que prejudicaram cerca de 6 mil concorrentes. No Pará, duas representações já foram abertas no Ministério Público Federal (MPF), uma na unidade do órgão em Marabá, na última terça-feira, 21, e outra na unidade de Belém, nesta quarta, 22.

Segundo a assessoria do MPF, a reclamação feita em Marabá trata da falta do fornecimento do espelho do gabarito, enquanto que na capital o motivo foi "a falta de transparência sobre se todos os problemas informados por estudantes ao Ministério da Educação (MEC) foram ou não resolvidos". Os estudantes entraram em contato com o órgão por meio das Salas de Atendimento ao Cidadão.

Os casos, ainda de acordo com o MPF, estão sendo encaminhados para sorteio dos

membros da instituição no Pará que ficarão responsáveis pela análise das reclamações. "De qualquer forma, independentemente da quantidade de representações em cada estado, o MPF já está tomando medidas válidas para todo o país, e já solicitou ao MEC que as inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) sejam suspensas até que todas as falhas das notas do Enem sejam corrigidas", informa nota do MPF. Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, os erros atingiram cerca de 6 mil candidatos, e ficaram concentrados no estado de Minas Gerais. Contudo, mais de 172 mil queixas já foram encaminhadas ao MEC.

FALHA

A falha do MEC nas notas do Enem tem levado cidadãos a se manifestarem nas Procuradorias da República do País. De acordo com levantamento do jornal O Estado de S. Paulo, o MPF de Minas Gerais recebeu 97 representações, sendo 17 feitas entre anteontem e a manhã desta quarta-feira, 22. Em São Paulo, o órgão consta 13 notícias de irregularidade, e no Ceará foram seis até o momento. Nesse último, um procedimento foi instaurado para investigação dos casos.

Já os MPFs do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo receberam, cada um, apenas uma manifestação. Os cinco estados ainda estão analisando as demandas e ainda não divulgaram as medidas que os procuradores da República irão tomar.

De acordo com a assessoria de imprensa do MPF, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) pretende divulgar um relatório com esses números em âmbito nacional.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Provas e gabaritos misturados

As notas do Enem 2019 foram divulgadas na última sexta-feira, 17, e estudantes de diferentes lugares do Brasil reclamaram da incoerência entre o alto número de acertos na prova e a nota baixa publicada pelo Inep.

O órgão informou que isso se deve à Teoria de Respostas ao Item (TRI), que considera a dificuldade de cada questão na hora de calcular a pontuação do candidato. Entretanto, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, reconheceu o erro no sábado, 18. A explicação é que houve uma troca entre a cor da prova e do gabarito na hora de imprimir o exame. No caso, os cadernos cinzas foram corrigidos com base nos de cor amarela.

A PFDC encaminhou um ofício ao MEC na segunda-feira, 20, pedindo a suspensão da abertura de inscrições para o Sisu devido ao equívoco.

"Considerando que as inconsistências na correção podem prejudicar milhares de estudantes que participarão do Sisu, solicito a Vossa Excelência [Abraham Weintraub] suspender imediatamente a abertura das inscrições para o Sisu até que sejam solucionados os problemas", aponta o documento.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Listão da Uepa sairá na próxima quarta-feira

A Universidade do Estado do Pará (Uepa) confirmou ontem que o listão dos aprovados no Processo Seletivo 2020 será divulgado às 10h da próxima quarta-feira, 29. Por

enquanto, a universidade não fez alterações nas demais datas do calendário do edital do Prosei Uepa 2020. Após a divulgação do resultado final do seletivo, a matrícula dos calouros será feita entre 4 e 7 de fevereiro. As aulas começam em 10 de fevereiro. Os períodos de chamadas de repescagem para cursos com entrada no 1º e 2º semestres de 2020 ocorrerão entre 18 de fevereiro e 30 de março e de 3 a 30 de agosto (período de chamada subsequente para cursos com entrada apenas no 2º semestre de 2020). As provas da Uepa foram realizadas em outubro e novembro de 2019. Para concorrer às vagas do Prosei Uepa 2020, os candidatos puderam se inscrever como cotistas, para os quais foram ofertadas 50% do total de vagas. A Uepa utiliza apenas as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A universidade oferece 3.656 vagas, em 28 cursos. A Uepa mantém cursos em 16 municípios, com 1.532 vagas ofertadas na capital e 2.124 no interior. O listão será afixado em painéis que serão posicionados em frente ao prédio (na rua do Una, no Telégrafo), às 10h, mesmo horário em que as listas com os nomes dos aprovados serão entregues à imprensa e liberadas no site da instituição. Antes disso, às 9h30, serão conhecidos os três primeiros lugares do vestibular 2020 em coletiva de imprensa.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

MP quer explicações sobre escola

O Ministério Público do Estado do Pará (M-PPA) cobrou da Secretaria Municipal de Educação de Bujaru informações sobre a situação da Escola Nossa Senhora da Conceição. A unidade de educação infantil fica na comunidade Tracuateua, no ramal do Bacuri. Uma moradora da área denunciou, em vídeo, as condições precárias do imóvel. A denúncia foi publicada nesta terça-feira, 21, no portal OLiberal.com. Além de solicitar as informações sobre a escola, o promotor de justiça Isaac Sacramento Silva, titular de Bujaru, fará uma vistoria no imóvel. A comunidade escolar deverá ser ouvida também. Mas segundo a denúncia da moradora que não se identificou, há goteiras nos telhados e faltam telhas em algumas partes do teto. O período chuvoso escancarou problemas históricos da escola.

Há vários remendos nas paredes, que são em madeira. Há tábuas apodrecidas. O conforto é mínimo para professores e alunos. Em outros municípios, condições semelhantes já levaram promotores de justiça a ordenarem interdições de escolas.

O chefe de gabinete da prefeitura de Bujaru, Luiz Ferdinando Santiago, confirmou informações, superficialmente passadas ao telefone pela secretária municipal de educação, Maria Célia Sato, de que há uma licitação em curso para a reforma de escolas na cidade. Entre elas estaria a Nossa Senhora da Conceição. A previsão é de que o processo seja concluído ainda neste semestre.

Maria Célia Sato é filha do prefeito de Bujaru, Jorge Sato. Em abril de 2018, a Polícia Federal deflagrou a operação Malacoda. Ela, o prefeito e a esposa dele, Amanda Akemi Sato, que é secretária de Finanças, estavam sendo investigados por fraudes em licitações e desvios de recursos da merenda escolar, oriundos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Outra pessoa da família Sato, que trabalha na prefeitura, mas não foi investigada na ocasião, é o secretário de obras e infraestrutura, Alexandre Lima Sato.

topo ↕

O POPULAR - GO - BÚSSOLA

Erro no Enem provoca onda de queixas ao MPF

Em todo o País, estima-se que quase 6 mil estudantes foram prejudicados pela troca de cadernos na correção

A falha do Ministério da Educação (MEC) nas notas do Enem tem levado cidadãos a se manifestarem nas Procuradorias da República do País. De acordo com levantamento do jornal O Estado de S. Paulo, o Ministério Público Federal (MPF) de Minas Gerais recebeu 97 representações, sendo 17 feitas entre ontem e a manhã de ontem. Em São Paulo, o órgão consta 13 notícias de irregularidade, e no Ceará foram seis até o momento. Nesse último, um procedimento foi instaurado para investigação dos casos relatados.

Já os MPFs do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo receberam, cada um, apenas uma manifestação. Os cinco estados ainda estão analisando as demandas e ainda não divulgaram as medidas que os procuradores da República irão tomar.

ENTENDA O CONTEXTO

De acordo com a assessoria de imprensa do Ministério Público Federal, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) pretende divulgar um relatório com esses números em âmbito nacional. As notas do Enem 2019 foram divulgadas na última sexta-feira, 17, e estudantes de diferentes lugares do Brasil reclamaram da incoerência entre o alto número de acertos na prova e a nota baixa publicada pelo Inep.

O órgão informou que isso se deve à Teoria de Respostas ao Item (TRI), que considera a dificuldade de cada questão na hora de calcular a pontuação do candidato.

Entretanto, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, reconheceu o erro no sábado, dia 18. A explicação é que houve uma troca entre a cor da prova e do gabarito na hora de imprimir o exame. No caso, os cadernos cinzas foram corrigidos com base nos de cor amarela. Estima-se que quase 6 mil estudantes foram prejudicados pelo erro.

topo ↕

O TEMPO - MG - EDITORIAL PROVA DOS NOVE

Na madrugada da última terça-feira, foram abertas as inscrições para o Sistema de Seleção Unificada, o Sisu. Neste ano, a decisão que pode definir todo o futuro profissional dos jovens tem o peso adicional da incerteza causada pelas falhas nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que atingiram com grande intensidade os estudantes mineiros. Afinal, 95% das falhas foram detectadas em provas de Viçosa, Iturama e Ituiutaba (além de Alagoinhas, na Bahia).

O Ministério da Educação (MEC) afirmou que todos os 3,9 milhões de exames foram revisados e que os erros detectados nas notas de 5.974 estudantes representam somente 0,15% do total de provas. Mas esse não é o único número que deve ser observado. Uma candidata de Viçosa revelou que sua pontuação em matemática, por exemplo, passou de 376,3 para 833,2 após a correção. Uma diferença quase quatro vezes maior do que aquela entre a maior e a menor nota de corte para o curso de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais no Sisu do ano passado.

Caso um estudante com essa nota não corrigida conseguisse entrar em uma faculdade privada, esses mais de 400 pontos seriam uma barreira intransponível no acesso a uma bolsa integral pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) — no ano passado, a nota de corte média para o curso de medicina foi de 750,76 pontos. E, em 2019, o preço da mensalidade desse curso em Minas Gerais chegou a variar em até R\$ 3.000 de uma

instituição para outra.

Apesar de o MEC garantir que todos os erros no Enem foram descobertos, o Ministério Público Federal pede mais transparência nas correções e nas notas do Enem para que falhas desse tipo não signifiquem podar na origem o futuro dos jovens e, por consequência, do próprio país.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

MPF recomenda que governo suspenda inscrições no Sisu

Para o Ministério Público Federal, não há garantia de que todos os equívocos foram corrigidos; Estudante de BH que não teve nota alterada já tinha desistido de revisão

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou ontem que o Ministério da Educação (MEC) suspenda as inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) por entender que “não há garantia de que todos os equívocos foram devidamente corrigidos”. Os procuradores defendem que os candidatos afetados não foram devidamente notificados das respostas para os pedidos de reavaliação.

O documento, emitido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), é endereçado ao ministro Abraham Weintraub, e ao presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, e ao Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu), Arnaldo Lima. Notificados, eles têm 24 horas para acatar a recomendação.

Na segunda-feira, em vídeo distribuído nas redes sociais e em coletiva de imprensa, Weintraub e Lopes anunciaram que o Sisu teria prazo de inscrições prorrogado em dois dias, a partir do dia 21, conforme cronograma oficial, e se estendendo até domingo. O MPF, porém, alega que a medida “é insuficiente para resolver a divergência entre as notas dos candidatos, já que a alteração das pontuações repercute na nota de corte e na classificação parcial da seleção, o que prejudica o planejamento dos milhões de postulantes”.

Além disso, Lopes garantiu que o Inep havia feito um pente fino nas notas de todos os 3,9 milhões de participantes do Enem e que foram revisadas as pontuações discrepantes de cerca de 6.000 candidatos. Para isso, o órgão teria contado com uma força tarefa de 300 pessoas em plantão de 24 horas por dia.

No entanto, cerca de 172 mil candidatos haviam enviado mensagens para o endereço eletrônico disponibilizado pelo Inep no último sábado, quando o órgão reconheceu o erro na correção. A recomendação destaca que não houve uma comunicação oficial a esses candidatos, seja por envio de e-mail ou pelo aplicativo oficial da prova. “Rede social não figura como meio de comunicação oficial, ainda mais quando o Inep e o MEC possuem as informações e meios para comunicação pessoal dos interessados”, lê-se no documento.

Em parte, o número muito superior ao estimado pelo Inep é explicado pelo fato de que muitos vestibulandos optaram por solicitar a reavaliação mesmo sem indícios de que tivessem sido prejudicados. “Meus amigos, mesmo os que achavam que estava tudo correto, mandaram para ter certeza, para certificar que estava correto”, comentou o

estudante Vítor Brumano, 19, sobre a situação.

Nem todos tiveram a correção. De Viçosa, uma das três cidades mineiras com maior número de candidatos prejudicados, Brumano teve sua pontuação corrigida no fim da tarde de segunda-feira. Já a belo-horizontina Lara Duane, 18, sustenta não ter tido a mesma sorte. “No caderno do segundo dia (com questões de matemática e ciências da natureza, que teria reunido maior número de falhas, segundo o Inep), acertei 30 de 45 questões em matemática, mas somei só 425,5 pontos”, garante ela – a título de exemplo, a nota mínima para a matéria foi de 359 e a máxima, 985,5. Ela havia desistido de pedir nova revisão.

Segundo nota do MPF, a exemplo de Lara, outros candidatos que pediram a revisão afirmaram que, até a manhã de ontem, “não receberam resposta ao e-mail enviado e, para alguns, a pontuação ainda não havia sido alterada”.

Só em Minas, MPF recebeu 96 queixas

Desde a última sexta-feira, quando foi divulgado o resultado do Enem, o Ministério Público Federal em Minas Gerais recebeu mais de 96 representações sobre o resultado do exame. Os candidatos, que reclamaram de uma discrepância entre a quantidade de acertos na prova e a nota oficial divulgada pelo Inep, temiam que fossem prejudicados, pois o resultado é utilizado pelo Sisu como forma de seleção para o ingresso a instituições públicas de ensino superior de todo o país.

A postura do governo – que, a princípio, descartou que as provas fossem revistas para, no sábado, reconhecer o erro ainda se mantendo irreduzível quanto ao cronograma do Sisu – gerou uma onda de insatisfação e, então, os candidatos se mobilizaram para garantir que a pontuação fosse revista. A família de Arthur Monteiro Almeida, 20, por exemplo, saiu de Viçosa para se reunir, em Juiz de Fora, com a procuradora Zani Souza, do MPF na tarde de segunda-feira. “Como é que isso vai se resolver tão rápido?”, questiona.

Cronograma

1º de abril de 2019. Gráfica responsável pelo Enem decreta falência e segunda colocada é contratada, sem convocação de novo edital.

17 de janeiro de 2020. Candidatos denunciam que notas têm erros. Inep nega.

18 de janeiro. MEC confirma falha, atribuída à impressora da gráfica contratada.

20 de janeiro. Inep diz ter corrigido problema e mantém cronograma do Sisu.

22 de janeiro. MPF pede suspensão do Sisu.

topo ↕

O TEMPO - MG - ECONOMIA

Pobre levaria nove gerações para atingir renda média do País

Maceió – O Brasil ocupa o 60º lugar entre 82 países em um ranking que mede o índice de mobilidade social, ou seja, o quanto uma pessoa que nasce em determinadas condições socioeconômicas tem chances de melhorar essa posição ao longo da vida.

A lista integra um relatório divulgado pelo Fórum Econômico Mundial na terça-feira (21). Segundo o documento, um brasileiro nascido no patamar mais baixo de renda levaria nove gerações para chegar à renda média do País. Na Dinamarca, que lidera o ranking, essa ascensão social demoraria só duas gerações.

Os dinamarqueses são seguidos de Noruega e Finlândia. A Costa do Marfim está na última colocação. Na América do Sul, o Brasil está atrás de Uruguai (35°), Chile (47°) e Equador (57°). Já Colômbia (65°), Peru (66°) e Paraguai (69°) vêm atrás.

O estudo do Fórum aponta a baixa mobilidade social como “causa e consequência do aumento das desigualdades” e diz que ela prejudica o crescimento econômico e a coesão social.

Para chegar ao índice, o relatório analisa dez itens em cinco áreas: saúde, educação, tecnologia, trabalho e proteção social. O Brasil tem um dos piores resultados para o item aprendizagem ao longo da vida, ocupando a 80ª posição, a antepenúltima do ranking. Só ganha da Geórgia e do Bangladesh.

O relatório aponta ainda que o Brasil se destaca negativamente por um alto índice de crianças que, aos dez anos, não atingiram o nível mínimo de educação. Ele recomenda que o País reduza a proporção de alunos por professor.

O documento também sugere que melhorar as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida pode ajudar o país a reduzir os níveis de desemprego. Diz também que “esforços adicionais poderiam ser feitos para diminuir os níveis de desemprego entre os trabalhadores com educação básica (15,3%) e intermediária (14,1%)”.

Força do crescimento – Segundo o estudo, a falta de mobilidade social “é um grande problema, não apenas para o indivíduo, mas também para a sociedade e a economia” porque “o capital humano é a força motriz do crescimento econômico”.

“A fraca mobilidade social, aliada à desigualdade de oportunidades, sustenta esses atritos, sugerindo que se o nível de mobilidade social fosse aumentado poderia atuar como uma alavanca do crescimento econômico”, registra o documento do Fórum Econômico Mundial.

O relatório diz que poucos países têm, hoje, condições de promover mobilidade social e diminuir a desigualdade. “Em média, nas principais economias desenvolvidas e em desenvolvimento, os 10% mais ricos recebem quase 3,5 vezes a renda dos 40% mais pobres”, aponta.

Se os países do ranking aumentassem o índice de mobilidade social em dez pontos, diz o texto, o PIB (Produto Interno Bruto) mundial teria um crescimento adicional de 4,41% até 2030, além de vastos benefícios sociais. (Folhapress)

topo ↕

ZERO HORA - RS - GERAL

Brasileiro levaria nove gerações para atingir renda média

O Brasil ocupa o 60º lugar entre 82 países em um ranking que mede o índice de mobilidade social, ou seja, o quanto uma pessoa que nasce em determinadas condições

socioeconômicas tem chances de melhorar essa posição ao longo da vida.

A lista integra um relatório divulgado nesta terça-feira pelo Fórum Econômico Mundial. Segundo o documento, um brasileiro nascido no patamar mais baixo de renda levaria nove gerações para chegar à renda média do país. Na Dinamarca, que lidera o ranking, essa ascensão social demoraria só duas gerações.

Os dinamarqueses são seguidos de Noruega e Finlândia. A Costa do Marfim está na última colocação. Na América do Sul, o Brasil está atrás de Uruguai (350), Chile (47°) e Equador (57°). Já Colômbia (65°), Peru (66°) e Paraguai (69°) vêm atrás.

O estudo do Fórum aponta a baixa mobilidade social como "causa e consequência do aumento das desigualdades" e diz que ela prejudica o crescimento econômico e a coesão social. Para chegar ao índice, analisa 10 itens em cinco áreas: saúde, educação, tecnologia, trabalho e proteção social. O Brasil tem um dos piores resultados para o item aprendizagem ao longo da vida, ocupando a 80a posição, a antepenúltima do ranking. Só ganha de Geórgia e Bangladesh.

O relatório aponta ainda que o Brasil se destaca negativamente por um alto índice de crianças que, aos dez anos, não atingiram o nível mínimo de educação. Ele recomenda que o país reduza a proporção de alunos por professor.

Recomendações

O documento também sugere que melhorar as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida pode ajudar o país a reduzir os níveis de desemprego. Diz também que "esforços adicionais poderiam ser feitos para diminuir os níveis de desemprego entre os trabalhadores com educação básica (15,3%) e intermediária (14,1%)".

Segundo o estudo, a falta de mobilidade social "é um grande problema, não apenas para o indivíduo, mas também para a sociedade e a economia" porque "o capital humano é a força motriz do crescimento econômico". "A fraca mobilidade social, aliada à desigualdade de oportunidades, sustenta esses atritos, sugerindo que, se o nível de mobilidade social fosse aumentado, poderia atuar como uma alavanca do crescimento econômico", registra o documento do Fórum Econômico Mundial.

Desigualdade

O relatório aponta que poucos países têm, hoje, condições de promover mobilidade social e diminuir a desigualdade. "Em média, nas principais economias desenvolvidas e em desenvolvimento, os 10% mais ricos recebem quase 3,5 vezes a renda dos 40% mais pobres", descreve.

Se os países do ranking aumentassem o índice de mobilidade social em 10 pontos, diz o texto, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial teria crescimento adicional de 4,41% até 2030, além de vastos benefícios sociais.

topo ↕

ZERO HORA - RS - GERAL

MPF dá prazo para suspensão do Sisu

Depois de pedir a suspensão do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2020 até que as falhas registradas na mais recente edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) fossem sanadas, o Ministério Público Federal (MPF) enviou, na tarde de ontem, uma

recomendação ao governo federal para que sejam suspensas as inscrições do Sisu. O órgão também recomenda que o calendário do programa, que abriu inscrições para os estudantes na terça-feira, seja alterado.

O pedido é para que o adiamento ocorra até que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realize nova conferência dos gabaritos de todos os candidatos que compareceram ao Enem 2019. Com isso, espera o MPF, seria garantida a idoneidade e correção do resultado do exame. O documento foi encaminhado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, à Secretaria de Educação Superior do MEC e ao Inep.

"Processos seletivos públicos exigem a mais ampla e irrestrita transparência e publicidade, bem como mecanismos fidedignos de correção das provas, já que destes dependem a legitimidade, solidez, eficácia e credibilidade do sistema", destaca um trecho do ofício.

Recomendações

O MPF recomenda que, após a nova publicação do resultado, todos os candidatos sejam oficialmente comunicados da abertura de prazo para solicitação de verificação de eventuais inconsistências. O Inep deve ainda apresentar resposta formal, em prazo razoável, a todos os pedidos de correção e apuração, com retificação da nota final, se for o caso.

O prazo para o acatamento da recomendação é de 24 horas e seu descumprimento pode implicar a adoção de providências administrativas e judiciais, de acordo com o MPF.

Quase 60 mil gaúchos já se inscreveram

O Ministério da Educação (MEC) informou que 57378 estudantes gaúchos se inscreveram no Sisu até a manhã de ontem. Como cada candidato pode optar por até dois cursos, o número de inscrições no Rio Grande do Sul chegou a 92351.

No cenário nacional, 993.311 estudantes se inscreveram no primeiro dia, totalizando 1.870.751 inscrições. Ao todo, são 237 mil vagas em 128 instituições públicas de Ensino Superior do Brasil oferecidas por meio da plataforma. Para participar, é obrigatório não ter zerado a redação na edição de 2019 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Os estudantes que desejam entrar em Medicina nas universidades federais do Estado pelo Sisu precisam ter ido muito bem no Enem. Levantamento feito por ZH sobre o curso mais concorrido nas instituições públicas mostra que a diferença entre a nota de corte mais alta e a mais baixa por ampla concorrência é de apenas 12,7 pontos e, em todos os casos, fica acima dos 770 pontos.

Concorrência

O curso de Medicina gaúcho com concorrência mais acirrada no Sisu, por enquanto, é o da Universidade Federal do Rio Grande (Furg): o último aprovado, se a seleção ocorresse ontem, precisaria de 783,17 pontos no Enem. A menor nota de corte parcial em Medicina no Estado é na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com 770,42 pontos.

O prazo para inscrições no portal do Sisu vai até domingo, quando será divulgada a última lista parcial das notas de corte. Os resultados serão divulgados em 28 de janeiro.

topo ↕

BONDE NEWS - TEMPO REAL

Pesquisa comprova que estresse deixa os cabelos brancos

Experimentos feitos com camundongos acabam de dar novo peso à ideia de que o estresse é capaz de produzir cabelos brancos antes mesmo do envelhecimento natural.

Segundo o estudo, em situações muito estressantes, neurônios que ficam na vizinhança dos fios liberam uma substância que acaba esgotando as fábricas celulares da "tinta" natural dos cabelos. Assim, quando novos fios nascem, já não têm a cor de antes.

O trabalho, que acaba de sair na revista científica Nature, foi feito por pesquisadores dos EUA e do Brasil. "Embora só um dos experimentos tenha sido feito com células humanas, é bem provável que o mecanismo que vimos nos camundongos seja compartilhado conosco. A fisiologia é muito parecida", diz Thiago Mattar Cunha, professor da FMRP-USP (Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto) e um dos autores brasileiros da pesquisa.

Não faltam relatos, inclusive históricos, acerca dos efeitos de altos níveis de estresse sobre os cabelos. Conta-se, por exemplo, que Maria Antonieta (1755-1793), última rainha da França antes da Revolução Francesa, teria ficado com todos os fios brancos na noite anterior à sua execução na guilhotina.

Cunha conta ter testemunhado o mesmo embranquecimento na pelagem de camundongos que estudava durante pesquisas sobre os mecanismos bioquímicos da dor, área que é a sua especialidade na USP. Ao injetarem nos roedores uma substância capaz de provocar dor intensa, ele e seus colegas observaram, quatro semanas depois, que os pelos dos bichos tinham se tornado brancos. "Ficamos intrigados e começamos a tentar entender aquilo", diz ele.

Durante um período sabático na Universidade Harvard (EUA), o brasileiro entrou em contato com colegas que tinham observado exatamente os mesmos resultados e passou a colaborar com o grupo de Ya-Chieh Hsu, pesquisadora do Departamento de Células-Tronco e Biologia Regenerativa da instituição americana. Após novas ideias e mais experimentos, a equipe conseguiu montar o quebra-cabeças do que estava acontecendo.

Uma das chaves são as CTMes (células-tronco de melanócitos). Como quaisquer outras células-tronco, o papel delas é servir como fonte para certos tipos de células maduras. No caso, são os melanócitos do nome, responsáveis pela produção dos pigmentos que colore os pelos e cabelos.

Em situações normais, quando um fio de cabelo está se formando, algumas CTMes se dividem e se transformam em melanócitos maduros, enquanto outras ficam "na reserva". Depois que aquele fio cair e um novo começar sua fase de desenvolvimento, mais CTMes se multiplicam e amadurecem, e assim sucessivamente.

A hipótese dos pesquisadores era que moléculas associadas ao estresse podiam bagunçar esse ciclo. Para testar a ideia, além dos experimentos com dor, usaram ainda outros métodos para deixar os camundongos estressados, como restrição dos

movimentos.

Em todos os casos, houve o embranquecimento dos pelos (embora o efeito da dor tenha sido o mais pronunciado). Veio a parte mais difícil, depois disso: entender qual o mecanismo por trás disso.

Aparentemente, não eram os hormônios associados ao estresse, nem problemas associados ao funcionamento do sistema de defesa do organismo -mesmo bloqueando essas causas, o embranquecimento ainda acontecia.

O grupo, então, descobriu que as células-tronco dos melanócitos eram capazes de interagir com o mensageiro químico noradrenalina, molécula do sistema nervoso importante para a reação do organismo ao estresse. Só que, mesmo removendo as glândulas que são as principais responsáveis pela produção da noradrenalina, o estresse continuou provocando o aparecimento de cabelos brancos nos animais.

Por meio desse processo complicado de exclusão, a equipe finalmente chegou à raiz do problema: neurônios que ficam próximos aos folículos capilares. São células que fazem parte do chamado sistema nervoso simpático, o qual, apesar do nome, tem entre suas principais funções ajudar o organismo a reagir rapidamente diante de situações estressantes.

Tais neurônios liberam noradrenalina, a qual, por sua vez, faz com que o reservatório de células-tronco de melanócitos se esgote rapidamente -tão rapidamente que, quando o cabelo se põe a crescer de novo, já não há como lhe conferir cor. Quanto maior a presença de neurônios no sistema nervoso simpático num trecho da pele, maior a chance de ela apresentar cabelos/pelos brancos.

É claro que compreender os mecanismos biológicos por trás do processo podem levar a ideias de fármacos que o bloqueiem, talvez até com ação tópica (local, como cremes e pomadas). Mas Cunha destaca que o trabalho pode abrir uma área relativamente ampla de pesquisa, relacionada aos efeitos do sistema nervoso sobre diferentes tipos de células-tronco, como as da medula óssea (importante em diversas doenças do sangue) ou mesmo as que acabam gerando câncer. "A importância pode ir além do lado estético", diz ele.

Do lado brasileiro, a pesquisa teve apoio da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e da **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, órgão federal.

[topo](#)

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

Insegurança e adoecimento psicológico atingem servidores públicos federais Escalada de ofensas e constrangimentos por parte do governo causam fenômeno coletivo no funcionalismo

Servidores públicos federais enfrentam uma onda de adoecimentos psicológicos frente a determinadas declarações e ações do governo federal. Diferentemente do assédio moral, o chamado assédio institucional não está direcionado a indivíduos ou pequenos grupos e já passa a ser alvo de estudo e análise por parte de especialistas em saúde do trabalho, juristas e representantes das categorias.

O comportamento parte do estado como organização, na figura de seus representantes, inclusive os eleitos. O problema acontece nas relações institucionais das organizações e extrapola a dimensão individual e laboral. Ou seja, o assédio não tem como vítima um trabalhador específico, mas se traduz na desvalorização completa de todo o trabalho dos servidores públicos.

“Tem a ver com o constrangimento público que, por exemplo, está em curso na relação entre o Ministério da Economia, representado pelo ministro Paulo Guedes e uma organização como o IBGE, que tem uma vinculação institucional com o Ministério” afirma José Celso Cardoso Junior, da Associação dos Funcionários do Ipea - Afipea.

“Obviamente que tem uma hierarquia, mas isso não autoriza o ministro a desqualificar o trabalho técnico realizado por esse órgão. O próprio ministro da economia e o presidente da república desqualificam, por meio de declarações e entrevistas, os resultados de pesquisas tecnicamente amparadas e internacionalmente reconhecidas. É um assédio de caráter coletivo.” completa.

A Afipea vêm se dedicando a estudar e questionar as diretrizes e os impactos das propostas de reforma do estado. Já há publicações disponíveis nesse sentido, como os livros Desmonte do Estado e Subdesenvolvimento – riscos e desafios para as organizações as políticas públicas federais” e Mitos Liberais Acerca do Estado Brasileiro e Bases para um Serviço Público de Qualidade.

José Celso faz parte do grupo que reúne outros estudiosos, além de juristas e representantes de categorias profissionais, para analisar o fenômeno do assédio institucional. Os resultados dessas análises estarão em um livro a ser publicado em março, com o título Erosão de Direitos: reformas neoliberais e assédio institucional.

José Celso afirma que a realidade não é pontual e se espalha pelos órgãos públicos.

“Existem dois níveis do problema. O assédio institucional organizacional acontece quando o governo desqualifica um órgão público, a exemplo do que tem acontecido com Ibama, Instituto Chico Mendes, Funai, Capes, CNPQ e muitos outros. O segundo nível é derivado desse, e envolve os próprios servidores, que estão sendo diretamente constrangidos no desempenho de suas funções. Um exemplo: o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe), responsável por produzir estatísticas de desmatamento, foi desautorizado a continuar produzindo o dado e os servidores foram constrangidos, chamados de subversivos, entre outros termos.”

José Celso ressalta também que a perversidade desse tipo de assédio é diferente do que é registrado na iniciativa privada

“Você já viu uma organização privada ir a público para falar mal de suas empresas, afiliadas ou de todo o conjunto de seus funcionários? É um caso muito grave porque não só coloca em risco a existência dessas organizações, dessas práticas consolidadas e dessas políticas públicas, como coloca em dúvida a própria idoneidade do servidor.”

Ofensas históricas na gestão Bolsonaro

No caso do governo de Jair Bolsonaro, o comportamento que tem como alvo os

servidores é observado desde antes da eleição do capitão reformado.

Ainda durante a campanha, ele chamou o serviço público de “fábrica de marajás” e se referiu ao funcionalismo como “o grande problema da Previdência no Brasil”. O então candidato afirmou diversas vezes que iria privatizar ou extinguir estatais que, nas palavras dele, dão prejuízo.

Na lista de empresas que o governo pretende desestatizar, no entanto, estão estatais que registram lucro. Os Correios, por exemplo, fecharam 2018 com lucro líquido de R\$ 161 milhões.

No mesmo ano, o Serpro - responsável pelos dados digitais de todos os brasileiros - teve lucro de R\$ 459,70 milhões, um aumento de 273,41% em comparação a 2017. O resultado positivo da Dataprev subiu mais de 10% no período.

Além de estarem na lista de órgãos públicos que devem ser privatizados, essas e outras empresas compartilham de um número crescente de servidores com relatos que remetem às consequências do assédio institucional. O Brasil de Fato ouviu histórias dessas pessoas e conversou com representantes dos trabalhadores. Os relatos mostram uma situação generalizada e que se agrava diariamente.

Correios

No fim de 2019 o governo deu mais um passo para a privatização da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e autorizou a contratação de estudos e pareceres para avaliação do processo.

A venda da ECT é considerada uma das mais polêmicas e complexas da lista de desestatização do governo. Isso porque 100% dos municípios brasileiros são atendidos pela empresa.

Além do risco de que parte dessas cidades fiquem desassistidas por serem consideradas pouco lucrativas, a privatização pode causar a demissão de 40 mil trabalhadores dos Correios.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de SP e vice da Federação Interestadual (Findect), Elias Cesário, afirma que existe um processo de piora das condições de trabalho que atinge diretamente a saúde mental dos funcionários.

A percepção é de que há a intenção de que o desgaste dos servidores seja mais um incentivo à privatização.

“Qual é o jogo da empresa e do governo? Ele quer que o próprio trabalhador comece a falar mal da empresa. Eles estão fazendo com que tudo de ruim aconteça ao trabalhador, sucateando, fora a questão de convênio médico e de salário. Eles querem que o próprio funcionário, de dentro para fora, fale mal da empresa para a população para gerar descrédito e acabar com a empresa. É um plano estratégico e maldoso”.

O relato de Cesário se traduz em casos com o de Antônio da Silveira, carteiro há vinte anos. Ele foi assaltado e agredido durante o trabalho e não foi retirado da área em que a

violência aconteceu. Antônio relata que não recebeu apoio de seus superiores. Segundo ele, o clima de incerteza é geral entre os trabalhadores.

“Eles têm colocado a gente para cobrir o buraco de outras unidades. É aí onde entra essa questão do nosso psicológico. Mandam a gente para lugares que a gente não conhece, não conhece o setor, não conhece o sistema de trabalho e ainda nos falam ‘Se você não está satisfeito, meu colega, as portas estão abertas’”.

Casa da Moeda

Responsável por toda a produção de moeda corrente do Brasil, assim como dos passaportes e dos selos de controle dos cigarros, por exemplo, a Casa da Moeda existe desde 1694. A inclusão da casa da instituição na lista de privatizações preocupa, porque em quase todas as grandes economias do mundo as casas da moeda são órgãos estatais.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Moedeiros, Aluizio Júnior, o trabalhador do órgão sempre sofreu pressão por trabalhar com a produção de um bem tão sensível e essencial. Por conta disso, a Casa da Moeda conta com um serviço social que realiza acompanhamento dos trabalhadores.

O dirigente sindical relata, no entanto, que desde 2017 os trabalhadores sofrem pressão para aderir a planos de demissão voluntária e são ameaçados pela perda do emprego e de direitos.

“Por uma política de governo, começou-se a desmontar as estruturas da Casa da Moeda, que vinha dando muito certo e produzindo muito lucro para poder, num segundo momento, justificar a privatização. Os trabalhadores sofreram muito com isso, porque você viveu um momento de prosperidade, depois um momento de desmonte. A lógica da política do governo é enxergar no trabalhador o grande culpado disso e houve um ataque direto. A questão psicológica dos trabalhadores foi muito abalada.”

Ibama e Instituto Chico Mendes

Responsáveis pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente, pela fiscalização, licenciamento ambiental e por programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e das Unidades de Conservação federais, Ibama e Instituto Chico Mendes são alvos frequentes do próprio Jair Bolsonaro.

Uma das últimas ameaça do presidente veio em reclamação ao andamento do processo de licenciamento ambiental para uma loja da rede Havan em Rio Grande (RS). Bolsonaro é amigo do dono da rede, Luciano Hang, e considerou que a autorização estava demorando para ser finalizada.

A pressão aos servidores veio com uma lembrança dos tempos da ditadura militar que é recorrente no discurso do presidente. “O presidente têm mandato, porque se não tivessem, eu cortava a cabeça mesmo. Quem quer atrapalhar o progresso vai atrapalhar na ponta da praia, aqui não.”

Por “ponta da praia” Bolsonaro ser refere à Base da Marinha do Brasil na Restinga de Marambaia/RJ, para onde eram encaminhados opositores da ditadura militar. Um local

de onde normalmente não se saía vivo.

A Associação dos Servidores Ambientais Federais, Ascema Nacional, denunciou a fala a autoridades no Brasil e em Fóruns Internacionais, com o intuito principalmente de proteger a integridade física dos servidores.

A Secretária Executiva da Ascema Nacional, Elisabeth Uema, afirma que mesmo com atuação da Associação, a pressão sobre os servidores têm causado muitos prejuízos.

“Na área ambiental há uma grande pressão em cima dos servidores, apesar de ela ser ainda uma área em que as pessoas são muito apaixonadas pelo que fazem. Isso nós também estamos perdendo porque as pessoas estão cada vez mais desesperançadas. É muito difícil, principalmente para os trabalhadores que estão na ponta atuarem. Tem cada vez menos gente e com toda uma pressão partindo inclusive de quem deveria estar no apoiando, que são os dirigentes.”

Infraero

Em 2020 o governo pretende realizar o leilão de 22 aeroportos e até 2022 todos as estruturas do país devem passar para a iniciativa privada. Apesar das afirmações de que a Infraero não será privatizada, os leilões dos aeroportos certamente representarão mudanças substanciais no órgão.

Muitos desses aeroportos receberam investimentos milionários para reformas, e segundo o Diretor Administrativo da Associação Nacional dos Empregadores da Infraero, Alex Fabiano Viana, estão sendo vendidos a preços que significam prejuízo ao dinheiro público frente ao que foi gasto.

“Como explicar para o trabalhador, que veste a camisa e está ali mantendo o país ligado pelos aeroporto dioturnamente? Porque nós trabalhamos com escala, como você explica determinadas coisas? Não tem como explicar. Quando não existe uma explicação, existe o autoritarismo, a ditadura. É por isso que muitos trabalhadores estão adoecendo. Além dessa iminente possibilidade de demissão em massa.”

Rolo compressor e destruição do estado

O pesquisador José Celso Cardoso Junior avalia que a série de ofensas aos servidores, o constrangimento público e a desmoralização das instituições fazem parte da construção de um discurso que tem objetivo definido: destruir a imagem do funcionalismo, abusando de elementos que questionam a competência e a utilidade desses trabalhadores.

“Tudo isso está sendo usado como argumento do governo para justificar uma reforma administrativa que vai acabar com as relações entre estado e sociedade. Vai destruir o estado.”

Segundo o pesquisador, o medo também toma conta da categoria. Diante das ameaças de retaliação, uma censura indireta se espalha pelos órgãos públicos

“As pessoas estão se sentindo desmotivadas para o trabalho, com medo do ambiente de trabalho, porque não podem falar nada fora do script do atual governo, porque logo são identificadas como alguém que precisa ser eliminado.”

José Celso descreve um cenário cada vez mais recorrente e assustador. “A sensação é de que estamos vivendo uma guerra dentro do aparelho do estado em que o objetivo não é conduzir um processo de reorientação estratégica, é um projeto de destruição. Por isso que a gente chama esse governo de fascista, porque o objetivo dele é eliminar o outro. Não é conviver com o outro, é eliminar o outro. Isso está acontecendo dentro da estrutura de estado”

Edição: Leandro Melito

topo ↕

CENÁRIO MT - TEMPO REAL

Capes amplia prazo para adesão a bolsas de licenciatura

São mais de 60 mil oportunidades de Residência Pedagógica; prazo vai até 5 de fevereiro

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

prorrogou o prazo para instituições de ensino superior (IES) participarem dos programas de Residência Pedagógica e Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

As instituições tinham até 16 de janeiro para solicitar o acesso ao Sistema de Capacitação da Educação (Sicapes), plataforma online que recebe os projetos. Agora, o prazo vai até 5 de fevereiro. Ao todo, são ofertadas 60.192 bolsas para formação de professores da educação básica.

O Residência Pedagógica integra a Política Nacional de Formação de Professores e promove a vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de licenciatura. Já o Pibid é direcionado à primeira metade do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de ensino superior, com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química. O resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

A **Capex** também liberou o sistema para preenchimento do projeto institucional, com prazo até 2 de março.

Valor das Bolsas

As instituições participantes poderão formar um núcleo composto por um coordenador institucional, cuja bolsa é de R\$ 1,5 mil, um professor orientador ou coordenador de área, que receberá R\$1,4 mil, três preceptores, ou professores supervisores, com benefício de R\$765, até 24 beneficiários do Residência Pedagógica e do Pibid, com auxílio de R\$400, além de seis voluntários. Todos devem incluir seus currículos e mantê-los atualizados na Plataforma **Capex** de Educação Básica até 28 de fevereiro.

Com informações da **Capex**.

topo ↗

EXPRESSOMT - TEMPO REAL

UFMT abre seletivo para tutor presencial no curso de Administração Pública

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) abriu edital de processo seletivo para tutor que atuará no curso de graduação em Administração Pública do sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Estão disponíveis duas vagas presenciais e uma à distância para Lucas do Rio Verde, além de vagas para os municípios de Água Boa, Primavera do Leste e Cuiabá.

O candidato deverá fazer a sua inscrição até o dia 20/02/2020 por meio do e-mail: secretaria.adm.pub@gmail.com, colocando no assunto: seleção de tutor 2020. No e-mail deverão ser anexados o Curriculum Vitae ou Curriculum Lattes documentado conforme os critérios de pontuação para classificação previsto no edital e a ficha de inscrição.

O objetivo é selecionar bolsistas para atuar no contexto de programas e projetos do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com gestão efetivada por meio do Sistema de Gestão de Bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

Para os tutores, a carga horária mínima de 20 horas semanais e o valor da bolsa concedida é de R\$ 765,00.

Confira o Edital aqui.

topo ↗

EXPRESSOMT - TEMPO REAL

Ministério da Educação abre cadastro para professores interessados em cursar licenciaturas

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), abre cadastro até o dia 31, para professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam.

Os interessados devem cadastrar seus currículos na plataforma **CAPES** de educação básica, no endereço eletrônico <https://eb.capes.gov.br/portal/> e preencher os formulários que pedem dados sobre sua formação, atuação profissional e o curso de seu interesse.

CAPES abre cadastro para professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura Foto: Dayana Soares/Ascom SEE

Essa medida pretende identificar aqueles professores que estão em exercício e que têm somente a formação de nível médio, mas que têm real interesse em se especializar. Os professores precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e esse processo lhes assegura a formação superior.

Para mais informações, os interessados podem procurar o Departamento de Formação e Assistência Educacional da Secretaria de Estado de Educação Cultura e Esportes (SEE), na Divisão de Ensino Superior, que funciona no Centro de Referência de Inovações Educacionais (CRIE), sito a rua Rui Barbosa, 325, Centro de Rio Branco, ou pelos telefones: 3223-6171 e (68) 99984-4340, falar com Rocilda.

topo ↗

GESTÃO UNIVERSITÁRIA - NOTÍCIAS

Inscrições até 7 de fevereiro para selecionar colaboradores do Banco Nacional de Itens do Saeb

Os professores interessados em compor o Banco de Colaboradores do Banco Nacional de Itens (BC-BNI) já podem se inscrever para elaboração e revisão de itens dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e médio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A inscrição deverá ser efetuada exclusivamente pelo Sistema BNI, até as 12h do dia 7 de fevereiro.

O BNI visa armazenar itens com qualidade técnica para a montagem das provas aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), incluindo o Saeb. Para o desenvolvimento das avaliações, são necessários itens que irão compor os instrumentos avaliativos. Portanto, a atualização do corpo de elaboradores e revisores que compõe o BNI é fundamental para produção de itens e manutenção da qualidade dos instrumentos.

Os editais publicados no Diário Oficial da União, de 6 de janeiro de 2020, trazem os perfis dos profissionais que podem efetuar a inscrição.

Confira o cronograma:

ATIVIDADES

PERÍODO

Cadastramento dos colaboradores

Até 7 de fevereiro

Análise dos documentos

45 dias após fechamento do cadastramento

Divulgação preliminar dos resultados

Após análise dos documentos

Período de interposição de recursos

Até 5 dias após divulgação preliminar dos resultados

Análise dos documentos

Até 7 dias após o fim do período de interposição

Divulgação final dos classificados

Após análise dos documentos dos recursos

Para se inscrever, o docente precisa cumprir os seguintes requisitos:

possuir os requisitos mínimos descritos nos Anexos I e II do edital;
possuir a formação de acordo com o perfil de interesse;
disponibilidade e aptidão para revisão técnico-pedagógica e elaboração de itens;
conhecimentos de informática suficientes para acessar, editar e realizar serviços em plataformas na internet;
não ser do quadro de servidores efetivos ou comissionados do MEC, da **Capes**, do Inep, do FNDE, do CNPq e da Finep, ou neles em exercício;
não ter sido afastado do quadro de colaboradores do BNI por qualquer razão prevista em editais anteriores ou por razões de desempenho ou por atitudes julgadas inadequadas.

BNI – O Banco Nacional de Itens foi criado pelo Inep para fornecer insumos para as diversas avaliações que desenvolve, assegurando acesso a itens de qualidade, elaborados e revisados para cada instrumento de medição, seja prova ou questionário. O Inep realiza chamadas públicas para a construção de uma rede de colaboradores interessados em elaborar e revisar itens, constituindo o Banco de Colaboradores do BNI para cada avaliação ou exame em desenvolvimento.

Saeb – O Sistema de Avaliação da Educação Básica é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais.

[topo](#)

GESTÃO UNIVERSITÁRIA - NOTÍCIAS

Capex oferece bolsas de doutorado e pós-doutorado na Áustria

Editais em parceria com Instituto Internacional para a Análise de Sistemas Aplicados, na Áustria, estão abertos

Dois editais abertos pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** oferecem oportunidades de doutorado e pós-doutorado na Áustria, por meio de parceria com o Instituto Internacional para a Análise de Sistemas Aplicados (IIASA). Os documentos foram lançados nesta quarta-feira, 22 de janeiro. As pesquisas acontecerão na sede do IIASA, na Áustria.

As bolsas têm foco em áreas essenciais de ciência e tecnologia, análise de sistemas, agricultura, meio-ambiente, energia e recursos naturais. O objetivo é investir na liderança de pesquisadores brasileiros, fortalecer as áreas de conhecimento entre os dois países e aumentar as publicações internacionais conjuntas.

Está prevista a concessão de até quatro bolsas de pós-doutorado na instituição anfitriã, com duração de três a 24 meses. Cada bolsista será apoiado financeiramente com até R\$

285 mil. Para o doutorado-sanduíche poderão ser concedidas até três bolsas de três a 12 meses. O apoio financeiro a cada bolsista nesta modalidade será de até R\$ 102 mil.

Pós-doutorado - Para se candidatar a essas vagas é necessário ter obtido o título de doutorado há menos de oito anos e comprovar a proficiência em língua inglesa, de acordo com as normas do edital. Os selecionados receberão a mensalidade de bolsa, auxílio-deslocamento, instalação e seguro-saúde. Não será concedido nenhum auxílio adicional a cônjuge ou dependente.

Doutorado - Já para o doutorado, deve-se levar em conta as notas de inglês, necessárias para a candidatura, conforme diz o edital. Os benefícios concedidos pela **Capes** para o doutorado-sanduíche são os mesmos do pós-doutorado.

Confira o cronograma dos editais:

Inscrições das candidaturas - até as 17h do dia 13 de março de 2020;
Análise das candidaturas pela **Capes** - até 10 de junho de 2020;
Divulgação final do resultado - até 03 de junho de 2020;
Início das atividades - setembro de 2020.

Caso a instituição do candidato não conste no Sistema de Inscrições da **Capes** a solicitação de cadastramento deve ser feita até as 17h do dia 03 de março.

Assessoria de Comunicação Social, com informações da **Capes** - MEC (22.01.2020)

topo ↕

JM ONLINE - MG - TEMPO REAL

Pesquisa científica desvenda relação entre estresse e cabelos brancos

O estresse interfere no processo de produção das células responsáveis pela pigmentação dos cabelos

A relação entre estresse e cabelos brancos não ligados ao envelhecimento é algo comum, mas que ainda não tinha sido descrita pela ciência. Após testes com cobaias, um grupo de pesquisadores da Universidade de Harvard não só comprovou a ligação como desvendou o mecanismo que faz com que situações estressantes desencadeiem o aparecimento de fios grisalhos.

De acordo com a pesquisa, que teve a participação de um pesquisador brasileiro, o estresse interfere no processo de produção das células responsáveis pela pigmentação dos cabelos. Sem elas, os novos fios nascem brancos. E o processo é irreversível. O achado foi publicado nesta quarta-feira, 22, na revista científica Nature.

"Existe um mito popular de que o estresse causa cabelo branco, uma aceleração do branqueamento do cabelo. Há relatos na história de pessoas que sofreram um estresse muito grande e ficaram com cabelo branco, como Maria Antonieta, após ser capturada na Revolução Francesa, mas não havia nenhuma evidência científica de que isso acontece", afirmou Thiago Mattar Cunha, pesquisador do Centro de Pesquisa em Doenças Inflamatórias (Crid) e professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP).

Em seus estudos no Brasil, Cunha, que estuda dor, já tinha notado, há cerca de dois anos, que as cobaias ficavam com a pelagem esbranquiçada após eventos de estresse.

Em Harvard, onde fez um sabático com bolsa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, comentou o seu achado com outros pesquisadores e foi convidado a participar do estudo.

O pesquisador explica que, quando há uma situação de estresse, ocorre a ativação do sistema nervoso simpático, que é de luta e fuga. É ele que faz aumentar a frequência cardíaca e a irrigação dos músculos, mecanismos importantes caso uma pessoa precise lutar ou fugir em uma situação de risco.

"O que a gente observou nesse caso é que o estresse leva a uma elevação simpática (ativação do sistema nervoso simpático), e o folículo do pelo é irrigado por esse sistema. O folículo está cheio de células-tronco, que dão origem às células que produzem o pigmento que dá coloração ao cabelo. A noradrenalina liberada (pelo estresse) diferencia as células-tronco, e elas perdem a capacidade de produzir as células de pigmento", explica o pesquisador.

A partir desse processo, todos os novos fios que nasceram nas cobaias eram brancos.

"A gente sacramentou que era realmente relacionado ao estresse. Todo o estudo foi feito com animais, mas é bem provável que esse mecanismo também ocorra em seres humanos. A gente acredita que é um mecanismo compartilhado com outras espécies."

Nos animais, o processo ocorreu em quatro semanas. No entanto, segundo Cunha, não é possível estimar em quanto tempo transcorre em humanos, tendo em vista que outros fatores podem estar associados, como a questão genética.

A parte do estudo realizada no Brasil foi feita com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).
Após os 30 anos

Médica dermatologista pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e especialista em tricologia, Juliana Toma diz que os cabelos brancos costumam começar a aparecer após os 30 anos.

"Geralmente, a idade que a pessoa começa a ter os fios brancos é por volta dos 30 anos em brancos, 35 anos em asiáticos e 40 anos em negros. Existe um estudo, feito em pessoas brancas, que mostra que, aos 50 anos, 50% delas terão pelo menos 50% dos fios grisalhos."

Ela alerta que pessoas que apresentam os fios brancos quando ainda são muito jovens ou em um processo acelerado devem buscar um especialista para descartar outras causas.

"Nem sempre é o estresse. Pode ser uma forma inicial do vitiligo, que está aparecendo apenas no couro cabeludo, doenças nutricionais, hipotireoidismo, drogas ou doenças do couro cabeludo."

Se a pessoa decidir tingir os fios grisalhos, Juliana recomenda fazer o procedimento com um profissional qualificado, usar sempre produtos dentro do prazo de validade e

não repetir o uso da tintura ou tonalizante em caso de reação alérgica.

Por Paula Felix

topo ↕

MILK POINT - TEMPO REAL

Embrapa: pesquisador estuda técnica que otimiza edição gênica em embriões bovinos

Após um ano e três meses nos EUA, o pesquisador da Embrapa Gado de Leite, Luiz Sérgio Camargo, está de volta ao Brasil trazendo na bagagem a experiência de uma técnica mais avançada em edição gênica. Camargo participou do programa de capacitação Cientista Visitante, promovido pela Embrapa, obtendo bolsa da **Capes**.

O objetivo do pesquisador foi estudar a técnica de eletroporação no desenvolvimento de sistemas para a edição gênica em embriões bovinos. Segundo Camargo, a técnica é uma alternativa ao procedimento usual de edição gênica por meio de injeção citoplasmática. “Em vez da injeção, utiliza-se a alta voltagem para abrir poros na membrana celular, promovendo a introdução de reagentes na célula”, explica o pesquisador. Segundo ele, esse procedimento é mais eficiente, além de economizar tempo e reduzir os custos com as pesquisas.

O objetivo da edição gênica é otimizar a seleção genômica, promovendo características fenotípicas favoráveis à produção animal. Traduzindo: o que os cientistas buscam é desenvolver animais que produzam mais carne e leite, com melhor qualidade e mais resistentes a parasitas, estresses térmico, doenças etc. Camargo afirma que a Embrapa Gado de Leite tem totais condições de introduzir a nova técnica em suas pesquisas sobre biotecnologia em reprodução animal.

A UC - Davis possui um dos melhores centros de pesquisa em animais do mundo e está no topo do ranking entre as universidades que trabalham com ciência animal. Camargo diz que a experiência em participar do programa Cientista Visitante foi muito proveitosa. “Pude conviver com pesquisadores de diversas nacionalidades, com intensa troca de experiências, o que me possibilitou grande crescimento profissional e pessoal”, conclui.

As informações são da Embrapa.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Apesar de projetar déficit nas contas, Unicamp garante teto salarial aprovado por Toffoli

Liminar concedida pelo presidente do STF unifica teto salarial de universidades estaduais e federais. Reitor da Unicamp admite impacto financeiro, mas destaca valorização de carreiras.

Por G1 Campinas e Região

A decisão do ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), em unificar o teto salarial de universidades estaduais e federais do país provocou uma aparente contradição na Unicamp. Apesar das dificuldades financeiras, a instituição defende que o aumento do limite de R\$ 23 mil para a casa dos R\$ 39,2 mil é relevante para valorizar carreiras, reter talentos e atender reivindicação antiga.

Atualmente, o teto salarial aplicado pela Unicamp é de R\$ 23 mil e corresponde ao subsídio mensal recebido pelo governador do estado. Com a liminar concedida por Toffoli - decisão provisória que ainda pode ser revista pelo plenário da Corte - professores e pesquisadores da universidade podem ter os vencimentos elevados ao teto federal, equivalente ao subsídio dos ministros do STF, de R\$ 39,2 mil.

A Unicamp projeta usar R\$ 204 milhões da reserva financeira para cobrir o déficit orçamentário estimado para este ano, mas o reitor, Marcelo Knobel, garante que há condições para custear a nova folha, que deve subir entre 2,5% e 2,6% em um ano. Além disso, ele avalia que a decisão é importante para retenção de talentos e tornar a universidade mais atrativa aos profissionais para desenvolvimento de carreiras.

"A gente está avaliando ainda porque é uma coisa muito recente. Importante destacar que não se trata de um aumento, mas sim deixar de cortar os salários de profissionais que se dedicaram durante quase toda vida, 20, 30, 40 anos para a universidade pública. Hoje eles têm salários cortados porque o subsídio do governador do estado de São Paulo é um dos subtetos mais baixos do país", explica.

Unicamp prevê usar reserva para cobrir déficit de R\$ 204 milhões, mas alta em bolsas de auxílio

Toffoli determina teto salarial único para universidades estaduais e federais

A Unicamp não confirmou, até esta publicação, quantos profissionais devem ser beneficiados pela decisão e qual o valor exato do impacto financeiro. Por outro lado, valoriza os benefícios a longo prazo.

"A preocupação principal é com excelência para o futuro. Estávamos vendo diversos professores se demitindo da universidade porque não enxergavam perspectivas boas de uma carreira e, também em algumas áreas competitivas, não havia candidatos para os concursos. Isso mostra que muita gente talentosa e jovem não estava escolhendo a universidade como um destino possível. Isso é realmente algo que nos preocupa do ponto de vista institucional, manter uma carreira forte e valorizada."

No ano passado, a universidade decidiu suspender "excedente" das remunerações de 437 servidores, incluindo ativos e aposentados, após determinação do Tribunal de Contas do estado (TCE-SP).

O reitor da Unicamp, Marcelo Knobel — Foto: Luciano Calafiori/G1 O reitor da Unicamp, Marcelo Knobel — Foto: Luciano Calafiori/G1

O reitor da Unicamp, Marcelo Knobel — Foto: Luciano Calafiori/G1

Déficit orçamentário e contas

Em relação ao déficit, o orçamento da Unicamp indica que um saldo negativo de R\$ 75,4 milhões deve ser contabilizado até dezembro deste ano, enquanto outros R\$ 128,5 milhões representam valores referentes às obrigações estabelecidas em anos anteriores. Knobel lembra que a universidade adotou uma série de medidas para melhorar as contas e a universidade tem condições para pagar as despesas.

"Certamente vai ter um impacto, mas a gente tem feito um trabalho no sentido de buscar

equilíbrio nas contas, melhorar a gestão, reduzir custos da universidade, otimizar processos. Isso possibilita contemplar essa demanda importante de perspectiva para o futuro da universidade", diz o reitor.

Outro ponto abordado na entrevista de Knobel ao G1 foram despesas com pessoal terem representado 91,2% dos recursos no período de janeiro a outubro de 2019 (R\$ 1,74 bilhão), embora a recomendação do TCE-SP seja para que o índice seja limitado a 75%, conforme um decreto estadual de 1989.

A assessoria do tribunal afirma que este percentual inclui ativos e aposentados, mas o reitor da Unicamp contesta a informação. "A questão da recomendação é para os ativos. Os 90% que temos hoje inclui os ativos e inativos. Se for colocar somente os ativos, a gente está bem abaixo", falou o reitor da universidade ao mencionar que 35% da folha da instituição é referente aos servidores inativos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Secretaria de Educação do RJ abre nova etapa de matrículas para escolas estaduais

Após a confirmação do cadastro, o aluno ou responsável legal terá dois dias úteis para confirmar a vaga diretamente no colégio selecionado.

Os estudantes que desejam ingressar nas escolas estaduais do Rio de Janeiro terão uma nova etapa de matrículas para todos os candidatos nesta quinta-feira (23), de acordo com a Secretaria Estadual de Educação (Seeduc). O aviso vale para os que não se inscreveram na primeira fase e também para os que se inscreveram e foram alocados, mas não confirmaram a matrícula na escola selecionada. As inscrições devem ser feitas pelo site Matrícula Fácil.

Após a confirmação do cadastro, o aluno ou responsável legal terá dois dias úteis para confirmar a vaga diretamente no colégio selecionado. A confirmação é obrigatoriamente presencial.

Nesta quinta também começa o período de transferência de escola para alunos matriculados e troca de turnos. O pedido de troca de turno também deve ser feito diretamente na escola.

Ensino Cívico-militar

A Seeduc também vai abrir nesta quinta o período de matrículas para os colégios estaduais vocacionados ao ensino cívico-militar. No total, são 11 unidades que serão inauguradas pelo Governo do RJ no começo deste ano, com mais de mil vagas disponíveis.

De acordo com a pasta, 404.082 alunos renovaram as matrículas e outros 106.710 alunos novos confirmaram as vagas na primeira fase. Depois desta etapa, outros 52,5 mil estudantes não conseguiram vagas em suas escolas de preferência e, por isso, a Seeduc abriu a segunda fase de matrículas na última terça (21) com um prazo de 48 horas para que estes alunos pudessem tentar outra vaga em unidades próximas de casa.

Segundo a secretaria, 150 mil vagas estavam disponíveis nesta etapa e ainda não há um balanço sobre o número de inscritos.

topo

G1 - TEMPO REAL

Site sai do ar e Secretaria de Educação prorroga reserva de vagas em escolas de RO por 48h

Página passa por manutenção nesta quarta-feira (22). Em nota, pasta informou que ninguém ficará prejudicado.

Por G1 RO

O site para a reserva de vagas da Secretaria de Estado da Educação (Seduc-RO) saiu do ar nesta quarta-feira (22). A informação foi confirmada pela assessoria da pasta por meio de nota (veja íntegra). No comunicado, a Seduc revela apenas que o endereço eletrônico passa por manutenção por causa de "problemas técnicos".

Apesar do problema, a pasta reiterou que ninguém será prejudicado e aqueles que tiverem o comprovante serão realocados para instituições de ensino que tiverem vagas. O prazo de reserva será prorrogado por 48 horas, ainda conforme a Seduc, a escolas que ainda tenham vagas.

No texto, a Secretaria de Educação cita que equipes do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) e da Gerência de Controle, Avaliação e Estatística (Gcae) estão trabalhando para que a página retorne.

De acordo com a Seduc, a reserva de vaga online é voltada aos estudantes da rede privada, rede municipal, que vieram de outros estados ou que estão retornando às salas de aula.

A primeira etapa aconteceu entre os dias 15 e 18 de janeiro, quando pais ou responsáveis precisavam efetuar o cadastro no portal. Já a segunda é o período para a reserva das vagas nas escolas estaduais, que começou no dia 20 de janeiro e que deve terminar no dia 24 do mesmo mês.

Distinto do cadastro e da reserva de vagas, a matrícula deve ser feita de forma presencial na escola, em até um dia útil, após a reserva online. A previsão é que o processo para a troca de escola comece apenas no dia 27 de janeiro, caso a instituição tenha vagas disponíveis.

Veja nota da Seduc sobre o site para reserva de vagas:

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) informa que o site oficial de reservas de vagas 2020 está em manutenção para solucionar problemas técnicos.

Os profissionais da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) e da Gerência de Controle, Avaliação e Estatística (Gcae) da Seduc estão trabalhando para efetuar as correções e manutenção no sistema.

A Seduc informa, ainda, que ninguém será prejudicado, e todos os usuários portadores do comprovante serão relocados para as escolas onde houver vagas.

O prazo de reserva de vagas será prorrogado por 48 horas para as escolas que ainda tiverem disponibilidade de vagas.

Secretaria de Estado da Educação (Seduc)

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC comprará mais de 7 mil bicicletas para uso de estudantes

Os objetos serão usados por alunos que chegam a percorrer até 15 quilômetros diariamente a pé para ir à escola ou ao ponto onde passa o ônibus escolar

O Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) iniciaram o processo de compra de 7.636 bicicletas, por meio do programa Caminho da Escola. Segundo o MEC, as últimas aquisições ocorreram em 2011.

As bicicletas serão usadas por estudantes, que chegam a percorrer, a pé, diariamente, 15 quilômetros para chegar à escola ou ao ponto onde passa o ônibus escolar, segundo estudos do FNDE.

“Com os veículos, o MEC tem objetivo de diminuir a evasão escolar e melhorar a qualidade do transporte escolar, principalmente em áreas rurais e ribeirinhas”, diz nota do ministério.

A bicicleta estará disponível em dois tamanhos, o aro 20 e o aro 26, e vão ter quadro reforçado, selim anatômico, para-lamas, descanso lateral, espelho retrovisor, campainha e refletores. Serão ofertados também bombas manuais para encher o pneu, ferramentas e capacetes de segurança.

O programa Caminhos da Escola desde 2010 busca renovar a frota de veículos escolares no Brasil e garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes.

Os estados, Distrito Federal e municípios interessados em adquirir as bicicletas devem acessar o Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preço (Sigarp) do FNDE e utilizar as atas do Fundo com recursos próprios ou fazer transferência direta, via Plano de Ações Articuladas (PAR).

topo ↕

TNONLINE - TEMPO REAL

MPF recomenda que governo Bolsonaro suspenda inscrições do Sisu após erros em notas do Enem

Por da redação, TNonline

O Ministério Público Federal enviou na tarde desta quarta-feira (22) recomendação ao governo Bolsonaro para que sejam suspensas as inscrições do Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que foram abertas na terça-feira (21).

O pedido é para que o adiamento, e conseqüente mudança de todo cronograma, ocorra até que o governo realize nova conferência dos gabaritos de todos os candidatos. O MPF quer garantir a idoneidade do exame, de acordo com o órgão.

O documento foi encaminhado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, ao secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, e ao Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), que organiza o Enem. Após comemorar o que seria a melhor edição da história do Enem, o governo Bolsonaro informou sábado (18) que participantes receberam notas erradas.

O MEC disse que o problema atingiu cerca de 6.000 participantes, que tiveram as notas alteradas. Mas 172 mil candidatos encaminharam mensagens ao Inep com queixas sobre o desempenho.

O prazo para o acatamento da recomendação é de 24 horas. O descumprimento pode implicar a adoção de providências administrativas e judiciais cabíveis, segundo a procuradoria.

A recomendação também estabelece que, após a nova publicação do resultado, todos os candidatos sejam oficialmente comunicados da abertura de prazo para solicitação de verificação de eventuais inconsistências. O Inep deve ainda apresentar resposta formal, em prazo razoável, a todos os pedidos de correção, com retificação da nota final, se for o caso.

O documento é assinado conjuntamente pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, além do Grupo de Trabalho da PFDC sobre Educação em Direitos Humanos.

O governo correu para dar uma resposta rápida para o problema e manteve a abertura do Sisu para terça (21). Estendeu, no entanto, o prazo final de inscrições até domingo (26) - dois dias após o previsto inicialmente.

Além de destacar a gravidade e amplitude dos erros, o texto ressalta que ainda não foram publicizadas informações suficientes sobre a causa dessas falhas. Dessa forma, argumenta o MPF, não se poderia afirmar com segurança que todos os equívocos foram corrigidos.

“Processos seletivos públicos exigem a mais ampla e irrestrita transparência e publicidade, bem como mecanismos fidedignos de correção das provas, já que destes dependem a legitimidade, solidez, eficácia e credibilidade do sistema”, cita a recomendação.

A medida se dá no âmbito de procedimento autuado pelo MPF em Minas Gerais a partir de manifestação de candidata que alegou discrepâncias entre sua quantidade de acertos no Enem e a nota oficial.

A Folha mostrou nesta quarta as procuradorias das Repúblicas em ao menos cinco estados estão recebendo uma enxurrada de representações de estudantes.

Eventuais inconsistências na nota podem prejudicar milhares de estudantes, diz o documento, “visto que eventuais pontuações a menor inexoravelmente repercutem na nota de corte e na classificação parcial e, por conseguinte, no planejamento dos candidatos”.

O MPF ainda questiona o prazo para verificação de irregularidades por parte dos alunos. O Inep forneceu um email para reclamações no dá sábado e, no domingo (19), informou que só receberia queixas até as 10h de segunda-feira (20).

Ainda de acordo com o texto, não houve envio de email aos candidatos, nem tampouco

comunicação no aplicativo oficial do Enem 2019.

Os órgãos do MPF destacam, ainda, que as comunicações sobre os problemas ocorreram pelas redes sociais, o que pode ter deixado de fora pessoas sem acesso à internet.

“A todos deve ser garantido o direito e correção dos gabaritos, para apuração de eventuais inconsistências”, diz representação.

(FolhaPress)

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministro da Educação, Abraham Weintraub diz que Sisu não está suspenso

Do UOL, em São Paulo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse na noite de hoje que o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) "não está suspenso e segue funcionando normalmente".

O Sisu é o principal mecanismo de acesso a cursos de instituições públicas de ensino superior. Ele toma como referência a nota obtida pelo aluno no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Em vídeo, divulgado nas redes sociais, Weintraub diz que houve 2,5 milhões de inscrições e 1,3 milhão de estudantes inscritos. "Isso significa que, já no segundo dia, alcançamos 70% do volume registrado no ano passado. Só para ter uma dimensão", explicou.

Apesar do volume grande de inscrições, o ministro garantiu que o sistema está "rodando" normalmente. "Tá tudo normal, tá tudo bem", afirmou ele.

MPF recomenda suspensão

Segundo reportagem do jornal "Folha de S. Paulo", o Ministério Público Federal (MPF) enviou na tarde de ontem recomendação ao governo Bolsonaro para que sejam suspensas as inscrições do Sisu.

No sábado, o governo informou que participantes do Enem haviam recebido notas erradas. De acordo com o MEC, o problema atingiu 6 mil alunos e que a maior do problema foi concentrado em quatro cidades de Minas e Bahia.

Além de destacar a "gravidade e amplitude dos erros", o texto do MPF ressalta que não foram publicadas informações suficientes sobre a causa das falhas.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Balbúrdia no Enem de Weintraub pode judicializar acesso a universidades

Colunista do UOL

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, nunca foi muito fã das universidades públicas. Já disse que eram locais de "balbúrdia", de "plantações de maconha" e de "laboratórios de drogas", entre outras acusações. Agora, com a presepada nas notas do Enem, ele criou sua obra-prima: a avaliação, usada como base pelo Sisu (Sistema de

Seleção Unificada) para escolher os novos ingressantes nessas universidades, perdeu credibilidade.

E o que acontece com um concurso público sem credibilidade?

Na melhor das hipóteses, a situação vai consumir mais recursos públicos para uma auditoria transparente nas notas e nos sistemas - o que pode atrasar o início do ano letivo para os calouros. E, no limite, vai levar a um rosário de processos judiciais para que a prova seja refeita - o que é terrível para a vida de quem ficou de fora da universidade e traz insegurança para quem entrou.

Isso se assemelha a um Campeonato Brasileiro com pontos sub judice em que times aparecem na tabela com asteriscos*, pois podem mudar de posição de acordo com o julgamento do caso.

Weintraub encheu a boca, na última sexta (17), para dizer que esse era "o melhor Enem de todos os tempos". Foi desmentido pela realidade, algumas horas depois, quando pipocaram estudantes nas redes sociais reclamando que suas notas estavam erradas. Segundo as justificativas oficiais, houve um problema na gráfica que imprime provas e gabaritos, fazendo com que candidatos preenchessem o modelo de uma cor e fossem avaliados pelo de outra.

Apesar de ter recebido mais de 172 mil reclamações, o MEC afirmou que problemas foram identificados em menos 6 mil participantes. Deu dois dias a mais para a inscrição no Sisu, mas dezenas de milhares de jovens estão chiando em todo o país, afirmando que foram prejudicados.

Uma auditoria ampla se faz necessária para que não parem dúvidas sobre o processo e, para tanto, a interrupção do Sisu é fundamental, como apontaram especialistas ouvidos por Rodrigo Ratier, doutor em Pedagogia pela USP e colunista do UOL.

O Ministério Público Federal enviou, nesta quarta (22), ao governo federal uma recomendação para que as inscrições sejam suspensas e que o gabarito de todos os candidatos seja novamente conferido, segundo apuração de Paulo Saldaña, para a Folha de S.Paulo.

Problemas acontecem. A questão é que a solução está sendo produzida na base da correria e da falta de transparência - tudo o que não pode acontecer com o Enem. Afinal, estamos tratando da vida de pessoas que se esfolaram o ano inteiro para conseguir uma vaga em uma universidade pública. Para alguns, esta é a chance de estudar em um bom lugar; para outros, que não têm dinheiro, é a chance de estudar.

O que o governo quer esconder? Algum problema mais grave ou sua própria incompetência? Ou Weintraub está tão na berlinda que, dependendo da resposta que dê ao problema, está fora do ministério?

Em uma democracia, espera-se de um ministro da Educação e de um presidente da República que garantam o cumprimento das regras do jogo. Ao cometer um erro e depois acochambrar a solução às pressas, a impressão é de que algo foi mexido sem que os jogadores entendessem o que aconteceu.

CLIPPING



Se querem levar adiante a sua "guerra cultural", para "refundar" a sociedade brasileira em "valores conservadores", primeiro Abraham Weintraub e Jair Bolsonaro têm que oferecer o básico: um país que funcione e no qual as pessoas possam confiar.

Em tempo: Você, estudante, caso o Enem atrase sua vida, fique calmo e lembre-se das palavras do ministro: "este é o melhor Enem de todos os tempos".

